

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Glauber Rabelo Matias

A UTOPIA É DE CONCRETO:
Círculos Sociais e a Construção da UENF em Campos dos Goytacazes/RJ

Rio de Janeiro
Maio de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Glauber Rabelo Matias

A UTOPIA É DE CONCRETO:
Círculos Sociais e a Construção da UENF em Campos dos Goytacazes/RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Kruse Villas Bôas

Rio de Janeiro
Maio de 2009

A UTOPIA É DE CONCRETO:
Círculos Sociais e a Construção da UENF em Campos dos Goytacazes/RJ

Glauber Rabelo Matias

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Glaucia Kruse Villas Bôas

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada em 11 de maio de 2009.

Banca Examinadora:

Titulares:

Prof^ª. Dr^ª. Glaucia Kruse Villas Bôas (PPGSA / IFCS / UFRJ)
(Presidente da banca)

Prof^ª. Dr^ª. Helena Maria Bousquet Bomeny (CPDOC/FGV e PPCIS/UERJ)

Prof^ª. Dr^ª. Adelia Maria Miglievich Ribeiro (UFES)

Suplentes:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (PPGSA /IFCS/UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Marques Parracho Sant'anna (NUSC/UFRJ)

Rio de Janeiro
Maio de 2009

Dedico este trabalho às minhas avós
Malvelita Rabelo de Souza (Vó Ita) e Maria José Matias (Vó Dedé),
In memorian.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS.

Ao meu querido pai Carlos Alberto Matias, fonte de referência moral em minha vida, e a minha querida irmã Natália Rabelo Matias, minha designer predileta.

A minha esposa Raquel Correia de Freitas, por seu amor, carinho e paciência em ouvir, ler, discutir e acreditar nas reflexões que um sociólogo pode produzir.

A minha sogra Vanda Correia de Freitas, ao meu sogro José Amaro de Freitas, e ao James Daniel, pelo carinho na minha estadia em Campos, e pelos conselhos para a vida. Obrigado

Ao Rômulo Peixoto e sua família, por me receber tão bem nas minhas incursões a Campos.

A minha madrinha Kátia e ao Adolfo, por me fornecer acolhida durante o processo de seleção para o mestrado, e em outras tantas vezes.

Aos meus tios Paulinho e Celso, a minha tia Cristina, e a todos os primos, que se encontram do outro lado da Baía, por me acolher tão carinhosamente.

Aos colegas de longa data, Lucas Azevedo e Guilherme Alves, pela torcida.

Aos colegas mais recentes, que ainda encampam ou encamparam a comunidade uenfiãna, distantes no momento. Ao Paulo Sérgio, pela torcida.

A todos os demais familiares que contribuíram indiretamente para este trabalho. Obrigado.

A minha orientadora Glaucia Villas Bôas, por aceitar o desafio que qualquer produção de conhecimento nos impõe, grato pela orientação acadêmica e intelectual, pelo delineamento assumido por esta dissertação, enfim, por me proporcionar a tarefa de concluir esta pesquisa.

Ao Bruno Sciberras de Carvalho, por suas aulas na disciplina de Teoria I, pelas conversas e conselhos sobre o andamento do trabalho, pela presença na banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) que ministraram as disciplinas que eu pude assistir, grato pelos conhecimentos fornecidos, pelas experiências intercambiadas.

Ao Antônio da Costa, grande companheiro. Obrigado pelos galhos quebrados na impressão de tantos trabalhos, e pelas conversas.

Ao Antonio Brasil, pelos diálogos sobre a sociologia brasileira.

Agradeço a Claudinha e Denise, secretárias do PPGSA, pela prestatividade e eficiência sempre marcantes.

Aos meus colegas de mestrado da turma 2007, obrigado por compartilhar momentos tão bacanas nas aulas, nas discussões, nos consensos, e claro, nos dissensos.

Agradeço em especial os colegas Luiz Augusto Carneiro, Jefferson Almeida, Daniela Stocco, companheiros de orientação, valeu pessoal! Também a Mani Tebet, pela interlocução.

Agradeço a equipe da Fundação Darcy Ribeiro, pela paciência nas incursões pelo Arquivo Darcy Ribeiro e pela Biblioteca da Casa. Obrigado a Ellen, Raquel, Miriam, Rita e ao grande colega Edson.

Agradeço aos entrevistados desta pesquisa, grato pela acolhida naqueles momentos, pelos depoimentos lúcidos e produtivos. A Professora Maria Thereza Venancio, por me receber em sua residência em dia de feriado, e por me doar o seu livro como referência para este trabalho. A Professora Zuleima de Oliveira Faria, ao Geraldo Augusto Venancio, e ao Mário Lopes Machado. Muito Obrigado!

Agradeço aos professores que aceitaram o convite para compor a banca de defesa da dissertação. A Professora Adelia Miglievich, minha amiga “capixaba” e orientadora da graduação, e a Professora Helena Bomeny, pela gentileza de novamente compor a banca de avaliação do trabalho. Também a Sabrina Parracho Sant’anna e Maria Ligia Barbosa por aceitarem compor a suplência desta banca.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida em virtude da primeira colocação no concurso para o mestrado.

Glauber Rabelo Matias
Rio
Maio de 2009.

RESUMO

A UTOPIA É DE CONCRETO:
Círculos Sociais e a Construção da UENF em Campos dos Goytacazes/RJ

Glauber Rabelo Matias

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Glaucia Kruse Villas Bôas

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Pretendo com esta pesquisa, estudar o processo de construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em Campos dos Goytacazes/RJ, no ano de 1993, observando na dinâmica das interações e dos entrecruzamentos de diversos “círculos sociais” como informa-nos o sociólogo alemão Georg Simmel, os conflitos e controvérsias impressos nas relações entre os estratos intelectuais e políticos envolvidos com o movimento singular de institucionalização das idéias num projeto de universidade pública a apostar na Ciência e na Tecnologia para promover o desenvolvimento regional e nacional, constituindo a primeira universidade na região Norte Fluminense a unir num mesmo campus diversas áreas do saber, como as Ciências Agrárias, Tecnológicas e Humanas. Tenciono neste trabalho decodificar o Projeto UENF de 1993, em suas bases e diretrizes publicadas na Revista “Universidade do Terceiro Milênio” (1993a) por meio de seu Plano Orientador assinado pelo educador, antropólogo e político Darcy Ribeiro (1922-1997) como Secretário convidado pelo Governador Estadual Leonel Brizola para coordenar a implantação da universidade. Por meio da realização de pesquisa histórico-documental conjugada com a feitura de entrevistas, sob a orientação da História Oral, com personagens presentes no processo de construção da UENF em Campos, verifico nesta dissertação, o momento específico de aproximação e distanciamento entre diversos grupos e personagens ligados a um debate histórico mais amplo sobre a construção da universidade na cidade, portadores de variadas idéias sobre a universidade, a fim de salientar os fundamentos políticos que possibilitaram a UENF existir no mundo.

Palavras-chave: UENF, Círculos sociais, Intelectuais, Darcy Ribeiro.

Rio de Janeiro
Maio de 2009

ABSTRACT

THE UTOPIA IS CONCRETE: Social Circles and the Construction of UENF in Campos dos Goytacazes/RJ

Glauber Rabelo Matias

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Kruse Villas Bôas

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

I propose with this research, studying the process of building the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) in the Campos dos Goytacazes / RJ, in 1993, observing the dynamics of the interaction and interweaving of different "social circles" as appointed by the German sociologist Georg Simmel, conflicts and controversies in the relationship between the intellectuals and politicians groups involved with the natural movement of institutionalization of ideas in a project of a public university focusing on science and technology to promote regional development and national, been the first university in the Norte Fluminense in the same campus to unite different areas of knowledge such as the Agricultural Sciences, Technology and Humanities. I pretend to work in decoding the Project UENF of 1993, at their bases and guidelines published on the magazine "Universidade do Terceiro Milênio" (1993a) through its Plan signed by the educator, political and anthropologist Darcy Ribeiro (1922-1997) as Secretary invited Leonel Brizola State by the Governor to coordinate the implementation of the university. Through the use of historical and documentary research in conjunction with the making of interviews under the guidance of Oral History, with characters in the process of building UENF in Campos, see in this essay, the particular moment of rapprochement and distance between different groups and characters related to a broader historical debate about the construction of the university in the city, people with different ideas about the university in order to highlight the political foundations that allowed the UENF be in the world.

Key-words: UENF, Social Circles, Intellectuals, Darcy Ribeiro.

Rio de Janeiro
Maio de 2009

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
APRESENTAÇÃO.....	12
RUMO A UMA SOCIOLOGIA DOS CÍRCULOS SOCIAIS.....	21
PESQUISA HISTÓRICO-DOCUMENTAL E HISTÓRIA ORAL.....	29
PLANO DA EXPOSIÇÃO.....	34
CAPÍTULO 1:	
DE VOLTA AO 3º MILÊNIO: SISTEMATIZANDO O “PLANO ORIENTADOR” DA UENF.....	36
1.1. PRELIMINARES SOBRE A UENF EM DARCY RIBEIRO.....	36
1.2. A “CARTA-CONSULTA”: O PROJETO DA UENF.....	47
1.3. A REVISTA “UNIVERSIDADE DO 3º MILÊNIO”.....	57
CAPÍTULO 2:	
A UTOPIA É DE CONCRETO: DARCY RIBEIRO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	67
2.1. BRIZOLA E DARCY: A UTOPIA REVISITADA.....	68
2.2. A ELEIÇÃO DE 1990 E A RETOMADA DA ALIANÇA.....	77
2.3. A REUNIÃO DE SÃO CRISTOVÃO E AS COMISSÕES DE IMPLANTAÇÃO.....	81
CAPÍTULO 3:	
INTELECTUAIS, POLÍTICOS E O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	89
3.1. THEOBALDO SANTOS E A GÊNESE DO DEBATE.....	90
3.2. AS INSTITUIÇÕES CAMPISTAS DE ENSINO SUPERIOR.....	95
3.3. A EMENDA POPULAR DE 1989.....	99
CAPÍTULO 4:	
CONFLITOS E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO PROJETO UENF: AS VOZES DOS ENTREVISTADOS.....	109
4.1. DESCRIÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	110
4.2. APONTAMENTOS SOBRE A “UNIVERSIDADE NECESSÁRIA” PARA CAMPOS.....	116
4.2. ENTRE A “EMENDA” E O “PLANO”: A TRANSIÇÃO MOREIRA FRANCO – BRIZOLA.....	120
4.4. DESVELANDO AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O DESENCAIXE INSTITUCIONAL.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	
OS FUNDAMENTOS POLÍTICOS DO “DISCO VOADOR”.....	139

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
APÊNDICES.....	157
APÊNDICE A: DESCRIÇÃO DA SUB-SÉRIE “UENF” / SÉRIE “II GOVERNO BRIZOLA (1991-1994)” - “ARQUIVO DARCY RIBEIRO” - “FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO (FUNDAR)”.....	158
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	161
ANEXOS.....	163
ANEXO A: ABAIXO-ASSINADO DA EMENDA POPULAR DE 1989.....	164
ANEXO B: PROJETOS DE DECRETO PARA INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ACADÊMICA E TÉCNICA DE IMPLANTAÇÃO DA UENF.....	167
ANEXO C: LEI DA FUNDAÇÃO ESTADUAL NORTE FLUMINENSE - LEI Nº 2.043 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1992.....	174

Seja qual for o acontecer histórico que designemos com o nome de social, seria para nós um jogo de marionetes, não mais compreensível nem mais significativo que a confusão das nuvens ou o entrecruzamento dos ramos da árvore, se não reconhecêssemos que, sujeitos daquelas exterioridades, o que é mais essencial, o que interessa para nós, são somente motivações, sentimentos, pensamentos, necessidades da alma.

(Georg Simmel. *O problema da sociologia*. 1894)

Onde o bosque de árvores regionais que se tinha previsto? Onde os renques de buritis? Onde tanta coisa mais apenas pensada, mas que eu procurava no chão do mundo, cobrando, querendo que se tivesse concretizado por milagre?

(Darcy Ribeiro. *UnB: Invenção e Descaminho*, 1995)

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação pretende tratar do processo de construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) na cidade de Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro/RJ¹, observando as relações e correlações políticas, intelectuais, sociais e ideológicas entre os diversos personagens presentes e atuantes no cenário histórico de seu nascedouro, que contextualizam tal surgimento institucional como um feito margeado por aproximações e distanciamentos de indivíduos e grupos, significantes da efetivação de um empreendimento público no mundo. A UENF, sigla representante do nome da universidade, tem como data de construção o dia 16 de agosto de 1993, sendo naquele momento a primeira universidade pública do município e da região a constituir-se num campus reunindo cursos de graduação e de pós-graduação, e, sobretudo atuações em pesquisa, em todos os campos do saber científico, como as Ciências Humanas, Agrárias, Exatas, Tecnológicas, etc., sob o perfil institucional fundamentado na tríade ensino/pesquisa/extensão, voltada para, mediante o cultivo e a produção em Ciência e Tecnologia, os problemas relacionados ao tema do desenvolvimento regional e nacional, para os quais a universidade, na condição de instituição principal para o fomento de processos de mudança histórico-conjuntural da Região e do Brasil, deveria colaborar de forma decisiva.

A UENF nasce num campus sediado na área urbana do município de Campos compreendida entre o nº 300 e 710 da Avenida Alberto Lamêgo, no caminho que dá acesso ao litoral do município vizinho de São João da Barra, às margens do Rio Paraíba do Sul, sob edificações de concreto armado, especialmente conhecidas, publicamente, em outra experiência da área educacional estadual, a dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), correlacionados vez ou outra às figuras públicas daqueles responsáveis oficiais por sua implantação, sejam eles Leonel Brizola, como Governador do Estado do Rio de Janeiro em sua segunda passagem pelo executivo estadual (1991-1994) e Darcy Ribeiro, como Secretário Extraordinário de Programas Especiais do Estado, incumbido pelo Governador, para a elaboração do projeto de universidade para

¹ Além de Campos dos Goytacazes, a Região Norte Fluminense é composta pelos municípios Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. O maior município é o de Campos, com uma área total de 4.040,6 km², correspondentes a 41,4% da área da região. De acordo com o censo de 2000, Campos dos Goytacazes tem uma população de 406.989 habitantes, equivalentes a 58,3% do contingente do norte fluminense. Sua taxa de urbanização corresponde a 89,5% da população e está distante da capital do Estado, a cidade do Rio de Janeiro, 273 km. Cf. www.campos.rj.gov.br Apud Matias, 2005.

a região Norte Fluminense e para a cidade de Campos dos Goytacazes, como previsto na Constituição Estadual do Rio de Janeiro de 1989, promulgada em 5 de outubro. O artigo 49 das Disposições Constitucionais Transitórias, continha o verso sobre a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense pelo Estado com sede em Campos, no prazo máximo de três anos da promulgação da Carta Magna Estadual, constituído por dois parágrafos: um que assegurava a instalação dos cursos de Veterinária, Agronomia e Engenharia nos municípios de Santo Antônio de Pádua, Itaocara e Itaperuna, e outro enfatizando que se até dezoito meses após a data da Constituição, sua Lei de Criação não tivesse sido regulamentada, as unidades previstas passariam a responsabilidade de implantação para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Se seus marcos oficiais e legais podem ser reconhecidos, seja na imagem de seus prédios, na memória de seus possíveis “criadores”, ou na letra jurídica que a criou, a compreensão de seu sentido relativo aos seus antecedentes imediatos no cenário local e regional parece estar ainda guardada numa caixa-preta. Pesquisar acerca da construção da UENF em Campos significa entendê-la como e enquanto um *processo*, e quando mencionamos estes termos, “o estudo do processo de construção da UENF”, objetivamos descortinar sua implantação, o desenho de seu projeto, as bases e as diretrizes, segundo uma análise que recorra a diversos aspectos e questões componentes de uma moldura tensa e complexa, dando conta de conformar um amplo quadro compreensivo, para contribuir na empreitada de desvendar os pormenores do que denominamos de “vir a ser uenfiano”, que nada mais denota do que a atenção a forma pela qual ela surgiu em Campos.

Não por acaso, a UENF revela para o pesquisador interessado em seu nascimento, o momento no qual o surgimento de uma universidade pública aparece estritamente atrelado a um painel de interesses, expectativas, e apostas sobre o que deve representar uma universidade na cidade, na região e no País, isto é, o estudo sobre o processo de construção da UENF nos põe frente a frente com as variadas idéias e propostas sobre o que deve ser uma universidade pública, e mais precisamente, com a compreensão de qual lugar social, entendido pela participação de determinados estratos sociais, que especificamente sustenta um dado conjunto de idéias sobre tal empreitada, necessita-se verificar nesta dissertação o modo pelo qual as idéias tomam corpo em instituições, ou tomar como parâmetro analítico a experiência de constituição de uma instituição como a universidade pública no mundo social como uma oportunidade de mostrar os diversos conteúdos que dão sentido a sua história posterior. Por isto, pretendo seguir esta trilha analítica com o fito de apontar que, ao incorporar a perspectiva atenta à dinâmica das “interações” e dos “círculos sociais”, expressões

encontradas na perspectiva sociológica de Georg Simmel, representativas dos afastamentos e proximidades dos grupos e personagens presentes no seio da fundação da UENF tenciono desvelar o processo de construção da universidade segundo imperativos constitucionais ou ordens propriamente de Estado, recusando, pois uma análise institucionalista do problema sociológico que a UENF representa em seu nascedouro, visto que tal momento histórico situa-se na condição de um evento singular de surgimento de uma universidade que deve ser matizado nas relações e correlações entre grupos e personagens, defensores de diversas idéias e proposições para a versão final do projeto UENF, e na forma pela qual estas revelam modos particulares de visão do empreendimento, da condução política do projeto, e do perfil de universidade a ser implantado em Campos dos Goytacazes, focalizando o tema específico da vinculação mais estreita entre as idéias e as instituições, e dos dilemas atinentes a tarefa de fazer nascer uma idéia no mundo social.

Stricto sensu, podemos dizer que a construção da UENF significa a tentativa de projeção de desejos, sonhos, ambições para a efetivação da universidade pública no município, sob o afã da mudança de um dado estado de coisas, e como se sabe, pretender estabelecer um nexos de significado direto entre o pensamento e a realidade, entre projetos e o mundo, não é uma empresa de pouca monta. Gláucia Villas Bôas (2006a), citando Max Weber, mostra que “(...) atribuir sentido ao mundo, fazendo com que ele apareça de acordo com algum desígnio ou crença, constituía uma das mais fortes tensões que se podiam suportar.” (Villas Bôas, 2006, p.16). A rigor, nortear um processo de mudança simbolizado na construção de uma universidade, escrita nos termos de um projeto, de um plano, situa-se enquanto uma intenção circunscrita numa esfera mais ampla de idéias e posicionamentos de outrem, reveladoras de que processos de instituição de idéias na realidade, ou mais especificamente, em nosso caso, da institucionalização de uma universidade, desconhece uma solução estanque e rápida, visto que está margeado por inúmeros condicionamentos históricos, políticos e ideológicos, ou nas palavras de Hannah Arendt (1990), que, ao buscar o questionamento sobre o significado político das Revoluções Européias no século XX, atenta para um método de investigação com pretensões de isolar o momento histórico das guerras e revoluções em seu nascimento, para compreender o papel definitivo da plenitude e do extraordinário dos acontecimentos em processos de transformação. Já Karl Mannheim² mostra nos pilares de sua “sociologia do conhecimento”, a relação importante a se destacar entre “pensamento” e “realidade”, como enfatiza em *Ideologia e Utopia*

² Ver também Mannheim 1974 e 1962.

(1986), onde o conhecimento tem sua base precisamente em condicionantes sociais e históricos, sendo, portanto um elemento que não se pode tomar de modo desvinculado da esfera social na qual emerge e de seus produtores. Eis a idéia de "perspectiva", que se baseia na situação histórico-social em que se encontra este ou aquele agente social, produtor de um escopo de idéias sempre coletivamente substanciado. É necessário ressaltar que, em Mannheim, a análise de uma idéia individual sociologicamente relevante tem de passar pela observação de sua origem social. O aspecto relacional e perspectivista são dois pilares da sociologia do conhecimento manheimiana, na qual o retorno analítico à base das idéias, ao procurar a origem e a validade das idéias mediante o exame do lugar e da posição social que dão sentido às mesmas, é tarefa daquele que procura a análise do conhecimento válido sociologicamente. A abordagem acerca da construção da UENF aqui proposta, requer sobremaneira três esforços levados a efeito de modo intercalado: 1) *situar* a construção da UENF num histórico mais amplo de idéias acerca da universidade pública na cidade de Campos dos Goytacazes sustentados por diversos grupos e personagens; 2) *tematizar* os conteúdos impressos nas entrelinhas dos posicionamentos destes, a fim de desvendar a base de significação histórico-empírica dos discursos e propostas de cada qual, e; 3) *confrontar* a versão final do projeto UENF, ou a história oficial sobre a construção da universidade com os relatos dos personagens envolvidos nos debates propriamente acerca do vir a ser uenfiano, de modo a desconstruir analiticamente o período de sua fundação, para simultaneamente construir, ainda que numa forma incipiente e embrionária inscrita nas dimensões limitadas de uma dissertação de mestrado, uma interpretação alternativa da construção da UENF em Campos dos Goytacazes, como propósito último e norteador deste trabalho.

Empiricamente, refiro-me aqui a construção de uma universidade que representa a conjunção de variadas nuances imbricadas em seu nascedouro, de caráter *histórico, sociológico e político*. No que concerne aos elementos históricos, é preciso salientar que a UENF vem à tona numa cidade que trazia consigo historicamente a dupla presença de elementos sociais, econômicos e culturais mais afinados com a dimensão de uma modernidade em seu devir, e aspectos vinculados a manutenção de uma tradição como estilo de vida social cristalizado ao longo do tempo. A cidade de Campos situava-se, segundo Faria (2008), na metade do século XIX, entre duas realidades:

(...) a adequação entre esta nova ordem [a do capitalismo] – representada pela cidade – e a manutenção dos antigos modos de vida – representados pelo campo. É na relação entre estes dois mundos que

se constituiu a realidade urbana da cidade. Sua indústria açucareira modernizou-se acompanhando as exigências do capitalismo, ao mesmo tempo em que a cidade ganhava equipamentos modernos, infra-estrutura e novos serviços. Criaram-se bancos, companhias de seguro, companhias de navegação; construíram-se vias férreas; instalaram-se esgotos, água corrente e iluminação elétrica. (FARIA, 2008, p.41).

Singulares acontecimentos seriam estes que colocavam Campos como a primeira cidade da América Latina a receber luz elétrica, onde 1873, as principais ruas do “centro da cidade” já eram iluminadas com gás hidrogênio pela sociedade de *Dutton & Chandler* sob da direção da Companhia Campos Gás (Cf. Idem. *Ibidem*), ao mesmo tempo, em que trazia a marca de ter sido uma das mais violentas capitânicas do Rio de Janeiro, no que tange ao regime escravista como já expôs Silvia Hunold Lara em seu clássico *Campos da Violência* (1988)³, onde o desenvolvimento da economia do açúcar, no século XIX, alimentaria o processo de urbanização e modernização experimentado pela cidade, paralelamente a expansão dos engenhos, com a intensificação do tráfico de escravos africanos para a região, fazendo com que Campos concentrasse o maior número de escravos de toda a província (Lima, 1981, p. 87 *Apud* Smiderle, 2004, p.42)⁴. Terra do açúcar e das usinas, representantes da nova fase do ciclo do açúcar no Norte Fluminense a partir de 1880, a cidade de Campos não verificou no decorrer do século XX, apesar dos avanços sociais direcionados pela indústria açucareira até os meados daquele século⁵, a universalização dos bens sociais e econômicos a sua população, experimentando vicissitudes enraizadas numa economia que, apesar do declínio das

³ Ver Lara 1988.

⁴ A singularidade histórico-social formativa da cidade de Campos nos conta sobre a sua importância econômica, social, cultural, política e intelectual no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, bem como no cenário nacional, onde no último quartel do século XIX, a dinâmica da produção açucareira impulsionava a mecanização e a entrada de novos capitais, com a instalação de novas firmas comerciais na cidade para atender à demanda do mercado e de Bancos e companhias de seguro (Banco de Campos, Banco Comercial e Hypothecario de Campos, Caixa Econômica, Cia. de Seguros Marítimos e Terrestres São Salvador, Cia. De Seguros Perseverança, Cia. de Melhoramentos Urbanos de Campos). (Cf. Smiderle, 2004). No plano social, a valorização do açúcar no mercado internacional trouxe a Campos uma fase de euforia no início do século XX, que se refletiu num processo destacado de urbanização que já se tinha iniciado no século XIX, e em 1880, “(...) a cidade de Campos já possuía 130 casas de secos e molhados, 33 lojas de fazendas, uma fábrica de cervejas, 11 hospedarias, 21 açougues, 12 padarias, cinco relojarias, quatro lojas de ourives, seis oficinas de alfaiates, duas chapelarias, cinco charutarias, três oficinas de fogos de artifícios, dois fotógrafos, três fábricas de fundição mecânica e cinco serrarias, entre manuais e a vapor.” (Cf. Idem. *Ibidem*.) No plano político, a presença de figuras públicas como Nilo Peçanha, Presidente da República entre 1909-1910, e de José do Patrocínio, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, e um dos símbolos do movimento abolicionista. No plano cultural, destacam-se a fundação das importantes bandas musicais e das Iyras de Apolo, Guarani, Conspiradora, Operários Campistas, no famoso Theatro Trianon em 1921. Na educação, um marco foi a fundação do Liceu de Humanidades de Campos, em 22 de novembro de 1880, tendo sido amplamente reivindicado pela população local e equiparado, em 1901, ao Colégio Pedro II, o Liceu se constituía como uma espécie de pólo educacional e intelectual da região Norte Fluminense. (Cf. Idem. *Ibidem*.) Sobre o tema, ver Alves 1988, e Faria 1988.

⁵ Cf. Smiderle, 2004.

usinas, ainda é baseada na monocultura da cana-de-açúcar, enfrentando desafios básicos no que concerne à alfabetização, acesso e permanência na escola pública, saneamento básico, saúde pública, oferta de empregos - permite-se marcar pela precarização do trabalho, sobretudo, no trabalho sazonal do "corte da cana" - que faz crescer a informalidade. Também, em seu espaço convivem formas já denunciadas de "trabalho escravo" quer de adultos como de crianças, com o fausto do orçamento público municipal gerado pelos *royalties* do petróleo, que tornam as disputas eleitorais no município conhecidas nacionalmente pela acirrada disputa entre os partidos políticos que fazem uso sem discriminação de distintos mecanismos de cooptação de potenciais eleitores, sobretudo, aqueles em situação de maior miserabilidade. (Cf. Pessanha & Silva Neto, 2004 *Apud* Matias, 2005). Neste "mundo" é que a UENF surge em 1993, e que apesar de seus traços característicos de formação, não se distancia fortemente da realidade sócio-econômica brasileira em todas as suas mazelas e problemas tangentes a distribuição de renda, a pobreza, e a negação de respeito do País para com a maior parte de sua população. Ao par disto, constata-se uma importante história intelectual no município, seja nas artes e nas letras, aparecendo como ponto de destaque nas configurações e reconfigurações sociais, como nos mostra Faria (2008), ao ver os "intelectuais" como produtos e agentes das mudanças sociais e políticas, como no movimento de abolição da escravidão, na instituição da República, na expansão da produção industrial e agrícola e nas reformas urbanas. (Cf. Faria, 2008, p. 59).

Embora não seja a pretensão deste trabalho confeccionar uma "sociologia dos intelectuais", que exige um esforço de pesquisa maior, tencionamos mostrar brevemente a forma pela qual, os "intelectuais" campistas estiveram envolvidos com o debate sobre a criação de uma universidade pública no município de Campos desde os anos de 1930 com as proposições de Theobaldo Miranda Santos, então Diretor de Liceu de Humanidades de Campos, e também através das idéias do Deputado campista Mário Barroso, isto é, há no decorrer do tempo histórico uma correlação entre a idéia de construção de uma universidade e determinados estratos sociais campistas, sejam eles o "estrato intelectual", como produtor dos ideais em relação a universidade no município e o "estrato político", como pretensos realizadores deste intento. Recorremos rapidamente a este panorama para fundamentar a noção de que a UENF é precedida na cena campista por várias idéias acerca do ideal de universidade a ser efetivado na realidade local, revelando a atuação e presença de personagens e grupos específicos que antecedem em seus posicionamentos e movimentações à versão final do projeto de 1993. Por isto mesmo denominamos "versão final do projeto UENF", uma vez que

aquela idéia publicamente formalizada da construção da universidade sob a assinatura de Darcy Ribeiro, conhecida como o “Plano Orientador” da UENF (1993a), que fornece as diretrizes e bases da instituição, representa uma versão dentre todas as versões sustentadas por indivíduos e grupos durante o século XX em Campos dos Goytacazes, e defendidas e disputadas em nome da causa da universidade como um símbolo importante no pensamento campista, visto que fomenta o próprio desenvolvimento do quadro das instituições de ensino superior da cidade, representado pela criação das faculdades isoladas ligadas a fundações mantenedoras, a saber: Faculdade de Filosofia de Campos (1961), Faculdade de Direito (1963), Faculdade de Medicina (1966), Faculdade de Odontologia (1967). Os personagens e as instituições cumpriram papel decisivo na elaboração de propostas e na ativação do desejo campista pela universidade pública, conectando-se aos políticos campistas, como elementos vistos como agentes implementadores do ideal histórico. Proponho dimensionar a constituição e a reconstituição da idéia de universidade na cidade para visualizar em que medida se aproxima, e de certa forma, incrementa a dita aprovação do dispositivo constitucional de 1989, que estabelece a “criação” da UENF, aparecendo como componente a ser levado em consideração no estabelecimento das relações e correlações em volta da efetivação da universidade em 1993. A rigor, tal mecanismo jurídico que cria a universidade em Campos precisa ser entendido como um episódio singular no intento de construção da universidade vinculado a “Campanha Popular em Defesa da Universidade” de 1989, onde professores, estudantes, políticos campistas lograram sistematizar a ambição em torno da universidade num movimento organizado, que visava o recolhimento de assinaturas para substantivar o documento que seria entregue a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) que ficou conhecido como “Emenda Popular” de 1989, durante o mandato estadual do Governador Moreira Franco (1987-1990). Sendo assim, a universidade que consta no escopo da Constituição seria um produto da luta propriamente dita a favor daquele reclame histórico. Era a tão sonhada universidade campista, denominada neste documento de “Universidade do Norte Fluminense”, a propor a reunião das faculdades existentes na cidade, recuperando toda a tradição da cidade, como pólo importante no Estado e no Brasil.

Não à toa isto representa o alvo do aspecto sociológico que a construção da UENF simboliza, pelo encontro guiado por interesses e ambições em torno da concretização da universidade entre os personagens mais familiarizados com o debate sobre a universidade campista no município, e os personagens componentes da tela específica que se constrói no período do nascimento da UENF, no momento

extraordinário de pretensão da efetivação das idéias no mundo, que marca a entrada daquele que ficou reconhecido como o “mentor” da UENF. Trata-se de Darcy Ribeiro, personagem de destaque, na vida política e intelectual nacional e internacional, antropólogo⁶, educador, político, e romancista⁷, convidado pelo então Governador Leonel Brizola, para fazer cumprir a vontade dos fluminenses, prevista por Lei, reclamada na história. Instituído formalmente na condição de Secretário Extraordinário de Programas Especiais, responsável pela continuação do projeto dos CIEPs e da implantação da UENF, Darcy convida para a empreitada, personagens de renome no cenário nacional e internacional, ligados estritamente às áreas relativas à pesquisa científica aplicada, para compor a Comissão Acadêmica e Técnica de Implantação da UENF, com fins da elaboração do projeto UENF e de sua execução. O projeto UENF assinado por Darcy Ribeiro revela uma tentativa de reconceituação da universidade pública, a apostar na Ciência e Tecnologia, em pesquisas de ponta, no futuro, na modernidade, pretende ser a “Universidade do 3º Milênio”, a contribuir de modo fundamental para o alcance de um processo de desenvolvimento econômico-social-cultural autônomo para a cidade, para a região e para o País, com o objetivo específico de superação do “atraso” (Cf. Ribeiro, 1975a), que, ao ver de Darcy, marcaria passo a passo a formação histórica brasileira, do não reconhecimento dos direitos básicos à existência livre e plena em sociedade. A redação mesma do Plano Orientador publicada em versão diminuta na Revista “Universidade do Terceiro Milênio”, disposta no “Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense”, favorece-nos uma visão sobre a fundação da universidade num perfil, *a priori*, distinto daquele ansiado pelos grupos envolvidos com a causa da universidade: este não vislumbra absolutamente a reunião das instituições reconhecidas em âmbito municipal, ao contrário, propõe a construção da “nova universidade”, nas palavras de Darcy, “(...) na tentação de criar sobre o vazio, sair a propor utopias desvairadas.” (Ribeiro, 1993a, p.7). O momento de construção da UENF indica flagrantemente o encontro de duas “utopias”: a “utopia campista” da universidade, que atravessa o tempo, no objetivo particular de sua realização a partir das

⁶ A base do pensamento antropológico darcyniano está condensada nos *Estudos de Antropologia da Civilização*, publicada em todo o período de seu exílio (1964-1978), e é composta de *O Processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural* (1968, 1ª edição brasileira), *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos* (1970, 1ª edição brasileira), *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes* (1971, edição castelhana), *Os Brasileiros: Teoria do Brasil* (1972, 1ª edição brasileira), e *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* (1970, 1ª edição brasileira).

⁷ Destacam-se os escritos sobre literatura e poesia, dentre os quais se destacam *Maira* (1ª Edição brasileira: Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976), *O Mulo* (1ª Edição brasileira: Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981), e *Migo* (1ª Edição brasileira: Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1988).

faculdades históricas, e a “utopia darcyniana”, promissora que seria do nascimento de uma universidade segundo a vinculação aos padrões internacionais do saber científico. Embora elas pareçam distintas, é preciso dizer que elas não são e não foram antagônicas, de acordo com um olhar mais acurado sobre este processo.

A indagação sociológica erigida desta questão é a seguinte: como idéias e posicionamentos superficialmente diversos a respeito da construção da universidade pública na cidade de Campos dos Goytacazes são correlacionados praticamente na realidade histórico-empírica? Ou, ao fim e ao cabo, *como se tornou possível a UENF em Campos?* Uma sociologia da UENF requer como parte dos esforços para a sua confecção ainda que em forma de esboço, a orientação para a dimensão dos fundamentos políticos presentes nas mais diversas interações componentes da época de sua construção. Os aspectos políticos concentrados em gradientes específicos de interesses, de articulações, de vontades por este ou aquele grupo, por este ou aquele personagem dão o tom das correlações estabelecidas que possibilitaram o diálogo, indicador de um processo de discussões, de tomadas de decisões, de explicitação de pontos de vista, marcado por feições tensas e controversas, de oposição entre aqueles, mas, sobretudo, de “interação” como na acepção simmeliana, que iremos abordar. Não defendemos aqui projetos, muito menos causas ou “utopias”. Prezamos por uma análise que procura distinguir analiticamente, as propostas em voga, e que simultaneamente as embarçam, uma vez que estão entrelaçadas, contém pontos de aproximação e distanciamento, e uma vez visualizado que os grupos vinculados ao debate histórico sobre a universidade campista participam das discussões mediadas por Darcy Ribeiro, na época do Governo Brizola, já não estamos autorizados a dizer, que há um contraste tão nítido entre os grupos e as idéias. Há ao menos em nível de análise uma dinâmica sutil dos “círculos sociais”, formados por indivíduos pertencentes aos mais diversos grupos, podendo portanto, transitar seja nas esferas de governo, ou fora delas, sem no entanto, abrir mão de suas próprias convicções, talvez cedendo aqui ou acolá. Para tanto, logramos nos defrontar com a pré-história da UENF através da pesquisa histórico-documental realizada na Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), onde mantivemos consulta ao original do “Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense”, as atas de reuniões, a projetos de decreto, a documentos de toda ordem relativos à construção da UENF, paralelamente em que procuramos entrar em contato com depoimentos de personagens ligados a causa da universidade pública na cidade de Campos. Tal recurso de pesquisa, já se mostra útil na medida em que a conjugação entre as fontes orais e as fontes documentais demonstra a tentativa de completude entre as

versões e os relatos, porém eles se tornam mais férteis quando elas passam a representar cada qual, um possível matiz do problema sociológico enfrentado nesta dissertação, seja o registro oficial da fundação da UENF por seu “mentor” mais reconhecido, Darcy Ribeiro, e as versões, que na qualidade de falas e memórias, já são por si só construções subterrâneas escondidas nos sentimentos mais recônditos sobre momentos pretéritos, sendo, neste particular, prenhes de sentido. Metodologicamente, é neste tripé que está apoiada a discussão sobre o tema da pesquisa: a “sociologia dos círculos sociais”, a “pesquisa histórico-documental” e a “história oral”, as quais descrevo a seguir.

RUMO A UMA SOCIOLOGIA DOS CÍRCULOS SOCIAIS

Georg Simmel trata questões fundamentais da Sociologia enquanto campo diferenciado do saber científico em relação a outras ciências, ao mesmo tempo em que dialoga diretamente com a História, a Psicologia e a Geometria, com o objetivo de sistematizar conceitualmente o universo do “real”, e neste particular, do “social”, através de abstrações e generalizações, trazendo contribuição metodológica à fundamentação da sociologia como “teoria do ser-sociedade na humanidade”, isto quer dizer, observando a particularidade notadamente teórico-metodológica do conhecimento sociológico, a partir das relações e correlações mais sutis e finas que envolvem o “indivíduo” e a “sociedade” em sua indivisibilidade empírica. Em *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización* (1939)⁸, versão argentina de seu clássico *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* de 1908, Simmel salienta que a sociedade nasce dos indivíduos, ao passo que a noção de indivíduo, tomado em sua acepção moderna, também erige da sociedade, identificando assim a impossibilidade de dar primazia analítica a qualquer das duas dimensões, uma vez que o próprio conceito de sociologia que o autor alemão trata de elaborar se sustenta na dificuldade de delimitar estritamente a antítese mesma entre as noções de “indivíduo” e de “sociedade”⁹, comportando a rigor dados conteúdos históricos relativos ao próprio processo de complexificação da vida social moderna, que modifica processualmente determinados parâmetros de compreensão, constituindo num dos pontos básicos de sua

⁸ Ver o capítulo VII “El cruce de los círculos sociales”.

⁹ Eis a definição de “Sociedade” em *O Problema da Sociologia* (1894) para Simmel: “A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos (*Trieben*) ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais, fins de defesa ou ataque, de jogo ou de ganho, de ajuda ou instituição, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de consciência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstância com eles.” (Simmel In: Moraes Filho, 1983, p.60).

sociologia (Cf. Waizbort, 2000, p. 491)¹⁰. Simmel atentou para o processo crescente de individualização nas sociedades modernas, demonstrando ser este fenômeno resultante da multiplicação do que denomina de “círculos sociais” aos quais os indivíduos pertenciam. O sociólogo alemão relacionou a noção moderna de indivíduo ao número de círculos com que este mantinha contato, onde o número dos diversos círculos sociais era um dos melhores índices para medir a cultura numa sociedade moderna. (Simmel, 1939, p.15). Na perspectiva simmeliana, o indivíduo seria, em grande medida, os círculos sociais que formou, indicando, relativamente, os indivíduos em “interação” formam círculos sociais e simultaneamente têm sua identidade formada por estes.

Neste panorama, a noção de “círculos sociais” a partir de Simmel orienta uma abordagem liberta das amarras conceituais e analíticas, que obstaculizam o estudo sociológico acerca das idéias e dos processos que as significam no mundo segundo a atuação de indivíduos e grupos, ao tentar propor superar dualismos de perspectiva concernentes às noções de “indivíduo e sociedade”, ou de “forma e conteúdo”, vislumbrando separar analiticamente categorias que na realidade histórico-social estão, inexoravelmente, unidas, ou como prefere aprofundar Frédéric Vandenberghe em *As Sociologias de Georg Simmel* (2005): “Em Simmel, tudo se passa como se fosse preciso dissolver as oposições do pensamento formal (forma/contéudo) religando-as às profundezas da vida de tal modo que a oposição se transforma em relação (*Wechselwirkung*), e esta permite entrever a união mística de tudo, mas sem jamais chegar a atingi-la completamente.” (Vandenberghe, 2005, p.16). “Oposição” em “relação”: esta sugestão sobre o propósito simmeliano me parece interessante na medida em que o esforço do autor se situa na diferenciação da sociologia enquanto uma ciência moderna, que nasce voltada para a compreensão dos dilemas fundamentais deste tempo histórico em seu ver, sejam eles, basicamente, como em *A Filosofia de Dinheiro* (1900), a tragédia da cultura moderna, que com o advento da economia monetária, separa gradativamente a dimensão subjetiva individual da dimensão objetiva do mundo social, diminuindo consecutivamente os espíritos individuais através da quantificação das relações sociais, paralelamente aos processos de diferenciação e auto-afirmação sociais verificados na época moderna.

Sistematicamente, a contribuição simmeliana transita entre os distintos pilares analíticos extremos (“o abstrato” e “o empírico”, “o geral” e “o particular”), em nome

¹⁰ Leopoldo Waizbort em *As Aventuras de Georg Simmel* (2000) mostra que tal idéia abarca as diversas matizes do pensamento simmeliano sendo constitutiva da própria idéia de “cultura filosófica” “(...) tematizada nos registros os mais variados, descoberto nos objetos os mais diversos e perpassa como baixo contínuo tanto a filosofia da cultura e a teoria do dinheiro, como a análise e diagnóstico do presente.” (Waizbort, 2000, p. 491).

do questionamento acerca da possibilidade da existência moderna em sociedade, ou no seu dizer “Como é possível a sociedade?”, sendo, portanto um dos eixos norteadores da vinculação que se possa identificar entre a “sociologia” e a “sociedade”, como uma preocupação central que basearia o perfil mesmo da disciplina em questão. Simmel procura articular conceitualmente, o nível da abstração, da compreensão filosófica, ou filosófico-sociológica, e o nível dos fatos históricos, contemplados na verificação do desenvolvimento particular de uma dada sociedade, constituindo-se numa proposta fundadora de uma vertente da sociologia, que malgrado seja enxergada como “relacional” (Vandenberghe, 2005), “metafísico-empírica” (Öelze, 1998), ou “formalista” (Moraes Filho, 1983), deve ser entendida como consideração abstrata das distintas formas sociais (Cf. Simmel In: Moraes Filho, 1983), ou se preferir, como sociologia mesma, visto que, ir do geral para o particular, da teoria para a empiria ao nível da análise, é, a meu ver, embrenhar-se na empreitada sociológica no que ela pode oferecer de mais sistemático. Para Simmel, só existe "sociedade" onde seus indivíduos se encontram em interação de acordo com vários tipos de motivações. No mundo social, a dinâmica da interação entre indivíduos corresponde à “unidade” de análise, a saber, a “sociação”¹¹ (*Vergesellschaftung*). O conceito de “sociação” é um dos conceitos fundamentais em Simmel, definido em *O Problema da Sociologia* (1894), estando na base da distinção metodológica entre forma da “sociação” (ou “formas sociais”) e conteúdo da “sociação”, referindo-se enquanto “(...) conteúdo ou matéria da sociação tudo quanto exista nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda realidade histórica) – como instinto, interesse, fim, inclinação, estado ou movimento psíquico – tudo enfim capaz de originar ação sobre outros ou a recepção de suas influências” (Simmel In: Moraes Filho, 1983).

A distinção entre “forma” e “conteúdo”¹² sociais sustentadora de seu plano teórico-metodológico, nas bases de sua “sociologia formal”, como ramo especializado da sociologia, ao lado da “sociologia geral” e “filosófica”, focaliza a sociedade segundo

¹¹ Não confundir o conceito de “sociação” com a apreensão dos conceitos, em termos de tradução e interpretação, de “socialização” ou “associação” como propõe Moraes Filho (1983). Vandenberghe (2005) parece incorrer no engano de recepcionar tal conceito, mediante uma leitura reconhecidamente de extração durkheimiana, como “sociologia das formas de associação”, o que acaba por deixar de lado a dimensão do fazer lento e processual da sociedade em Simmel, na direção da identificação de um potencial cristalizado em formas de organização.

¹² Sobre a indistinção empírica entre “forma” e “conteúdo”, o autor mostra que “(...) em qualquer fenômeno social dado, conteúdo e forma sociais constituem uma realidade unitária. Uma forma social desligada de todo conteúdo não pode ter existência, do mesmo modo que a forma especial não pode existir sem uma matéria da qual seja forma. Tais são justamente os elementos, inseparáveis na realidade, de cada ser e acontecer sociais: um interesse, um motivo e uma forma ou maneira de interação entre os indivíduos, pelo qual ou em cuja figura aquele conteúdo alcança realidade social.” (Simmel In: Moraes Filho, 1983, p.61).

a dinâmica dos indivíduos, portadores de inclinações, crenças, interesses, convicções, em suma, motivações, não facultando, contudo, dado que os vínculos que se estabelecem entre as pessoas são muito complexos, sua redução aos seus elementos últimos, isto é, ao conteúdo subjetivo. Além do quê, são tais conteúdos comumente inapreensíveis pelo sujeito-pesquisador. Estudar as formas sociais é se dedicar a exprimir a situação das interações humanas (Idem. Ibidem). Mais que isso, é desejar conhecer “como as formas sociais se mantêm?”, “quais são as 'leis' próprias da sociação?” que atuam para que a interação entre os indivíduos apareça sob formas sociais específicas, revelando o problema por excelência da sociologia como ciência para Simmel: a descoberta da permanência e das mutações das formas sociais, submetendo os fatos históricos a uma nova abstração e ordenação. Neste sentido, são os “círculos sociais” uma espécie de abstração utilizada por Simmel na observação das configurações sociais significadas pelos esquemas de interação levados a cabo por cada indivíduo, constituindo e reconstituindo grupos sociais, num incessante ir e vir histórico, que permeia e dá sentido a ação ou a interação realizada no mundo social. Analiticamente, Simmel aponta três formas de consideração dos fenômenos históricos em devir: 1) as considerações acerca das existências individuais que são portadores reais das situações; 2) as considerações sobre as formas de interação, e; 3) as considerações sobre os conteúdos, formulados sob conceitos, das situações e dos acontecimentos. (Cf. Simmel. Op.Cit.). Nesta ordem, a atenção dispensada por Simmel situa-se tanto e simultaneamente, nas ações empreendidas pelos indivíduos como fonte de significação social, nos esquemas de “interação”, ou seja, na ação mutuamente determinada que se baseia exclusivamente nas origens pessoais, e nas motivações que fornecem conteúdo a estas, sobressaltando-se nas situações sociais específicas.

Em *El Cruce de los Círculos Sociales*, ou *O Cruzamento dos Círculos Sociais* (1939), Simmel lança mão do aparato teórico-metodológico da noção de “círculos sociais” na compreensão da formação do homem e da sociedade modernos, ao pontuar que a constituição de círculos em sua gênese histórica pode explicar o grau de unidade que pressupõe o consenso e discordância sociais, de aproximação e distanciamentos entre indivíduos, de acordo com o desenvolvimento mesmo das individualidades e da formação social modernos, proporcionando um modo particular de ação guiada pela liberdade individual de escolha da participação neste ou naquele círculo social, assim como o pertencimento ao número de círculos desejado, ou seja, o indivíduo fazendo parte de determinados círculos segundo seu interesse próprio. Esta seria uma tendência moderna, que o homem moderno traz consigo desde tenra idade: “O homem moderno

pertence primeiramente à família de seus pais, logo, a fundada por ele, e, por conseguinte, a de sua mulher, depois, a sua profissão, o que já, por si só, o ligará muitas vezes a diversos círculos de interesses (...)” (Simmel, 1939, p.15). Os “círculos sociais”, desta forma, dão vazão às características formativas dos grupos sociais, como a homogeneidade ou heterogeneidade sociais, que distinguem os indivíduos quanto à origem e à posição social, que dimensiona as preferências e os gostos pessoais, desenhando inevitavelmente uma espécie de estilo de vida singular. Também demonstra a partir da constatação da quantidade de círculos, suas interseções, seus entrecruzamentos, o nível de complexificação de uma dada sociedade. A dinâmica que envolve o cruzamento dos círculos sociais indica a possibilidade de diferenciação social, tanto relativa à esfera individual quanto aquela que toca a estrutura de grupos sociais, sendo um meio pelo qual se pode inferir o grau de flexibilidade, de diversidade de uma sociedade, e mesmo o que denomina de rigidez, a respeito da estrutura social, que permanece paralelamente às variações sociais. Assim, os círculos intelectuais, os círculos ligados ao erotismo, os círculos ligados à profissão, os círculos religiosos, dentre outros, apresentam internamente a edificação de laços sociais, estreitados ou afrouxados segundo a ligação de cada indivíduo pertencente ao todo de sua configuração de acordo com a probabilidade de formação de uma “honra” coletiva específica. Sobre isto, Simmel nos diz que:

A estreiteza dos laços que ligam os membros de cada círculo se pode medir pelo grau em que este círculo tem de formar uma “honra” especial, de maneira que a ofensa da honra por um dos membros seja sentida pelos demais como uma diminuição da própria honra, o que a associação possui uma honra coletivo-pessoal, cujas variações se reflitam no sentimento de honra de cada membro. A produção deste sentimento específico de honra (honra familiar, honra militar, honra comercial, etc.) assegura a estes círculos o comportamento adequado de seus membros, particularmente na esfera daquela diferença específica, pela qual se distinguem do círculo social mais amplo, até o ponto em que as regras coercitivas que fixam a conduta adequada frente a este círculo mais amplo (as leis do Estado) não contêm preceito algum referente aquele outro comportamento específico. (SIMMEL, 1939, p. 34).

Importante ressaltar assim que, ao que parece, a noção de “círculos sociais” difere conceitualmente no arcabouço teórico simmeliano da noção de “grupos sociais”. Por “grupos sociais”, o autor percebe a influência que o mero número de indivíduos sociados tem sobre as formas da vida social, determinado de acordo com seu tamanho (“pequeno grupo”/ “grande grupo”) e o grau de unidade social que alcançam em sua

configuração, enquanto por “círculos sociais”, entenda-se seus esquemas de interação que permitem maior fluidez no que tange ao pertencimento de seus membros, no compartilhamento de determinados estilos de vida social. Neste ponto, pode-se admitir que os “círculos sociais” perpassam as estruturas dos grupos sociais, visto que a participação de diversos membros ligados e oriundos de diversos grupos, portando assim, origens sociais heterogêneas, pode ser constatada na configuração dos diversos círculos. Dito de outro modo, em Simmel, um indivíduo tem maior margem de liberdade de pertencimento a um círculo social do que a um grupo social, uma vez que este corresponde, a rigor, a sua posição social em uma determinada sociedade. Os círculos possibilitam ao sociólogo o estudo das mínimas configurações sociais, margeadas por motivações entre indivíduos em interação, em “sociação”, responsáveis pelas situações e acontecimentos sociais, correntes e recorrentes, que dão sentido a existência em sociedade, dinamizadoras de grupos sociais, segundo seus afastamentos e proximidades, reveladoras de tensões constitutivas das próprias interações, dos conflitos norteadores do grau de unidade a ser visualizado. A sociologia simmeliana incorpora a dimensão do “conflito” (*Kampf*), das discordâncias, das controvérsias, dos distanciamentos entre indivíduos e grupos, como algo inerente a todo processo de interação, de “sociação”, nos quais a contradição e o conflito, ao contrário de revelar uma oposição intrínseca e explícita à idéia de unidade social, precedem esta unidade assim como estão em cada momento da existência social. A natureza sociológica do conflito para Simmel se assenta na observação acerca da força integradora que o conflito proporciona aos grupos sociais, a partir de um afastamento individual que pode indicar uma cisão ou contradição intra-grupo, reconfigurando a estrutura dos grupos. O conflito como “sociação” é vislumbrado pelo autor, nestes termos:

Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve ser certamente considerado uma sociação. E de fato, os fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as causas do conflito, este irrompe devido a essas causas. O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes, é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes. (SIMMEL IN: MORAES FILHO, 1983, p. 122).

Evaristo de Moraes Filho em *Formalismo Sociológico e Teoria do Conflito* (1983) que intitula a apresentação da coletânea organizada pelo sociólogo brasileiro sobre a obra de Georg Simmel, aponta a vinculação no pensamento simmeliano entre a

elaboração mesma de uma “teoria do conflito”, como uma das principais vertentes de compreensão da vida social moderna em seus enlaces mais sutis, e a delimitação de uma “teoria da mudança”, através da qual se possa entender os processos cotidianos das mudanças e das permanências fomentados pelos diversos esquemas de interação. Moraes Filho indica que para o sociólogo alemão, “(...) o conflito não é patológico nem nocivo a vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra.” (Moraes Filho, 1983, p.23). O papel da sociologia em seu dever ser acompanha o próprio panorama do ir e vir social, tenso e nuançado, sendo, portanto uma ciência para Simmel eminentemente empírica, que está atenta às clivagens históricas compostas por movimentos de avanços e recuos, tendo como objeto, pois, “(...) a multiplicidade de interações, numa incessante vida de aproximação e de separação, de consenso e de conflito, do permanente vir-a-ser.” (Idem. Ibidem). Vale considerar na perspectiva simmeliana tais fundamentos sociais transformados em sociológicos, de acordo com uma dada observação da realidade histórico-social, ao categorizar determinados fenômenos constitutivos da sociedade moderna, em suas realizações mais abstratas e macrossociais, em formas sociais cristalizadas. No entender de Simmel, isto é o que fornece justamente a riqueza e a complexidade do social, e o que faculta a sociologia na condição de ciência da sociedade, expressar e explicar o modo pelo qual os instintos, os interesses, as idéias, enfim, os conteúdos relativos à “sociação”, tudo o que orienta o plano das ações mutuamente determinadas, se integrem passo a passo, historicamente, em formas sociais concretas, reconhecidas pelo sociólogo. Não por outro motivo, eis o caráter da sociologia enquanto ciência empírica, aquela que esta disposta metodologicamente e epistemologicamente, na tarefa da decodificação da sociedade: “(...) trata-se somente da analogia com a consideração metodológica e seu desenvolvimento; trata-se de descobrir os delicados fios das relações mínimas entre os homens, em cuja repetição contínua se fundem aquelas grandes formações que se fizeram objetivas e que oferecem uma história propriamente dita.” (Simmel In: Moraes Filho, 1983, p. 73).

A atenção aos “delicados fios” que constroem a esfera dos pormenores, daquilo que é imperceptível numa análise social apriorística, para Simmel, não se trata de psicologizar a sociologia, tampouco de descartar o curso dos acontecimentos históricos que engendram as pequenas relações sociais, ao mesmo tempo em que são sustentados por estas. O potencial explicativo da sociologia está em desvendar, desvelar, pôr em xeque, as evidências do mundo social, redutoras, no plano científico, de toda a

complexidade inscrita num momento específico no qual dois ou mais indivíduos estão em interação, produtores e reprodutores da significação da vida moderna em sociedade. Deve-se incorporar, na medida em que elas representam um elemento explicativo importante para a interação, para as noções de proximidade e afastamento, de distância social, de vizinhança e de isolamento, na observação do real, “(...) não o espaço geográfico ou geométrico, e sim as ‘forças psicológicas’, os ‘fatores espirituais’, que aproximam, unem, distanciam ou separam as pessoas e os grupos.” (Moraes Filho, Op.Cit., p. 24).

Neste ínterim, permanecem as seguintes indagações: qual a utilidade da perspectiva simmeliana para o estudo da construção de uma universidade, ou qual a relevância da noção de “círculos sociais” para a compreensão do vir a ser uenfiano na cidade de Campos dos Goytacazes? Não obstante, a abordagem proposta aqui se envereda num estudo de sociologia aplicada, grosso modo, e precisamente na reflexão sobre a participação de personagens, indivíduos e grupos, na efetivação de um projeto de universidade no mundo social, tematizando o modo pelo qual o escopo mais amplo de idéias variadas sobre a feição assumida e reconhecida por uma universidade pública na cidade são fomentadas e levadas a cabo por aqueles, motivados cada qual por interesses, desejos, expectativas de ver concretizado na realidade o perfil de universidade defendido. Com isto, a proposta dos “círculos sociais” de Simmel nos possibilita uma análise que foge de uma relação estanque entre Estado, na figura de um projeto político de assinatura do Governo Brizola, e estratos intelectuais situados fora do âmbito estatal, expressos nas reivindicações dos personagens campistas, ao nos fornecer instrumentais mais acurados na análise do processo de construção da UENF, mostrando como descobrir os delicados fios, as relações mínimas entre os homens e mulheres, cuja repetição contínua fundamenta e suporta todas aquelas grandes formações, tornadas objetivas e que apresentam uma história própria.

Buscar o esboço da feitura de uma sociologia dos círculos sociais se refere nesta dissertação, não na identificação e conceituação rígida dos esquemas de interação proporcionados por cada personagem no período de construção da UENF em Campos, tentando aplicar automaticamente um arcabouço teórico específico a um dado problema de pesquisa, isto é, não se pode modificar a realidade em nome do sucesso da adoção de noções e conceitos avessos e improdutivos para um estudo sociológico, mas antes na percepção dos “*círculos sociais*” como e enquanto balizas teórico-metodológicas que orientam o sociólogo na navegação rumo à contribuição da compreensão sobre um processo tenso e complexo, no qual indivíduos, homens e mulheres, atuaram como

elementos decisivos na institucionalização das idéias em uma universidade pública como a UENF, mediante aproximações e distanciamentos específicos, vez ou outra, de acordo com seus ideais e posicionamentos próprios, de modo a criar, expectativas recíprocas de suas participações em cada momento relativo ao processo de construção da universidade. Deste modo, o sociólogo alemão nos auxilia tanto nas considerações sobre as relações e correlações, as interações, que historicamente, fizeram com que a UENF pudesse existir tal como em sua versão final de 1993, ao desvendar na realização da instituição de grande porte social como a universidade pública, os microfundamentos, dos acordos, das alianças, das intrigas, das revanches, e dos conflitos e controvérsias, que enquanto tais, não obstaculizaram empiricamente aquela empreitada, mas significaram-na como produto político-social, e, portanto, humano, quanto no dimensionamento dos conteúdos concernentes às idéias sobre a instituição em destaque, em debate e nos embates propriamente ditos, sobre as idas e vindas verificadas. A análise sobre a construção da UENF pretende estar aqui, uma vez referida pela perspectiva de Georg Simmel, entrecortada e transversal com alguns elementos que expus, de modo que o leitor possa tê-los em mente no decorrer do texto.

PESQUISA HISTÓRICO-DOCUMENTAL E HISTÓRIA ORAL

A base empírica para a visualização acerca dos círculos sociais componentes do processo de construção da UENF norteou-se mediante a pesquisa histórico-documental realizada na Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) localizada no bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro. O patrimônio da FUNDAR é constituído por dotações pessoais que correspondem a bens móveis e imóveis, direitos autorais das obras de seu Instituidor, objetos de arte, a biblioteca (aproximadamente 30.000 volumes), fitas de vídeo cassete (aproximadamente 300), os arquivos (aproximadamente 1.000 caixas de arquivo com documentos, correspondência, recortes de jornais, textos, etc.), inclusive os originais das obras literárias e científicas de Darcy Ribeiro e a casa-sede onde está instalada, atualmente, a Fundação¹³. Este local, que ainda está em vias de se efetivar como lugar de pesquisa fundamental para os estudos sobre Darcy Ribeiro e dos temas que tocam diretamente a sua vida pública, apesar de arquivar um rico material sobre o autor, reúne enquanto projeto intelectual do próprio Darcy, um extenso material de pesquisa do titular, consistindo da biblioteca, e também do acervo documental, subdivididos em “Arquivo Darcy Ribeiro”, relativo aos documentos do titular, e “Arquivo Berta Gleizer Ribeiro”, relativo aos documentos da antropóloga Berta Gleizer

¹³ Cf. www.fundar.org.br.

Ribeiro (1924-1997)¹⁴, esposa de Darcy Ribeiro durante 25 anos.¹⁵

Mais especificamente, o “Arquivo Darcy Ribeiro” está dividido em 15 (quinze) conjuntos ou séries documentais, apresentados desta forma: “Documentos Pessoais”, constituído por 22 (vinte e dois) dossiês temáticos, comportando documentos de carácter pessoal do período de 1928 até 1997; “Indigenismo”, retratando a atuação de Darcy Ribeiro como etnólogo e chefe da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre 1947 e 1956, assim como seu envolvimento com as questões indígenas para além das funções exercidas neste órgão, sendo constituída por 42 (quarenta e dois) dossiês temáticos, divididos em quatro sub-séries: Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Entidades e Instituições, e Documentos Diversos; “Governo João Goulart”, acerca da atuação de Darcy neste Governo de 1961 a 1964, composto por 6 (seis) dossiês, divididos em duas sub-séries: Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil; “1º Governo Brizola (1983-1987)”, sobre sua participação na primeira passagem de Leonel Brizola pelo executivo estadual do Rio de Janeiro, onde Darcy, além da vice-governadoria, esteve à frente de outras instâncias governamentais, como Secretário Estadual de Ciência e Cultura, presidente da Comissão Coordenadora do Programa Especial de Educação (PEE), presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ). Esta série é composta 58 (cinquenta e oito) dossiês temáticos, relativos aos feitos do Programa Especial de Educação (PEE), que implantou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), a documentação relativa à criação da Casa França-Brasil e à construção do Sambódromo; “Governo Newton Cardoso”, sobre a atuação de Darcy Ribeiro na Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social do governo do estado de Minas Gerais, durante o ano de 1987, a convite do governador Newton Cardoso e é constituída por cinco dossiês e a documentação abrange o período de 1984 a 1988; “2º Governo Brizola (1991-1994)”, relativo à atuação de Darcy Ribeiro durante a segunda passagem de Brizola à frente do executivo fluminense, quando exerceu o cargo de Secretário Extraordinário de Programas Especiais do Governo. Esta série é constituída por 3 (três) sub-séries, sejam

¹⁴ Mattos (2007) acentua que a participação de Berta Ribeiro na produção intelectual de Darcy mostrou-se fundamental: “Em 1958, esteve ao seu lado no planejamento e implantação do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Já no período de exílio, colaborou amplamente, com extensa pesquisa bibliográfica, compilação de dados, estatísticas, elaboração de gráficos e tabelas, para a série *Estudos de Antropologia da Civilização*. Destes mesmos livros, escritos por Darcy, foi ainda a responsável pela revisão das traduções em inglês e castelhano, além do levantamento bibliográfico e estatístico e preparo dos originais em castelhano do livro *A Universidade Necessária*”. (Mattos, 2007, p.10)

¹⁵Para mais informações sobre o “Arquivo Berta Gleizer Ribeiro”, consultar: http://www.fundar.org.br/consulta/arquivo_bera.htm.

elas: “II Programa Especial de Educação (II PEE)”, “Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)” e “Assuntos Gerais”, totalizando 34 (trinta e quatro) dossiês temáticos.

Completam o “Arquivo Darcy Ribeiro”, as séries, “Senado”, comportando 43 (quarenta e três) dossiês envolvendo o período de 1991 a 1997; “Política Partidária”, constituindo de 21 (vinte e um) dossiês, relativos a vida partidária de Darcy, no PTB e no PDT, entre os anos de 1972 e 1996; “Instituições Diversas”, composta de 31 (trinta e um) dossiês relativos a participação de Darcy no CBPE, na UnB, bem como nos projetos de reestruturação das universidades no exterior; “Edições”, contendo dados sobre os contatos e contratos com diversas editoras, em 48 (quarenta e oito) dossiês; “Assuntos Gerais”, composta por 48 (quarenta e oito) dossiês; “Produção Intelectual”, a série mais extensa do Arquivo, com 650 (seiscentos e cinquenta) referências, sobre diversos originais de obras de Darcy como “O Mulo”, “A Utopia Selvagem” e “Maíra”; “Fotografia”, composta por cerca de 8.852 documentos organizados em 701 registros, a compreende não só as fotografias, mas os cartões postais e as gravuras acumuladas pelo titular, desde década de 1940 até sua morte em 1997; “Recortes de Jornal”, com 75 (setenta e cinco) dossiês, compreendendo o período de 1948 a 1997, e, “Correspondência Geral”, dividida em duas sub-séries: “Correspondente”, onde estão separadas em dossiês nominais as cartas trocadas entre Darcy Ribeiro e terceiros, tais como antropólogos, políticos e escritores, “Assuntos”, onde está alocada uma correspondência de ordem mais geral.¹⁶

Deste modo, procurou-se consultar sistematicamente o “Arquivo Darcy Ribeiro”, através da série “II Governo Brizola (1991-1994)”, mais especificamente, a sub-série “UENF”, composta por 12 (doze) dossiês ou complementos, sendo cada um destes formado por uma quantidade de pastas que somadas, totalizam 29 (vinte e nove) pastas¹⁷. Estas pastas, dispostas em seus complementos, contêm documentos relativos ao período de 1991 a 1996, com conteúdos específicos sobre: 1) “Implantação /Administração”, composta por sete pastas contendo documentos importantes sobre os antecedentes imediatos à construção da UENF, como a primeira reunião de Darcy Ribeiro com demais personagens sobre a discussão em torno do perfil da universidade, e os Projetos de Decreto da Secretaria Extraordinária do Estado enviados por Darcy com fins de instituição da UENF, criação das comissões acadêmicas e técnicas de planejamento e implantação, concessão de 450 milhões para despesas de implantação. Aparecem também neste complemento esboços do Plano Orientador, a Carta-Consulta,

¹⁶ Cf. <http://www.fundar.org.br/consulta/series.htm>.

¹⁷ Ver Apêndice A.

versão do documento para regulamentação da universidade no Conselho Estadual de Educação, assim como telegramas, comunicados sobre a construção da UENF; 2) “Biblioteca”, contendo idéias preliminares para a organização da Biblioteca do Centro de Humanidades da UENF, bem como projetos de aquisição de material; 3) “Diversos”, contendo decretos e nomeações, como por exemplo, aquela para o primeiro Reitor da UENF, Wanderley de Souza; 4) “FENORTE”, contendo a Lei da Fundação Estadual do Norte Fluminense (FENORTE) – Lei nº 2043 de 10 de dezembro de 1992, a publicação no Diário Oficial do decreto 18.578 de 06 de abril de 1993 que institui a FENORTE, e a nomeação do seu primeiro Conselho Curador realizada em 28 de junho de 1992; 5) “Obras”, contendo as plantas dos prédios da UENF; 6) “Educação a distância”, contendo projetos e propostas para a área de Educação na universidade, como “A Educação na UENF: uma proposta diferente” por Teresinha Rosa Cruz, e “Esboço de um programa de educação à distância: linhas orientadoras e propostas” por Sonia Nogueira; 7 e 8) “Colégio dos Jesuítas/ EBCTV/ EICTV Cuba”, sobre a implantação da Escola Brasileira de Cinema e TV na UENF mediante convênio com a Escola Internacional de Cinema e TV de Cuba, através de projetos e propostas; 9) “TECNORTE”, sobre o Parque de Alta Tecnologia (TECNORTE); 10) “Revista da UENF”, contendo as três edições do periódico que publiciza o Plano Orientador, a proposta da Faculdade de Educação e Comunicação, e Aula Magna da universidade; 11) “Vila Maria/ Centro Cultural”, sobre a Casa de Cultura Villa Maria da UENF; 12) “Solar da Baronesa”, prédio histórico da cidade de Campos a ser aproveitado na construção da universidade.

Relativamente à tarefa da pesquisa documental que nos põe inevitavelmente diante da versão oficial da construção da UENF, ao entender que o acesso ao “Arquivo Darcy Ribeiro”, proporciona ao sociólogo uma leitura do processo em questão a partir da memória mesma de seu mentor, do mesmo modo, que, conforme Ludmila Catela¹⁸ reconheça-se que os arquivos são construções sociais múltiplas, que reúnem uma diversidade de instituições e agentes que viveram e conservaram papéis, fotos, imagens de um tempo ou de um lugar, busca-se uma abordagem direcionada ao exame da conformação dos círculos sociais no que tange à construção da UENF segundo uma análise acerca dos esquemas de interação em sua constituição, voltando às discussões

¹⁸ Catela questiona as imagens políticas ou sociais construídas a partir dos arquivos: “Perguntamos sobre os arquivos, questionar as imagens mais comuns sobre lugares que guardam papéis velhos ou que só interessam aos aficionados por histórias antigas ou aos historiadores é um tema crucial que enriquece etnograficamente o conhecimento dos lugares da história e pode descobrir um mundo de relações que antes de evidenciar a vida de outros (aqueles referidos nos documentos) retrata o mundo dos seres que os habitam e fazem deles um lugar de enigmas, poderes e representação do mundo.” (Catela, 2002, p. 219).

sobre os aspectos que engendram a construção das memórias dos personagens envolvidos naquele processo, facultando o acesso substanciado a um momento histórico específico. A memória dos intelectuais e políticos envolvidos diretamente nos debates e nos embates que preenchem de significado o surgimento da UENF em Campos dos Goytacazes, através da lembrança de seu destino individual, que como nos diz Maurice Halbwachs (1990), corresponde à consideração do indivíduo como personagem histórico, se aproximam coletivamente no ato da rememoração, atando-os ao plano da experiência, ao plano do vivido, colaborando para a narração de um momento em especial como a construção da UENF. Na esteira de Michael Pollak (1992), que aponta para a memória como um fenômeno construído por acontecimentos, personagens e lugares, procuro entender o período em questão de acordo com uma observação sobre a leitura, tanto coletiva quanto individual, que os personagens podem potencialmente elaborar a respeito sobre o lugar que ocupa, o surgimento da UENF, em suas vidas.

A História Oral está baseada aqui por relatos orais, depoimentos, entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas com os pioneiros da UENF, os personagens envolvidos diretamente neste processo, selecionados para entrevista de acordo com a pesquisa documental. A completude da história oral condiciona-se à capacidade do investigador sistematizar as versões, interrelacioná-las bem como à situação na qual estão sendo produzidas, concebendo-as em seu tempo histórico presente, ainda que referido a um passado, mostrando-se relevante na medida em que percebemos que as versões dos entrevistados são elas mesmas fontes primordiais do processo em análise, figurando com a mesma importância dos registros escritos, transparecendo que ultrapassamos efetivamente seu domínio de origem - a história, por excelência - uma vez que nosso trabalho insere-se no campo sociológico na interface com as demais ciências sociais, áreas nas quais a História Oral já tem seu âmbito de ação reconhecido uma vez que possibilita “(...) um ponto de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais e do comportamento, especialmente com a antropologia, a sociologia, e a psicologia” (Cf. Lozano, 1996).

A memória ocupa um papel central nos depoimentos orais e ressignificam a realidade, o que não invalida, em absoluto, o relato, mas o torna mais fértil à análise qualitativa. Nesse sentido, os depoimentos orais têm de ser tomados em sua totalidade, a permitir sua exploração em todas as suas potencialidades. A memória dos entrevistados opera como uma "objetivação" das versões, pois oferece seu significado e dá seu corpus histórico, lançado no tempo e no espaço através da narrativa como “forma de construção e organização do discurso (...) fontes orais são narrativas históricas, sejam as dos

entrevistados, seja as do entrevistador.” (Lozano, 1996). A complementaridade das versões constitui um esquema analítico frutífero para a pesquisa sociológica porque, tomados de forma complementar, as parcialidades de cada versão conectam-se e qualificam a nossa análise que se torna não mais "presa" de uma única versão da realidade ou visão de mundo. Seja por meio de silêncio ou de esquecimento (Cf. Pollak 1989), lacunas constituídas que interessam ao estudo dos sentimentos e valores compartilhados por um grupo, compreender aquilo que não é dito, é digno de observação nesta pesquisa visto que a versão final do projeto UENF revela a realização institucional de uma concepção de universidade num processo tenso de disputas que facultam a emergência de sentimentos os mais díspares que operam como fator eminente de solidariedade no interior de um grupo. (Cf. Ansart, 2004) ¹⁹.

PLANO DA EXPOSIÇÃO

Para efeitos de organização do texto da dissertação, proponho no **CAPÍTULO UM** discutir acerca do Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense, entendido na composição entre a recorrência ao pensamento social de Darcy Ribeiro, ao menos no que se refere ao tema da universidade pública, como tema de destaque em suas preocupações teórico-políticas, em sua vida intelectual e pública, a fim de analisar o conteúdo das propostas de Darcy para a questão da universidade, e em que medida ela se aproxima do fundo teórico-ideológico encontrado na carta fundadora da UENF, sistematizada no “Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense”, que contém a descrição sistemática da universidade, e uma versão do Plano. Verifico a Revista “Universidade do Terceiro Milênio”, com a publicação condensada do Plano, e mais dois volumes. No **CAPÍTULO DOIS**, procuro situar alguns condicionantes políticos que proporcionaram a entrada de Darcy Ribeiro nos rumos do projeto UENF, como a aliança bastante reconhecida entre Darcy e Leonel Brizola, assim como as articulações entre forças políticas locais e estaduais, perguntando sobre o modo pelo qual a utopia darcyniana contida em seu pensamento sobre a universidade assiste o retorno ao plano político estadual. Tenciono a descrição analítica da primeira reunião formal presenciada por Darcy Ribeiro em São Cristóvão, com a participação de elementos do governo

¹⁹ Ansart (2004) explica que a memória dos sentimentos e dos ressentimentos pode constituir-se por quatro vias específicas, selam elas: a tentação do esquecimento, a rememoração, as revisões (“guerra de memória”), e a intensificação (“o desejo de vingança”). Neste sentido, podemos avaliar a elaboração da memória por parte dos entrevistados neste trabalho que segue, grosso modo, pelo caminho da rememoração que oscila vez ou outra numa tomada de posição de grupo frente aos ditames da história oficial da construção da UENF.

brizolista e da cena municipal, para tentar demonstrar a atuação de determinados personagens no âmbito da Comissão Acadêmica e Técnica de Implantação da UENF, como o nível das interações produzidas e reproduzidas no cenário de construção da universidade, na fundamentação do perfil traçado para a UENF, constituindo o próprio escopo das diretrizes expostas no Plano.

No **CAPÍTULO TRÊS**, vislumbro mapear brevemente a constituição histórica da idéia de universidade pública na cidade de Campos dos Goytacazes, incorporando-o como um aspecto relevante nos posicionamentos dos personagens nos idos dos anos de 1990, presente nos discursos destes acerca do que deve ser uma universidade pública em suas concepções, e de que forma elas sustentam suas atuações no cenário de construção da UENF. Passamos pelas propostas de Theobaldo Santos para a *Universidade de Campos* (1935), como o primeiro escrito sistemático a conter uma proposta de universidade, pelas construções das Faculdades Campistas, recuperadoras do intento universitário, e fortalecedoras dos debates a respeito da questão. Atento para a estreita relação entre o desenvolvimento das idéias e das ações em torno da efetivação de um plano de universidade e de sua implantação, e dos estratos intelectuais e políticos campistas como agentes promotores da causa, e como eles estiveram presentes no momento histórico da “Emenda Popular de 1989”, que define o modelo que convinha a estes grupos, o de reunião das instituições de ensino superior da cidade. No **CAPÍTULO QUATRO**, pretendo ir ao encontro do quadro de versões e depoimentos colhidos durante a pesquisa com os personagens Maria Thereza Venancio, Geraldo Augusto Venancio, Mário Lopes Machado, e Zuleima de Oliveira Faria, com o objetivo específico de tratar suas entrevistas semi-estruturadas como materiais de análise sobre suas posições sobre a construção da UENF, estreitadas que estão pelo grau de suas participações na cruzada uenfiana, em seus potenciais avaliativos e descritivos, procurando somá-los na conformação de uma moldura compreensiva sobre o processo de construção da UENF, observando em suas falas, aspectos que constituiriam um modelo de “Universidade Necessária” para Campos, suas anotações sobre as idas e vindas da execução do projeto UENF, tentando ver em quais pontos eles nos ajudam na tarefa de desvelar o surgimento da UENF. Finalmente, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** visiono clarificar o argumento central do trabalho acerca dos fundamentos políticos da construção da UENF.

CAPÍTULO 1:
DE VOLTA AO 3º MILÊNIO:
SISTEMATIZANDO O PLANO ORIENTADOR DA UENF

O retorno analítico ao Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense assinado por Darcy Ribeiro na posição de chanceler²⁰ da universidade apresenta-se como empreitada fundamental, no estudo sociológico sobre a construção da UENF, visto que fornece as bases e diretrizes institucionais uenfianas, apontando seus rumos históricos no cenário acadêmico-intelectual da cidade de Campos dos Goytacazes e da região do Norte Fluminense. A compreensão necessária aqui corre no sentido de visualizar os pormenores sustentadores e significantes da carta fundadora da universidade sob uma análise ampla e tencionadora da detecção dos conteúdos relativos às ambições e intenções, na contribuição à sistematização do documento em questão em suas versões presentes na Carta-Consulta que dá o aval legal para o funcionamento da universidade, contendo juntamente com o Plano Orientador, o Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, maior e mais sistemático em seu escopo, quanto na Revista “Universidade do Terceiro Milênio”, em sua versão publicizada contendo modificações e algumas edições importantes de conteúdo.²¹ O Plano Orientador representa para o pesquisador interessado, particularmente nas nuances inscritas no processo de construção da UENF, uma possibilidade avaliativa dos potenciais institucionais referidos neste documento em termos de projeção de uma história universitária, que se pretende sistemática, por Darcy Ribeiro. Isto é, observar as idéias e noções dispostas no Plano Orientador, requer como parte de uma análise mais acurada e substantiva acerca da UENF, não a correspondência automática deste documento com os ideais darcynianos, mas a compreensão da missão uenfiana em Campos dos Goytacazes mediante a contribuição de Darcy Ribeiro, no que tange ao tema da universidade pública em seu pensamento social²².

1.1. PRELIMINARES SOBRE A UENF EM DARCY RIBEIRO

No escopo do Plano Orientador, Darcy Ribeiro se depara com as características típicas de um plano, de um projeto: a busca pelo controle de uma experiência histórica

²⁰ A tarefa de chanceler consistiria na coordenação das relações da universidade com sua Fundação Mantenedora, servindo como interface de ambas, frente ao Governo do Estado. (Ribeiro, 1993a, p.50).

²¹ Edição da Revista “Universidade do Terceiro Milênio” cotejada pelo autor com o original do “Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense” disposto na pasta III do complemento 1991.01.30 do “Arquivo Darcy Ribeiro – Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)”.

²² Ver também Miglievich Ribeiro & Silva Júnior, 2008.

numa conjuntura de tempo e espaço convive com a imprevisibilidade de um longo processo. Neste sentido, a tentativa de planejar uma universidade reside num esforço de diminuição da margem de espontaneidade dos acontecimentos, servindo como parâmetro institucional, no qual a universidade se apóie em seu percurso. Darcy Ribeiro define já no “Preâmbulo”, o caráter de seu Plano:

Seja um plano de reformas, seja um plano de criação de uma nova universidade, sua função é dar aquela universidade um espelho de si mesma, um corpo de metas que ela precisa ter em mente, para não perder-se na disputa de poder e prestígio de seus corpos acadêmicos. Sua ausência condena a universidade a um crescimento ganglionar e desarticulado, como um produto residual de seu passado. (RIBEIRO, 1993a, p. 8). (Grifo meu).

A UENF é entendida por Darcy enquanto uma nova universidade, que vislumbra o futuro como tempo decisivo, que por assim ser, pretende antecipá-lo, lançando as bases da “Universidade do Terceiro Milênio” ainda no ano de 1993, apontando os caminhos que, na ciência e tecnologia fundamentalmente, nortearão a missão da UENF em Campos. Não por outro motivo, os temas do “planejamento” e da “missão” são recorrentemente encontrados no pensamento da geração intelectual de Darcy Ribeiro, numa série de autores que tencionaram a interligação entre o estudo da mudança (diagnóstico) e a proposta da mudança (prognóstico), os quais Villas Bôas (2006a) denominou de “geração de mannheimianos” numa referência direta à recepção brasileira do pensamento do sociólogo húngaro Karl Mannheim. Dos anos 1950 seguiram nomes como Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Costa Pinto, dentre outros, que procuraram, em graus e modos diferenciados, estabelecer e reconhecer a linha tênue entre o “fazer ciência, fazer história” e por assim ser, observar que a produção do trabalho científico é também realizada sob condições históricas, e que só assim pode ser potencializada através do diagnóstico da mudança, da qual a atividade intelectual não está deslocada. (Cf. Matias, 2008). O pensamento de Darcy Ribeiro se mostra representativo deste tempo na medida em que ele é também produto de uma determinada época, e compartilha, grosso modo, o ideário de mudança social presente na “sociologia dos anos 1950”, mesmo não sendo a sociologia o foco de seus estudos, mas através de sua perspectiva antropológica como portadora de um ideal de cientificidade. Darcy dimensiona uma relação entre o conhecimento científico e o processo histórico brasileiro através do grau de consciência acerca da urgência de se diagnosticar e superar o “atraso”²³ como uma condição de desvantagem no processo

²³ Lembro que o diagnóstico do atraso em Darcy é de base histórica, pressupõe a observação das causas

histórico brasileiro, pois atua como impeditivo a uma conjuntura de autonomia nacional, consistindo num esforço de superação de uma clivagem histórico-estrutural rumo a uma dimensão societária pautada por um senso de justiça e solidariedade sociais, ou seja, a proposta darcyniana é, sobretudo, uma aposta nos intelectuais brasileiros, conscientes de seu papel na história brasileira, no fomento de idéias e projetos de sociedade, que tenham como base as causas do atraso e as respostas que viabilizem saídas. A análise de Darcy a respeito dos intelectuais em tal momento é em certa medida, uma auto-reflexão e uma autocrítica, no sentido de trabalhar primeiramente, e de modo decisivo, na esfera teórico-conceitual que seja sensível aos problemas da realidade brasileira²⁴, procurando suprir uma precariedade de instrumentos conceituais que para Darcy levou gerações de intelectuais brasileiros a não discutir as causas históricas do atraso.²⁵ Os intelectuais brasileiros atingindo o limiar de sua “consciência possível”²⁶, àquela que alcança os limites que a visão de classe que cada intelectual traz consigo, devem segundo Darcy perceber a realidade como problema (“o Brasil como problema”) e ter a predisposição para transformá-la.²⁷ A “consciência nacional” devendo ser potencializada no Brasil pelos intelectuais, consiste para Darcy no reconhecimento e compreensão do papel destes na cena histórica brasileira através da contribuição substanciada cientificamente para a mudança social. Desta feita, a idéia de superação do atraso brasileiro, em Darcy, teria de ser uma meta consciente, buscada no âmbito nacional. O caráter da mudança social em Darcy se assenta na projeção de um futuro necessário e de seus empreendimentos históricos básicos para levar a cabo o esforço de superar o atraso

que contribuíram para sedimentação de um quadro estrutural de dependência brasileira enquanto nação que jamais teria existido para si de forma autônoma, que não logrou determinar seu destino, sobretudo de seu povo, imerso numa atmosfera de miséria e ignorância permeada por uma conjuntura de não universalização dos requisitos sociais básicos para a existência social, como saúde e educação, por exemplo. O atraso histórico brasileiro é em Darcy fruto de uma mudança espontânea, reflexa, na qual o Estado brasileiro aparece como uma coalizão classista, da qual a burguesia nacional como um estrato vinculado a interesses externos, não cumpriu o papel clássico revolucionário de universalizar os direitos sociais, justamente por não ser este seu objetivo enquanto fração de classe. Deste modo, o atraso não é um dado a priori da formação histórico-social brasileira, visto que não figura enquanto um elemento de desajuste cultural do brasileiro em relação a um ou outro aspecto de sua vida social. (Cf. Matias, 2008).

²⁴ Eis que a proposta de retrabalhar o esquema conceitual presente em *O Processo Civilizatório* (1975b), na análise da conjuntura histórica brasileira de *Os Brasileiros* (1975a), é um esforço direcionado por Darcy na adequação de todo pensamento forâneo, estrangeiro, ao processo formativo brasileiro.

²⁵ Cf. Ribeiro, 1975a, p. 174. Assim não culpabiliza àquelas abordagens que explicariam o atraso brasileiro por fatores geográficos, raciais ou religiosos, pois sendo o conhecimento um produto da época na qual é produzido, seria difícil segundo Darcy, emergir de um Oliveira Viana, por exemplo, uma teoria de reordenação social devido à carência conceitual de seu pensamento. Cf. Idem. *Ibidem*.

²⁶ Atento para a perspectiva de Joel Rufino dos Santos (2004) que indica o próprio Darcy Ribeiro, bem como Milton Santos, sendo dois dos intelectuais brasileiros que embora cerceados por uma visão classista de mundo, lograram alcançar e superar os limites que sua visão de classe os impunha, alcançando sua “consciência possível”: aquela que os permitiu se indignar com as mazelas sociais e ir de encontro a este quadro. Cf. Matias, 2005.

²⁷ Cf. Ribeiro, 1975a, p.174.

brasileiro: a educação pública, a “universidade necessária”.²⁸ Registro aqui o papel central da universidade brasileira para Darcy em tempos de crise conjuntural, marcadas por um processo de “atualização histórica”. Darcy mostra que se a universidade entre nós está imersa no atraso, posto que é uma instituição da sociedade, é, no entanto, a ela que tem de ser atribuído o papel e a responsabilidade social de nos “alavancar” rumo à “nova civilização”, especialmente porque a universidade é o lócus por excelência do conhecimento científico que balizará a sociedade futura. Em Darcy, reside a idéia da universidade constituindo-se como um projeto intencional, sobretudo, planejado, provocado.²⁹ A proposta de Darcy é assim marcadamente contra-factual, ou seja, está baseada em algo oposto ao que existe para superar o estágio existente do atraso brasileiro: uma universidade proporcionadora do desenvolvimento autônomo em face de um cenário de dependência e colonização cultural.³⁰ Deste modo, o Plano Orientador da UENF aparece, de fato, como uma atividade político-intelectual de planejamento de uma universidade pautada na “missão”, consciente, pois, de seu papel, mas também de suas limitações históricas, definida por Darcy Ribeiro nestes termos: “*Sua missão é adonar-se, cultivar e ensinar a ciência e as tecnologias de ponta, que constituem o patrimônio cultural maior da humanidade, para colocá-las a serviço da modernização e do progresso econômico e social da região e do Brasil.*” (Ribeiro, 1993a, p. 16). (Grifo meu).

A UENF viria a ser, segundo Darcy, uma “universidade de quarta idade”, atentando para uma análise de aprimoramento histórico das universidades brasileiras, fruto da seqüência de três idades (momentos) específicas ao longo de sua história. O primeiro momento das universidades brasileiras diria respeito, segundo Darcy, à organização em faculdades autárquicas de Direito, Medicina e Engenharia, que mantinham características das antigas escolas, como o isolamento e o sistema de cátedras.³¹ Darcy Ribeiro ilustra, deste modo, que quando da Proclamação da República, o Brasil contava apenas com as escolas de Medicina do Rio de Janeiro (1808), e da Bahia (1808), as escolas de Direito de São Paulo (1827) e do Recife (1854), a Politécnica do Rio de Janeiro (1858) e a de Minas, de Ouro Preto. (Cf. Ribeiro, 1995),

²⁸ Ver Ribeiro 1975c. Dentre os quais se destacam sua participação no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) nos anos 1950, a elaboração e implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro nos anos 1980, e a contribuição na construção de universidades públicas no Brasil, como a Universidade de Brasília (UnB) em 1961, e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em 1993, e no exterior, como a Universidade da Argélia, a Universidade do Uruguai, durante o período de seu exílio.

²⁹ Cf. Miglievich Ribeiro & Matias, 2006.

³⁰ Cf. Matias, 2005.

³¹ Curiosamente, este panorama acadêmico seria semelhante ao encontrado por Darcy em Campos dos Goytacazes, sobre o qual tratarei posteriormente

orientadas para a formação de bacharéis em Advocacia, Medicina, e Engenharia, sendo a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), fundada em 1932, a qual Darcy tinha vivido seu cotidiano mais de perto ao ter a sua formação acadêmica em Sociologia com especialização em Etnologia ali, sob a orientação de Herbert Baldus, de 1944 a 1946, a primeira tentativa de construção de universidade, após a derrota da revolução constitucionalista de 1932, com o objetivo expreso de alcançar uma compreensão científica da realidade nacional, que permitisse desempenhar as perspectivas de desenvolvimento de São Paulo dentro da civilização industrial. (Cf. Idem. Ibidem.)

A segunda “idade” seria aquela relativa “(...) a universidade filósofa em que as grandes escolas autônomas continham sua vida isolada, mas se enriquece o conjunto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta embora criada com vocação integrativa, não conseguiu dar organicidade à universidade, constituiu-se apenas como uma nova faculdade.” (Ribeiro, 1993a, p. 9). Em *UnB: Invenção e Descaminho* (1995), Darcy pontua a criação da Universidade de São Paulo em 1934 por iniciativa do Governo daquele Estado³² tendo visado alcançar três objetivos fundamentais, sejam eles: “cobrir todos os campos do saber e cultivá-los por seu valor em si, e não por sua eventual aplicabilidade na formação de profissionais liberais”; “superar o caráter de meros conglomerados de escolas das faculdades preexistentes, através da instituição de uma faculdade integrativa que articulasse seus vários componentes de modo a possibilitar uma vivência fecunda”, e “promover a formação universitária de professores para o ensino universitário.” (Cf. Ribeiro, 1995, p. 135). A USP, representada por sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como o núcleo central da universidade, constituiria para Darcy, a primeira universidade brasileira organicamente estruturada, mas a seu ver, a oposição das grandes escolas componentes da universidade, sobretudo dos professores de Medicina, Engenharia, e Direito, se opuseram ao oferecimento das disciplinas básicas por parte daquela Faculdade, o que acabaria na perspectiva darcyniana, convertendo-a numa mera fábrica de professores secundários de ciências e letras. (Cf. Idem. Ibidem.).

A “terceira idade” corresponde, de acordo com Darcy, a organização da Universidade de Brasília em 1962, a qual o autor na posição de Coordenador de

³² Irene Cardoso (1982) tenta desvendar os conteúdos que permearam a criação da Universidade de São Paulo, ao focalizar o mito liberal-democrático da criação da universidade, como invocação que realçaria o espírito de liberdade de pensamento, no ensino e na pesquisa que teria precedido a criação da universidade. A “universidade da comunhão paulista” liderada por Armando de Salles Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, proporia um projeto de sociedade ao elaborar uma proposta educacional de universidade, fundada na formação do professorado secundário e superior, e preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes. (Cf. Cardoso, 1982).

Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) do Governo de Juscelino Kubitschek também aparece como mentor intelectual de seu projeto, juntamente com Anísio Teixeira. A experiência da UnB³³, que merece numa outra oportunidade uma análise comparada ao caso UENF, assentou-se sob o sistema triplo de Institutos Centrais, Faculdades Profissionais e Órgãos Complementares, a fundar uma nova experiência de universidade no País, ao se contrapor ao padrão de organização universitária brasileira, ratificado, na visão de Darcy, na então Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que consagrava as linhas universitárias profissionalistas, e ratificava o velho poderio catedrático, teve para seu mentor, um legado, que permeado pela destruição acadêmica imposta pela ditadura militar, teve como símbolo mais nítido o fenômeno da “departamentalização”. Faz-se necessário destacar que outrora o regime departamental tinha sido a solução encontrada no projeto UnB para superar os obstáculos acadêmicos derivados da instituição de cátedra. Não à toa, Darcy assim descreve este problema em *Universidade de Brasília* publicada na Revista “Educação e Ciências Sociais” do CBPE no ano de 1960, como “(...) o loteamento do saber em províncias vitalícias, outorgáveis através de certos procedimentos de seleção, que asseguram a um professor donatário a propriedade do ensino de uma disciplina, em certa série de dado curso de determinada Faculdade.” (Ribeiro, 1960, p. 36). A organização departamental aparece no projeto UnB como reestruturação da carreira do magistério, “(...) escalonando hierarquicamente os cargos - professor-assistente, professor-adjunto e professor-titular – e o graus universitários correspondentes – doutorado, docência e cátedra – de modo a garantir o provimento, por concurso, a estabilidade do professor em cada etapa da carreira e a liberdade de ensino, sem o prejuízo das duplicações e do esclerosamento.” (Idem. Ibidem).

Tal compartimentalização do saber científico, de natureza político-ideológica, presente no fenômeno da “departamentalização” legado da experiência da UnB, é um desafio crucial que se impõe a Darcy Ribeiro no projeto UENF. O autor mostra que a iniciativa, quando daquele momento, tinha em vista “(...) superar o isolacionismo entre os professores responsáveis por matérias curriculares e, também, anular o peso do poderio catedrático, que guardava, ainda, ares do antigo sistema de lentes proprietárias, estruturando tudo segundo sua vontade, às vezes, segundo interesses subalternos

³³ Darcy sistematiza as seguintes funções básicas da UnB: 1) ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira; 2) diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica; 3) contribuir para o exercício da função integradora de Brasília; 4) assegurar a Brasília a categoria intelectual que precisa ter como capital do país; 5) garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais; 6) facilitar aos poderes públicos e assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber; 7) dar à população de Brasília uma perspectiva cultural. (Cf. Ribeiro, 1960).

próprios.” (Ribeiro, 1993a, p. 24). Nesta esteira, é válido conceber os pressupostos darcynianos expostos no Plano Orientador da UENF, através de uma análise integrada dos seus feitos, especialmente a UnB e a UENF neste caso, bem como por meio de uma observação acerca das linhagens político-intelectuais que norteiam o pensamento e ação de Darcy. Dito de outro modo, tanto a UnB quanto a UENF, grosso modo, constituíram-se enquanto empreitadas com vistas a reconhecer e superar os dilemas do sistema universitário, como um matiz da realidade social brasileira “atrasada”, ou, em última instância, esforços de “invenção” de uma tradição universitária brasileira, como aparece, a rigor, na perspectiva sociológica de Fernando Azevedo, que, segundo Helena Bomeny (2001)³⁴, integra a geração dos que trouxeram ao Brasil a proposta educativa que simbolizou a aposta no progresso social pela educação, demonstra em sua sociologia, a existência de uma tradição “pouco universitária” brasileira, que privilegiou sempre o grupamento de cursos profissionais – em geral – Direito, Engenharia e Medicina – sob a sigla formal de universidade. O imediatismo de uma mentalidade profissionalizante combinado com o impressionismo da atitude acadêmica puramente literária parece ser o pilar da dificuldade histórica de se consolidar no Brasil, o campo do desenvolvimento científico. (Bomeny, 2001, p. 159-162).

Fato é que, tal diagnóstico presente em Fernando de Azevedo, se assemelha fortemente à perspectiva darcyniana a respeito de determinados esforços inovadores na área da educação, que partem de crítica ao modelo universitário brasileiro, como nesta passagem de seu texto de 1960 sobre a UnB: “Não temos no Brasil, uma verdadeira tradição universitária a defender e procurar (...) Nossa tradição é de escolas independentes, ericadamente defensoras de sua autonomia, organizadas para receber alunos graduados no curso secundário e segregá-los para ministrá-los prepara profissional em algumas poucas modalidades de formação, autorizadas por uma legislação formalística e rígida.” (Ribeiro, 1960, p. 35). Ao fim e ao cabo, entendo as diretrizes do projeto UnB, sob a sugestão de Bomeny (2001) como uma orientação para responder ao diagnóstico crítico que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, na linhagem de Fernando de Azevedo, compartilharam a respeito de nosso sistema universitário. Tanto

³⁴ Não por outro motivo, o trabalho de Helena Bomeny (2001) se destaca como referência para os demais estudos sobre Darcy Ribeiro, visto que toma como sua, a preocupação central encontrada no pensamento deste autor, qual seja, o tema da educação como base dos projetos sobre o Brasil. Bomeny propõe, com efeito, uma linha investigativa que opera entre os campos das ciências sociais e da educação, para enfrentar simultaneamente os desafios teóricos, enveredados nos esquemas das idéias recepcionadas por Darcy Ribeiro, sobretudo acerca do pragmatismo de John Dewey e do pensamento educacional de Anísio Teixeira, e os desafios propositivos que Darcy legou às gerações posteriores de cientistas sociais brasileiros, como o reconhecimento do papel dos intelectuais no processo de mudança social, a importância da produção de conhecimento científico afinado com a realidade social brasileira, etc.

em Anísio quanto em Fernando de Azevedo, segundo Bomeny (Op.Cit.), a convicção de quebra de privilégios por meio da institucionalização de procedimentos estabelecidos segundo critérios universais e igualitários, orienta a visão de Darcy Ribeiro em suas propostas para o ensino universitário. A nova universidade, fruto de uma “invenção” ou de uma “criação”, seja a UnB ou a UENF, cada qual ao seu tempo, parecem, por parte de Darcy, interpelar uma determinada realidade, via esfera estatal, sob a bandeira da “descentralização”, da “democratização”, do “progresso”, da “modernização”. Estes ideais reaparecem no caso UENF, onde Darcy Ribeiro crê na íntima correlação entre o universalismo e o cientificismo como sendo a lógica imanente à “aceleração evolutiva”.³⁵ Sua crença na tecnologia científica moderna em sua aplicabilidade em termos da experimentação na realidade histórico-empírica, é influenciada pelo pragmatismo norte-americano, que remonta a William James, Charles Peirce, e John Dewey, recepcionado por Anísio Teixeira e pelo escolanovismo, com os quais teve marcante convívio no CBPE. (Cf. Miglievich Ribeiro & Matias, 2006, p. 201). Desta forma, perguntar sobre o sentido das idéias impressas no Plano Orientador é atentar para, em um primeiro plano, o caráter de uma experiência universitária que logra interpelar e superar uma tradição universitária entre nós, e num segundo plano, localizar analiticamente os conteúdos que fornecem significação àquela instituição, sob o signo do desenvolvimento regional e nacional.

Com efeito, a UENF por Darcy Ribeiro consiste numa proposta de universidade que não incorra nos erros e enganos típicos de outros tempos, como a organização departamental, que reproduziu fisicamente uma partação do conhecimento científico que não deveria ser, para o autor, uma característica de uma universidade moderna, que seja responsável por fundar, e isto é importante aqui, uma nova história universitária brasileira. Espelhando-se na Universidade de São Paulo, na Universidade de Campinas, e de certo modo, na Universidade Federal de São Carlos, que se tornaram centros de excelência na pesquisa científica, Darcy Ribeiro tenciona com o Plano Orientador da UENF, retrabalhar, empiricamente, seu conceito mesmo de “universidade”. É notório lembrar que já em *A Universidade Necessária* (1975a), Darcy descreve sobre o projeto da UnB e expõe sua proposta e aposta na universidade, lócus do intelectual público, da

³⁵ Darcy conceitua “aceleração evolutiva” como “(...) os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido da transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos.” (Ribeiro, 1975b, p.44). Este conceito é, no pensamento do autor, é antitético ao de “atualização histórica”, o qual trata dos “(...) procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica.”(Ribeiro, 1975b, p. 45).

importância fundamental no processo histórico-evolutivo de uma sociedade em que é a sede, por excelência, de produção e difusão do conhecimento científico, a base do desenvolvimento tecnológico de uma nação. (Cf. Miglievich Ribeiro & Matias, 2006). A UENF aparece no Plano Orientador, como uma “universidade de quarta idade” em “(...) que a pesquisa, o ensino e a experimentação se integrem no estudo dos temas e problemas mais relevantes para o desenvolvimento do Brasil.” (Ribeiro, 1993a, p. 10). Para o mentor da UENF, ciência, tecnologia, desenvolvimento e autonomia são variáveis correlacionadas.

(...) a cultura sobre a qual a Universidade opera é um símile conceitual do mundo, em sua totalidade no qual se refletem todas as alterações substanciais da vida social, e, por outro lado, por que a Universidade não atua como um multiplicador passivo de uma cultura exógena, mas tem certa capacidade de nela imprimir a sua marca e de propor-se projetos de transformação racional da totalidade social de que a universidade participa. (RIBEIRO, 1975a, p. 14)

Com isto, a UENF consiste num símbolo do próprio imperativo básico com o qual Darcy se depara aquele “(...) de definir a correspondência desejável entre a civilização emergente e a universidade necessária.” (Ribeiro, 1993a, p. 13). Dentro do vocabulário darcyniano, é preciso identificar a “civilização emergente” enquanto um macro estado de coisas, guiado pelo avanço da tecnologia moderna, e pela inserção gradativa das ciências no âmbito da cultura de um povo, para a qual a “universidade necessária” parece ser para Darcy, “(...) aquela que autonomamente, viabiliza a constituição de uma consciência nacional crítica de nossa dependência.” (Miglievich Ribeiro & Matias, 2006, p. 203). Sendo assim, a UENF situa-se enquanto um projeto substanciado que acompanha o pensamento darcyniano num diagnóstico mais amplo da realidade histórico-social de atraso brasileiro como uma circunstância do tempo presente, facultada por um processo histórico que traz consigo toda carga de significação de um passado de dominação colonial ibérico, norteando suas proposições e apostas como uma universidade que tem o eterno papel fundamental de contribuição para a superação de nosso atraso. Deste modo, o atraso brasileiro aparece em Darcy como uma circunstância do tempo presente, sendo, pois, um resultado tenso de um movimento de progresso e regressão, onde o Brasil se constituiu face à espontaneidade de seu passado, que colaborou, mas não determinou uma referida conjuntura de tempo e espaço situada no presente. Darcy não suprime o passado como um tempo que deve ser esquecido e deslocado da história, em nome de um tempo futuro vislumbrado, mas sim, busca superar uma condição de atraso alocada no presente que historicamente teria sido constituída e atualizada. A imagem do futuro que reside na idéia de superação do atraso

em Darcy não descarta o passado, visto que é deste tempo que provém toda a base analítica que sustenta seu diagnóstico. A UENF traria a marca do “futuro”, do “porvir”, do “terceiro milênio”, tempo fundamental num processo de mudança histórico-conjuntural para Darcy.

Quero dizer que a UENF pensada por Darcy Ribeiro polariza-se na tensão entre “o que existe”, uma situação de atraso que marca a formação brasileira, e, portanto aquela relativa à região Norte Fluminense, e “o que precisa existir”, uma situação social marcada por solidariedade e respeito do Brasil com os brasileiros. (Cf. Matias, 2008). O retorno propriamente teórico-conceitual a idéia de universidade pública no pensamento de Darcy Ribeiro é um alvo importante, por consistir em um esforço de ressaltar a contribuição deste autor sobre esta noção para a sociologia e antropologia brasileiras, a respeito de determinados temas recorrentes a este campo de conhecimento, como o processo de modernização brasileira e suas clivagens, ou o debate clássico acerca da dualidade tradição – modernidade, que encontra em Darcy, análises e respostas diferenciadas que merecem em outro momento, a meu ver, um exercício de revisão mais detalhado no que concerne à compreensão de suas propostas e apostas, justificando-se, marcadamente, por constituir-se como porta de entrada às variadas problemáticas encontradas no pensamento de Darcy³⁶, sejam elas a causa indígena ou o analfabetismo, permitindo ao analista o acesso ao âmago de suas preocupações sobre a formação social brasileira como eixo central de sua obra. Em *A Universidade e a Nação* (1962), publicação de seu discurso de inauguração da Universidade Federal do Ceará, Darcy mostra que a construção da universidade inseria-se numa condição primeira de inconformidade com o “atraso” e a “penúria” verificada na formação brasileira em sociedade, da qual os educadores teriam a função de colaborar no planejamento de uma universidade reconhecidora das condições objetivas na qual estava imersa, referindo-se nestes termos:

³⁶ Para os fins buscados aqui, sobressaem-se as produções de doutorado de André Luís Mattos (2007), nas Ciências Sociais do IFCH/Uicamp, e de Susana Scramim (2000), das Letras da FFLCH/USP. Ambos os trabalhos se destacam, a meu ver, como obras de referência como introdução da trajetória e do pensamento darcynianos. Particularmente em Mattos (2007), reside a perspectiva de análise da trajetória de Darcy Ribeiro entre 1944, ano da chegada de Darcy a São Paulo como estudante na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) até 1982, ano de início do 1º Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro, no qual ocupou o cargo de vice-governador. O autor se utiliza do “método biográfico” para entender a indissociação entre o discurso, a prática política e a obra de Darcy Ribeiro, buscando na afirmação do personagem Darcy, as questões centrais que o titular defendeu durante sua vida política e intelectual, não se atendo pormenorizadamente ao pensamento de Darcy, no que concerne às suas noções e conceitos fundamentais, a fim demarcar o legado do autor para os dilemas enfrentados no pensamento sociológico e na vida social brasileira como esferas interdependentes.

Esta luta, em longa medida, incumbe a nós educadores, pois de nós é que se pode esperar a lucidez e a lealdade indispensáveis para planejar a educação de que necessita o povo, neste momento de sua história, e a capacidade de aliciar todos os brasileiros para a batalha da alfabetização, da expansão e do aprimoramento da rede nacional de ensino em todos os níveis. (RIBEIRO, 1962, p.6).

A universidade tem, no pensamento darcyniano, um papel central no domínio da cultura geral, sobretudo, porque tem a função de influenciar e modificar o seu entorno, seja em nível regional, nacional ou internacional. (Cf. Miglievich Ribeiro & Matias, 2006). Desta feita, se a universidade está imersa numa conjuntura de dependência histórico-estrutural, posto que seja uma instituição do mundo social, refletindo, todavia suas características formativas, é a ela, no entanto, que deve ser reservada e designada a tarefa prioritária de guiar um processo de mudança social e política, pelo caminho da superação do atraso. A Universidade em Darcy Ribeiro é “necessária”, porque está imbuída de um papel fundamental:

A mais alta responsabilidade da Universidade consiste no exercício das funções de órgão de criatividade cultural e científica, e de conscientização e crítica da sociedade. Satisfazer aos requisitos indispensáveis ao bom desempenho destas funções é tarefa muito difícil para qualquer universidade, particularmente para as universidades das nações subdesenvolvidas, onde isto é mais necessário. (RIBEIRO, 1975a, p.241)

É basicamente esta idéia que move o pensamento de Darcy Ribeiro não só em *A Universidade Necessária* como nos demais escritos, como o Plano Orientador da UENF, idéia esta que pretende resolver em parte o dilema que expusemos da tensão acerca de dois quadros conjunturais: “o que existe” e o “que precisa existir”. O “que precisa existir” tem de superar necessariamente “o que existe”, isto é tarefa básica da “universidade necessária” na visão de Darcy, que objetiva todas as funções da universidade moderna e dar um salto criativo sobre qualquer modelo de universidade existente. Desta maneira, a universidade necessitaria refletir as aspirações intelectuais da sua nação como também (e principalmente) fomentar estas aspirações de modo a direcioná-las criticamente, tendo em vista a superação da situação social que a circunscreve. A universidade teria, assim, a função de formar quadros intelectuais para atuar em prol do desenvolvimento autônomo do país. Darcy demarca assim que os intelectuais formados pela universidade não poderiam se esquivar da análise e explicação das causas do atraso de uma sociedade como a nossa, e prioritariamente, romper com uma postura conivente com a cristalização de nosso atraso histórico. No

entanto, para Darcy Ribeiro, se é através plano do pensamento que parte todo reconhecimento das causas que obstaculizam um processo de mudança conjuntural, num esforço de produção e difusão científica, como tarefa dos intelectuais e da universidade como seu habitat prioritário, o planejamento desta, no caso UENF, seria uma tentativa de antever as potencialidades e obstáculos que na realidade, norteiam um projeto no mundo, constituindo “uma universidade de utopia”, que exista em todas suas (im) possibilidades, antes, no pensamento de um “intelectual iracundo” no seu dizer, no exercício de um papel por excelência de indignação e de denúncia de nossa condição de subalternidade no plano internacional como causa da cristalização de nosso atraso histórico. Eis que o Projeto UENF seria a renovação da utopia darcyniana.

1.2. A “CARTA CONSULTA”: O PROJETO DA UENF

A publicação do Plano Orientador da UENF na Revista “Universidade do Terceiro Milênio” (1993a) representa uma versão condensada³⁷ do documento apresentado em 8 de junho de 1993 à Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação que aprovou a Carta-Consulta³⁸, autorizando o funcionamento da UENF, e conseqüentemente, a realização de seu primeiro vestibular. Este documento consta do Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, e de 11 (onze) volumes anexos, com os currículos dos professores envolvidos na sua implantação³⁹, projetos de suas instalações, detalhamento de seus centros, legislação e normas pertinentes e relevantes para o exame do processo.⁴⁰ O Projeto da UENF, compilado neste documento possui 170 páginas, estando sob a rubrica do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na figura da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, e por consistir em um projeto sistematicamente escrito e elaborado formalmente, não apresenta em seu escopo a assinatura de nenhuma personagem específico⁴¹, ainda que observemos a participação de Darcy Ribeiro como Secretário designado pelo Governo Brizola para coordenar a

³⁷ Para se ter uma idéia da disparidade dos documentos, deve-se mencionar que a edição do Plano Orientador que consta na Revista “Universidade do Terceiro Milênio” corresponde à seção relativa ao Plano no documento da Carta-Consulta, compreendendo apenas 21 páginas do total de 170 páginas do referido documento.

³⁸ Documento presente na pasta III do complemento 1991.01.30 do “Arquivo Darcy Ribeiro – Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)”.

³⁹ Nesta versão consultada na pesquisa documental, não se observou a presença dos currículos anexos dos professores.

⁴⁰ Parecer nº 223/93 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação. Documento coletado nas pastas componentes do complemento 1991.01.30 do “Arquivo Darcy Ribeiro – Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)”.

⁴¹ Darcy Ribeiro assina somente o Preâmbulo do Projeto que apresenta a mesma composição do exposto na Revista.

confeção do projeto e a implantação da universidade. O índice do projeto comporta 13 (treze) grandes seções, são elas: “Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense”, “I. Universidade Estadual do Norte Fluminense”, “II. Linhas Básicas de Ação”, “III. Organização da UENF”, “1. Centro de Ciência e Tecnologia”, “2. Centro de Biociências e Biotecnologias”, “3. Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias”, “4. Casa da Cultura Vila Maria”, “5. As Unidades de Apoio”⁴², “Normas de Organização e Funcionamento”, “Recursos Humanos”, “A Área Geoeducacional e sua Situação”, “1. A Instituição Mantenedora”, e; “Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense: Normas de Organização e Funcionamento”.

O Projeto da UENF apresenta de modo detalhado o perfil, as propostas e a organização da nova universidade a ser instalada na cidade de Campos dos Goytacazes, procurando fundamentar os argumentos e os objetivos específicos da construção da instituição, justificando as bases e diretrizes da universidade. O documento divide-se nas seções mencionadas, em duas partes: a primeira relativa ao “Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense”, que contém apenas a primeira seção, significando a carta fundadora da UENF, contendo nela todas as intenções e ambições norteadoras da empreitada, enquanto a segunda refere-se ao “Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF”, que contém as demais seções, visando o desenho institucional propriamente dito da universidade em suas instâncias acadêmicas e administrativas fundamentais. A UENF parece, nos termos do projeto de fundação, ter como referenciais basilares as idéias de “modernidade”, de “futuro”, de “ciência e tecnologia”, enquanto conteúdos que perpassam sua concepção de uma universidade voltada para outro tempo, o tempo futuro, procurando desta feita, vislumbrar e antecipar os componentes básicos modeladores do desenvolvimento econômico e cultural projetado, apoiados fortemente no domínio, no cultivo, e na produção e difusão do conhecimento científico, como meta a ser buscada e alcançada em âmbito universitário. Na subseção “A. Antecedentes”, relativa à primeira seção do Projeto, a UENF, avalizada pelo Governador Leonel Brizola, pretende se espelhar em seu percurso para o Norte Fluminense e para o Brasil, na experiência da Universidade de Campinas, na promoção do desenvolvimento regional mediante a produção científica:

Dessa forma, O Governador Leonel Brizola optou por criar uma universidade voltada para a ciência e a tecnologia do 3º milênio. Vale dizer que a nossa ambição é nada menos do que dar ao Rio aquilo que,

⁴² As Unidades de Apoio seriam constituídas por Núcleo de Informação Bibliográfica, Bibliotecas, Rede-Rio, Biotério e Infecatório e Oficinas.

por exemplo, a Universidade de Campinas deu a São Paulo: uma universidade moderna, que atualize o Brasil quanto aos princípios nos quais as tecnologias mais avançadas possam ser praticadas, ensinadas e criadas. (p.27)

A ambição que se põe no projeto da universidade, para a qual não podemos resguardar todas as proposições contidas no documento às idéias de Darcy Ribeiro como seu mentor responsável na condição de Secretário de Governo que fora incumbido por Leonel Brizola, se assemelha bastante aos ideais e, mesmo as utopias darcynianas para o tema da universidade pública em seu papel de agente da mudança histórico-conjuntural para a sociedade brasileira, logrando projetar sua organização e funcionamento de acordo com determinados padrões referenciados por experiências, a seu ver, bem-sucedidas no campo da ciência e da tecnologia. A UENF como instituição social fundamental deveria se voltar para o estudo e a viabilização prática de um processo de desenvolvimento para o interior do Estado do Rio de Janeiro, leia-se o Norte e o Noroeste Fluminense, com o foco de seu campus no município de Campos dos Goytacazes⁴³, a representar um modelo de universidade moderna para o Brasil, fomentando ao passo disto, uma ambição de mudança histórico-social brasileira. Deste modo estão explicitados as cinco justificativas elencadas no projeto da universidade, de natureza acadêmica, econômica, política e social, a saber: a) a urgência da realização de ações de descentralização para possibilitar que os Institutos de Pesquisa e Universidades se distribuam homoganeamente por várias regiões, visto que o processo de descentralização destas instituições, comparado ao interior paulista, como Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto, teria trazido benefícios para estas regiões, e o Estado do Rio de Janeiro concentraria a maior parte das suas instituições científicas na capital; b) a proposta de incremento tecnológico nos setores produtivos mais importantes de Campos e do Norte Fluminense, como mencionado, a produção de gás e petróleo, o cultivo da cana e a bacia leiteira, buscando através da proximidade dos centros de produção

⁴³ O Projeto contém na seção “A Área Geoeducacional e sua situação”, um diagnóstico minucioso a respeito dos diversos da vida social de Campos no início dos anos de 1990: “Além de ser um forte centro comercial, Campos dos Goytacazes é também um importante pólo cultural da Região Norte Fluminense. O município possui 5 faculdades e uma unidade de extensão da UFF, mais de 500 estabelecimentos escolares, do pré-escolar ao 2º grau, 6 centros de convenções, 2 estádios descobertos, 3 estádios cobertos, um hipódromo, 3 cinemas, 4 shoppings centers, 11 clubes sociais, 3 clubes de futebol, 3 museus, 12 clubes de serviços, uma Biblioteca Pública e 48 particulares, 5 associações de classe, 252 templos religiosos, várias associações de bairro, 44 associações desportivas, 29 associações culturais, sociedades carnavalescas, escolas de música, escolas de dança, academias de ginástica, academias de pesca, aeroclube, motoclube, liga náutica, liga de desportos, 5 bandas de música, alguns grupos de teatro, vários corais, 2 orfeões. Dispõe de 2 TVs retransmissoras e com programação própria e uma concessão da TV Educativa em vias de implantação, 9 emissoras de radiodifusão, 4 jornais diários, um semanário, alguns periódicos, 4 revistas, diversas fundações comprometidas com a educação e a cultura, múltiplos estabelecimentos ligados à indústria editorial e gráfica.” (p.147)

científica, sua aplicação rápida em ações ligadas ao setor petrolífero e agropecuário; c) o comprometimento com a preservação do meio ambiente e sua vinculação na adoção de programas regionais no que tange à pesquisa ambiental; d) a colaboração no avanço do setor industrial da região a ser fomentado por pesquisas da universidade em sua competitividade; e, e) a possibilidade de desenvolver um Parque de Tecnologia a fim de colaborar com a inovação tecnológica e a infra-estrutura necessária em C&T.⁴⁴ A UENF estaria projetada em suas feições acadêmico-administrativas para buscar seguir em seus princípios e objetivos direcionadores e constitutivos de sua missão no mundo, ao ambicionar promover a ciência, e em nome dela se organizar para a realização de seu objetivo último e principal: “(...) formar pessoas capacitadas para a reconstrução da realidade social brasileira.” (p.30). A tarefa de se lançar na empreitada científica como baliza prioritária da vida da universidade acaba por reunir diversos contextos sócio-econômicos, não tão distintos como o “nacional” e o “regional”, pretendendo cruzar suas esferas de alcance em termos do desenvolvimento e do progresso.

A estrutura acadêmica organizativa da UENF exposta no Projeto se assenta em três pilares fundamentais: os “Centros”, os “Laboratórios”, e os “Setores”, interligados pela vertente da pesquisa aplicada segundo os temas e problemas tangentes a atmosfera regional e municipal. Assim, estão previstos no documento os seguintes Centros e Unidades: “1. Centro de Ciência e Tecnologia”, “2. Centro de Biociências e Biotecnologia”, “3. Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias”, “4. Centro de Humanidades”, e “5. Unidades de Apoio”. O Centro de Ciência e Tecnologia teria como diretor **Pedricto Rocha Filho**, doutor em Mecânica dos Solos pelo Imperial College - London University, e à época, professor associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e teria como estratégia para a implantação, a criação de laboratórios integrados de pesquisa, a cargo de renomados cientistas em âmbito nacional e internacional. A composição do Centro dar-se-ia pelos seguintes laboratórios: “Laboratório de Ciências das Engenharias”, tendo como coordenador **Pedricto Rocha Filho**, responsável pelos setores de Engenharia Geomecânica, Estrutural, e de Produção; “Laboratório de Engenharia de Exploração de Petróleo”, tendo como coordenador **Carlos Alberto Dias**, doutor em Ciências Geofísicas pela University of Califórnia em Berkeley, e à época professor titular da Universidade Federal do Pará e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Geofísica para Exploração de Petróleo e Gás da mesma universidade, responsável pelos setores de Geologia do Reservatório, Engenharia do Reservatório, e Geofísica; “Laboratório de Ciências de Materiais Avançados”, tendo

⁴⁴ Cf. Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1993.

como coordenador *Sérgio Neves Monteiro*, doutor em Metalurgia pela University of Florida, então professor titular de Metalurgia da COPPE e da Escola de Engenharia da UFRJ, responsável pelos setores de Materiais de Alta Dureza, Polímeros Especiais, Ensaio e Caracterização de Materiais, e Avaliação da Integridade de Estruturas; “Laboratório de Ciências Físicas”, tendo como coordenador *Eugênio Lerner*, doutor em Física pela Ohio State University, e à época, professor titular da UFRJ, responsável pelos setores de Física de Materiais e de Superfície, Fenômenos Foto-Térmicos, Catálise, e Criogenia; “Laboratório de Ciências Matemáticas”, tendo como coordenador *César Camacho*, doutor em Matemática pela University of Berkeley e à época, presidente da Sociedade Brasileira de Matemática, responsável pelo setor de Matemática Aplicada; “Laboratório de Ciências Químicas”, tendo como coordenadora *Angela de Luca Rebello Wagner*, responsável pelos setores de Química Orgânica e Inorgânica, Química Ambiental, e Química Fina; “Áreas de Apoio”, com os setores de Criogenia, Espectroscopia Iônica, Espectroscopia Auger, Microscopia de Tunelamento⁴⁵.

O Centro de Biociências e Biotecnologia seria proposto para desenvolver projetos de pesquisa básica e aplicada em termos relevantes para o país e a região, assim como de interesses acadêmicos, teria como primeiro diretor *Wanderley de Souza*, doutor em Biofísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e à época professor titular de Biologia Celular do Instituto de Biofísica da UFRJ e diretor do Instituto de Biofísica da mesma universidade. A composição deste centro seria relativa aos seguintes laboratórios: “Laboratório de Biotecnologia”, tendo como coordenador *Antônio Rodrigues Cordeiro*, doutor em Genética pela Universidade de São Paulo, professor fundador da UnB e professor emérito da UFRJ, responsável pelos setores de Biologia Molecular, Engenharia de Proteínas, Biotecnologia Vegetal, Biotecnologia Animal, Biotecnologia Humana, Genética Humana, Genética e Evolução; “Laboratório de Ciências Ambientais”, tendo como coordenador *Wolfgang Cristian Pfeifer*, responsável pelos setores de Ecologia Aplicada, Geoquímica Ambiental, Ecogenética da Evolução; “Laboratório de Química e Função de Proteínas e Peptídeos”, tendo como coordenador *Jorge Almeida Guimarães*, diretor em Biologia Molecular pela Escola Paulista de Medicina, então Professor Titular do Instituto de Bioquímica da UFRJ, responsável pelos setores de Química, Termodinâmica e Estrutura de Proteínas, Bioquímica Farmacológica, Bioquímica Vegetal, e “Laboratório de Biologia Celular e Tecidual”, tendo como coordenador *Wanderley de Souza*, responsável pelos setores de Biologia

⁴⁵ Cf. Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1993.

Celular de Protozoários Anaeróbios, Biologia Celular de Cinetoplastídeos, Biologia Celular de Interação Protozoário-Célula, Citologia Vegetal, Neurociências, e Híbridomas⁴⁶.

O Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias seria composto por conjuntos de laboratórios e outras instalações que possibilitariam o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa de elevado nível, na área vegetal e animal, tendo como diretor **Nilton Rocha Leal**, doutor em Genética e Melhoramento de Plantas pela University of Wisconsin, e à época pesquisador da Embrapa e chefe da Estação Experimental de Itaguaí da PESAGRO/RJ. Este centro seria composto pelos seguintes laboratórios: “Laboratório de Melhoramento Genético Animal”, tendo como coordenador *Marcos Fernando de Resende Motta*, responsável pelos setores de Imunogenética e Reprodução Animal, “Laboratório de Melhoramento Genético Vegetal”, sob a coordenação de *Nilton Rocha Leal*, responsável pelas áreas de Melhoramento Genético de Olvícolas, Melhoramento Genético de Fruteiras, Melhoramento Genético de Grandes Culturas, Cultura de Tecidos Vegetais, Eletroforese; “Laboratório de Fitotecnia”, sob a coordenação de *Joachim Friedrich W. Von Bulow*, responsável pelos setores de Olvicultura, Fruticultura, Grandes Culturas, Silvicultura, Plantas Ornamentais e Medicinais, Fisiologia das Culturas e das Ervas Daninhas; “Laboratório de Controle Biológico”, tendo como coordenador *José Oscar Gomes de Lima*, nos setores de Fitopatologia, Entologia, Nematologia, Controle Patológico Vegetal, “Laboratório dos Solos”, sob a coordenação de *Ary Carlos Xavier Velloso*, responsável pelos setores de Fertilidade do Solo, Química do Solo, Física do Solo, Manejo e Conservação do Solo; “Laboratório de Recursos Genéticos e Banco de Germoplasma”, tendo como coordenador *Nilton Rocha Leal*, com os setores de Análise de Sementes-Rotina, Patologia de Sementes, Tecnologia e Armazenamento de Sementes, Conservação de Germoplasma *in vivo* e *in situ*, Germoplasma Animal; “Laboratório de Tecnologia de Alimentos”, sem nenhum coordenador designado, a desenvolver os setores de Qualidade e Composição de Alimentos, Processamento de Produtos Caseiro e Agroindustrial, e Produtos Naturais e Dietéticos;” Laboratório de Experimentação Agrícola”, também sem nenhum coordenador especificado, com o setor de Estatística Experimental. “Laboratório de Microbiologia e Parasitologia Animal”, sem coordenador designado, com os setores de Virologia, Bacteriologia, Micologia, Protozoologia, Endoparasitas; e “Laboratório de Zootecnia e Nutrição”, sem nenhum coordenador especificado, a produzir nos setores de Nutrição, Toxicologia, Biofábrica e Modelo de

⁴⁶ Os Laboratórios de Imunologia, Parasitologia, Fisiologia, Farmacologia constam no Projeto em fase de discussão e de seleção de pesquisadores.

Fazenda.

O Centro de Humanidades citado na seção quatro relativa ao detalhamento dos centros, não consta em nenhum campo específico do Projeto, da mesma forma que não há coordenador designado como responsável por sua elaboração, ele somente aparece no início da seção concernente a organização dos Centros e Unidades, donde constam os quatro laboratórios que iriam compor aquele Centro: “Laboratório de Ciências Humanas”, “Laboratório de Letras e Artes”, “Laboratório de Demogenética”, e “Laboratório de Experimentação Pedagógica”. No Organograma disposto no Projeto, onde está desenhada a vinculação acadêmico-administrativa do tripé “Centros-Unidades-Setores”, os três Centros mencionados acima aparecem lado a lado juntamente com o Centro de Humanidades, no qual este consta com a especificação “em elaboração”, demonstrando que a atenção do Projeto estaria fundamentalmente alocada nas áreas de pesquisa voltadas para as áreas Tecnológicas, Biotecnológicas e Agropecuárias em detrimento do campo das Ciências Humanas, num primeiro momento. A não sistematização do Centro de Humanidades conforme visualizamos na análise do Projeto UENF, em termos da ausência de delimitação de seus coordenadores, e de seus setores, nos indica a não colocação da área em questão como tarefa prioritária na etapa de implantação da universidade, não sendo, pois, um campo de pesquisa situado dentre aqueles mais urgentes para a cidade de Campos dos Goytacazes, e para a região Norte Fluminense, em termos de sua aplicabilidade imediata aos problemas regionais de desenvolvimento. No que se refere à área de humanidades, estaria prevista no Projeto, a “Casa da Cultura Vila Maria”, a ser abrigada em prédio histórico no centro da cidade doado por testamento através da Prefeitura Municipal, pela senhora Maria Queiroz de Oliveira, conhecida como Finazinha Queiroz, que concentraria diversos aspectos relacionados à tecnologia da informação, como os setores de informática, de áudio e vídeo, etc., demonstrando que o perfil da universidade estaria resguardado, mesmo na área mais familiarizada com o âmbito da cultura e das humanas, num delineamento aplicável de atuação na realidade empírica, como descrito nesta passagem do Projeto:

Nela se reflete o espírito da nova universidade que se caracteriza pela tomada de consciência do deslocamento da produção de valor da área de trabalho manual para a produção de conhecimento, e pelo papel que têm as novas tecnologias na dinamização desse processo. Ao mesmo tempo, da necessidade de corrigir as tendências que abandonando a tradição humanista formam profissionais e cidadãos pela metade, extremamente, competentes numa área específica, mas incapazes de compreender a realidade que os cerca, o mundo e a época em que vivem. (p.110)

Se área de humanidades não está contemplada de forma mais específica no Projeto UENF em sua organização e funcionamento, no entanto ela deveria basear a multidisciplinaridade dos currículos dos cursos de graduação previstos, fornecendo disciplinas para a formação científica mais ampla dos quadros da universidade. O nível da graduação exposto ali diz respeito à proposição do *Ciclo Básico*, envolvendo matérias comuns a todos os Centros, em dois anos ou quatro períodos, seguidos das graduações em Engenharia dos Materiais, com duração de dois anos após a formação do Ciclo Básico, e Engenharia de Exploração do Petróleo com duração de três anos após o Ciclo Básico, estes cursos estariam relacionados ao Centro de Ciência e Tecnologia. O Centro de Biociências e Biotecnologia só disporia dos currículos relativos ao Ciclo Básico, enquanto o Centro de Ciências Tecnológicas e Agropecuárias apresentaria os cursos de graduação em Engenharia de Produção Vegetal e Engenharia de Produção Animal, ambos com duração de cinco anos após o Ciclo Básico. Para o Centro de Humanidades não está destacado nenhum curso de graduação.⁴⁷ Seja na graduação ou na pós-graduação⁴⁸, na pesquisa ou no ensino, a UENF está apoiada em três linhas pedagógicas norteadoras segundo seu Projeto: 1) “confrontação situação-problema/busca de solução”; 2) “pesquisa aplicada”, e; 3) “ensino sistemático”. Nesta esteira, o perfil de universidade pretendido neste Projeto visa identificar os problemas e potencialidades mais candentes da cidade e da região, sobretudo através do reconhecimento de que as “(...) melhores perspectivas para a economia do Norte Fluminense estão na produção de petróleo e gás natural na plataforma continental do litoral de Macaé e Campos não só pelos empregos gerados como também royalties pagos pela Petrobras aos municípios da Região.” (p.146), propondo de acordo com uma estrutura de ensino e de pesquisa a formação de quadros para compreensão imediata dos setores importantes para o avanço econômico regional. Pesquisa e ensino estão aí imbricados, para a construção de novos perfis profissionais fundamentalmente em carreiras ligadas às Engenharias, como a de Petróleo, que atuaria no fomento da produção científica ligada ao diagnóstico da região Norte Fluminense no setor importante da bacia petrolífera de Campos e Macaé. Na seção “2. Cursos, Vagas, Turnos” ressalta-se a questão da “experimentalidade”, uma característica distintiva ao ver de Darcy Ribeiro, das universidades no mundo, ao buscar via implantação de uma estrutura universitária transformadora, interpelar um processo de mudança histórico-social na realidade concreta, apoiado na produção e difusão de conhecimento científico.

⁴⁷ Cf. Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1993.

⁴⁸ Não se identificou na consulta ao Projeto de fundação, nenhum curso de pós-graduação.

Ao ligar um projeto de universidade, sustentado por idéias e ideais, a uma configuração histórica particular de um lugar, vivido numa conjuntura espaço-temporal, o Projeto UENF tenciona estabelecer um relação de significado entre um determinado modelo de universidade construído a partir das demandas regionais e municipais, indicando-nos a conformação mesma da necessidade empírica de uma universidade escrita naqueles termos, ensejando, portanto, a construção de uma “universidade necessária”, naquele momento, ou seja, “(...) criar uma universidade que seja fruto de uma reformulação do pensamento, sobre o que se deseja para o Brasil em termos de uma estrutura universitária significa, antes de tudo, aproximar a universidade das condições de existência da população a que ela se propõe servir.” (p.32). Tal exigência refletir-se-ia na configuração do quadro docente da universidade, planejado para atender em sua composição e atuação os requisitos e parâmetros científicos necessários para o alcance de um processo gradativo de desenvolvimento regional, propondo, neste particular, a formação de uma equipe “comprometida com os ideais de mudança e com as novas categorias de pensamento formuladas pela UENF” (p.35), onde todos os professores desempenhariam suas funções de ensino e pesquisa em regime de tempo integral, onde nos termos do Projeto seria “impossível construir uma universidade deste porte com profissionais que se absorvam em outras atividades. Além do tempo integral, faz-se necessário que todos sejam doutores garantindo um alto nível de excelência.” (p.36).

Esta estrutura acadêmica promovida pelo “Parque de Alta Tecnologia” estaria sob a gerência de sua “Instituição Mantenedora”, escrita nestes termos no Projeto. O Parque de Alta Tecnologia teria por finalidade principal a criação e a gestão de Pólos Tecnológicos, centralizados ou disseminados, visando materializar, a inovação e o progresso tecnológicos, através do estabelecimento de parcerias com empresas ligadas às áreas Tecnológicas, buscando alcançar avanços em âmbito industrial. Tal instância seria responsável por ligar eficientemente toda a produção de conhecimento científico elaborada nos Centros, Laboratórios e Setores a dinâmica econômica da vida regional, ao fomentar a integração das entidades de ensino, pesquisa e de desenvolvimento, com empresas de base tecnológica ou favorecer o surgimento destas, por meios de cooperação econômica, científica e tecnológica.⁴⁹ O Parque de Alta Tecnologia teria como atribuição também proposições à Instituição Mantenedora a elaboração de instrumentos contratuais de cooperação técnica e financeira com entidades nacionais (federais, estaduais e municipais) e internacionais, públicas ou privadas de caráter técnico-científico tecnológico ou de investimento, assim como promover ações que

⁴⁹ Cf. Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1993.

visariam identificar, selecionar, incentivar, apoiar e ou implantar a desenvolver serviços, produtos e processos que poderiam nuclear empresas ou que permitiriam a sua modernização. Paralelamente, a Instituição Mantenedora teria como funções primordiais o desenvolvimento da Universidade Estadual do Norte Fluminense em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural, ao mesmo tempo em que implantaria e incrementaria o Parque de Alta Tecnologia, responsável pela transferência e absorção de novas tecnologias.⁵⁰ Não obstante, a complexidade dos apontamentos circunscritos no Projeto UENF, percebido em suas bases e diretrizes, a empreitada uenfiana requisitaria a aprovação legal para seu funcionamento, assim como demandaria uma série de ajustes relativos, seja aqueles demandados juridicamente, seja aqueles norteados num plano de relações políticas estabelecidas em torno de sua execução no mundo.

O Parecer nº 223/93 do Conselho Estadual de Educação⁵¹ que aprovaria a Carta-Consulta, autorizando o funcionamento da Universidade Estadual do Norte Fluminense, enfatizaria “(...) a concentração de esforços na pós-graduação de modo a oferecer à graduação um corpo de professores com a habilitação necessária, evitando que no futuro não se prolongue as conhecidas “situações provisórias”, onde professores sem a titulação exigida seriam chamados a preencher as deficiências do quadro. Mais do que isso, esta orientação é ditada pela própria orientação da universidade que surge vocacionada para a pesquisa científica e para a geração de novas tecnologias.” (p.4).⁵² O Parecer ressalta a estrutura da nova universidade em Centros, Unidades e Setores, focalizando o desejo do Governo do Estado do Rio de Janeiro em transformar a Região Norte Fluminense num centro de referência nacional e internacional de pesquisa e tecnologia, ancorado na procura de soluções para problemas regionais, no entanto faz quatro recomendações que valem a pena ser indicadas aqui: 1) a proposta de sistematização do Centro de Humanidades no prazo máximo de 180 dias, a partir do dia 8 de junho daquele ano, data da aprovação do documento, para que seja apresentado o projeto, observando o caráter “experimental” do projeto deste Centro e de sua “filosofia”; 2) os currículos dos alunos dos Centros de Ciência e Tecnologia, de Biociências e Biotecnologia, de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, deveriam contar com temas obrigatórios do Centro de Humanidades com a finalidade fornecer uma visão “humanística” da ciência e das tecnologias; 3) os temas obrigatórios possíveis a serem implantados nos currículos não poderiam ser cumpridos mediante a inscrição e

⁵⁰ Cf. Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1993.

⁵¹ Processo nº: E-03/100462/93. Cf. Parecer do Conselho Estadual de Educação, 1993.

⁵² Cf. Parecer do Conselho Estadual de Educação, 1993.

freqüência de disciplinas referentes a línguas, portuguesa ou estrangeira; 4) o descompasso entre as “corretas e avançadas propostas elaboradas no texto do projeto” e “a estruturação convencional dos cursos em grades curriculares formais”, a ser minimizado com propostas de perfis profissionais mais próximos a dita legislação.⁵³ Deste modo, a Câmara de Ensino Superior, composta por Antônio José Chediak, Maria Helena de Arantes Frota, Ronaldo da Silva Legey, Paulo Sérgio de Castro Pinto Duarte, acompanharia o voto do Relator Bayard Demaria Boiteux, aprovando o Parecer nos termos do art.9 da Lei nº 1.590 de 18 de Dezembro de 1989.

1.3. A REVISTA “UNIVERSIDADE DO TERCEIRO MILÊNIO”: A PUBLICAÇÃO DO PLANO

A Revista “Universidade do 3º Milênio” (1993a, 1993b, 1993c) é composta por três volumes: o primeiro volume, relativo ao Plano Orientador da UENF, em português e inglês; o segundo, relativo à Aula Sapiens proferida por Carlos Roberto Siqueira Castro⁵⁴, à época Secretário de Estado da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais (SEEPE) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, intitulada “Os Direitos Humanos e a Defesa da Constituição” realizada em 16 de agosto de 1993, e por fim, o terceiro volume, que diz respeito às propostas e projetos concernentes à Faculdade de Educação e Comunicação da UENF, que não consta na Carta-Consulta, representada por variados escritos de diversos personagens da área de Educação.⁵⁵ O versão do Plano Orientador contido na Revista conta com 65 páginas, e dispõe das seguintes seções que não aparecem na Carta-Consulta: “Estrutura da Nova Universidade”, “Plano de Estudos”, “Sumário”, e “Anexos”, contendo a Lei 2.043 de instituição da Fundação

⁵³ Cf. Parecer do Conselho Estadual de Educação, 1993.

⁵⁴ Curioso, só para citar, o último parágrafo da Aula proferida por Siqueira Castro, na qual o então Secretário estabelece uma vinculação imaginativa elaborada entre elementos da cosmologia indígena como o “arco” e a “flecha”, familiares a formação histórico-cultural campista, da terra dos “goitacás”, com a dimensão de futuro a ser alcançada no projeto de universidade constituído naquele momento: “O arco empunhado pelas mãos de LEONEL BRIZOLA – o estadista da educação – lançou ao firmamento a flecha luminosa e visionária de DARCY RIBEIRO, que singrou os céus fluminenses para aterrizarem aos vossos pés, na bela e fidalga baixada de Campos dos Goytacazes, sagrando com o dom da vida esta Universidade do Terceiro Milênio (...) Mestre e Alunos da Universidade Estadual Norte Fluminense. Gente Amiga de Campos. Parabéns! Cumpram o Futuro!” (1993c, p. 27)

⁵⁵ O índice deste volume é composto pelos seguintes textos: “Faculdade de Educação e Comunicação” de Darcy Ribeiro, “Os Ginásios Públicos na UENF” de Laurinda Barbosa, “A formação de professores na UENF: o desafio da construção de uma proposta” e “Laboratório de Ciências da Educação e Comunicação” de Sonia Martins de Almeida Nogueira, “A Pós-Graduação na Faculdade de Educação: desencontros entre o ensino de Pós-Graduação e as demandas da realidade brasileira” e “Ensino Superior a Distância: lições de três experiências” de Candido Alberto Gomes, “A pesquisa na Faculdade de Educação: esboço de um marco referencial para cursos de educação na universidade” de Pedro Demo, “A experiência do CIEM: a educação na UENF – uma proposta” de Teresinha Rosa Cruz, “Escola Brasileira de Cinema e Televisão” de Orlando Senna e Irene Ferraz, e “Casa da Cultura Vila Maria” de José Américo Motta Pessanha. (Cf. Ribeiro, 1993b).

Mantenedora, de autoria do deputado campista Fernando Leite Fernandes, e do artigo 49 das disposições transitórias que cria a UENF na Constituição Estadual de 1989, procurando embasar publicamente, talvez, a construção da UENF segundo o apelo a participação de componentes campistas no processo de desenho institucional, como a redação da Lei da Fundação, assinada por um personagem campista, e o referido artigo, como resultado do movimento da “Emenda Popular”, sobre o qual falarei mais tarde. No que concerne ao primeiro volume contendo o Plano, de assinatura de Darcy Ribeiro, procura-se articular as diretrizes uenfianas de acordo com o diagnóstico das potencialidades econômico-culturais da cidade de Campos dos Goytacazes e da região Norte Fluminense, tencionando via “aceleração evolutiva”, a referência à promoção do desenvolvimento regional e nacional a partir de uma organização e estrutura universitárias fundadas em quatro compromissos essenciais elencados por Darcy, sejam eles: 1) a seriedade da pesquisa científica e humanística; 2) a vinculação aos padrões internacionais do saber como empreendimento da comunidade científica mundial; 3) a liberdade docente e; 4) a educação como área de experimentação prioritária, como centro dinâmico de renovação e modernização das linhas de formação e aperfeiçoamento do magistério brasileiro. (Ribeiro, 1993a)

O primeiro compromisso levantado por Darcy acerca da pesquisa científica e humanística ressalta a dimensão da produção de conhecimento vinculada à explicação e resolução dos problemas sócio-econômicos mais urgentes da realidade social brasileira. Tanto as ciências quanto as humanidades devem para Darcy compartilhar do papel de protagonistas ativos do progresso, que a ciência como conteúdo desmistificador do mundo, pode fornecer, consistindo como característica que denomina de “responsabilidade social da ciência”. (Ribeiro, 1975a, p. 250). Os recursos materiais de experimentação, os cuidados de preparação científica, as escolhas de questões candentes de nossa vida social transformadas em problemas de pesquisa, revelam para Darcy uma aposta num caráter produtivo das pesquisas universitárias que devem superar “(...) um movimento cíclico de erudição gratuita ineficaz e reificadora.” (Miglievich Ribeiro & Matias, 2006, p. 203). Este ponto toca a distinção marcante, em termos de concepção sobre a natureza da pesquisa, que Darcy pontua, não explicitamente, no Plano Orientador: aquela entre a “pesquisa luminífera” e “pesquisa frutífera”. A primeira modalidade, que pode ser, num primeiro momento, associada à área das humanidades devido ao seu teor de erudição requisitada, vincula-se, a meu ver, a um tipo intelectual de pesquisa marcada por um descomprometimento com a produção efetiva de conhecimento aplicável, enquanto a segunda modalidade seria justamente aquela

pesquisa sensível à produção e difusão de conhecimento para contribuição ao desenvolvimento regional e nacional. Segundo o ideário darcyiano, a “pesquisa luminífera” se prenderia, tão somente, ao esforço de “erudição gratuita”⁵⁶, e a “pesquisa frutífera” se volta, sem se eximir da atividade esclarecedora do pensamento científico, para a potencialização de seus estudos e descobertas. O segundo compromisso levantado por Darcy toca a ciência como forma de conhecimento universalizável através da adoção de pressupostos teórico-metodológicos compartilhados pela comunidade científica. Portanto, a UENF, por mais que se constitua numa universidade voltada aos problemas regionais, não deve se afastar de sua vinculação a empresa científica como “patrimônio maior da humanidade”, no dizer do autor. O terceiro e o quarto compromissos são marcadamente a tentativa de realização de ambições incumpridas da UnB, isto é, a promoção de um corpo docente atualizado com os temas inadiáveis da formação histórico-social brasileira, formulando-se por meio de um ideal de liberdade e de experimentação pedagógica.

Vale ressaltar que a esses compromissos essenciais correspondem uma estrutura propriamente dita, da nova universidade disposta basicamente em Centros de Pesquisa e Laboratórios, que ressaltam como modelo, o caráter integrado e multidisciplinar da organização da UENF. Diferentemente daquela exposta na Carta-Consulta, a estrutura múltipla uenfiana, constando na seção “Estrutura da Nova Universidade” não pertencente ao documento anterior, se apresentaria sob quatro eixos principais: os *Centros Integrados de Ciências*, os *Centros de Experimentação Tecnológica*, os *Centros Complementares* e o *Parque de Alta Tecnologia*. Primeiramente, os Centros Integrados de Ciências dividiram-se no *Centro Integrado de Ciências da Matéria*, *Centro Integrado de Ciências da Vida* e o *Centro Integrado de Ciências do Homem*. O *Centro Integrado de Ciências da Matéria*, estaria sob a coordenação de Carlos Alberto Dias, doutor em Ciências Geofísicas pela University of Califórnia em Berkeley, e à época professor titular da Universidade Federal do Pará e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Geofísica para Exploração de Petróleo e Gás da mesma universidade. Este centro seria composto pelos Laboratórios de Cálculo e Informática, de Ciências da Terra, de Novos Materiais, de Fontes Energéticas, e de Supercondutores. (Cf. Ribeiro, 1993a, p. 42). O *Centro Integrado de Ciências da Vida*, sob a coordenação de Wanderley de Souza, doutor em Biofísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e à época

⁵⁶ Segundo Darcy, “(...) a erudição gratuita é uma enfermidade da inteligência, por converter a mais fecunda das criações – o saber – num culto de tradições de outras sociedades ou de tempos passados, conduzindo ao desinteresse pelos problemas do tempo em que se vive e ao desprezo pela sociedade de que se participa.” (Ribeiro, 1975a, p. 137).

professor titular de Biologia Celular do Instituto de Biofísica da UFRJ e diretor do Instituto de Biofísica da mesma universidade. Deste centro fariam parte, os Laboratórios de Biotecnologia, de Ciências Ambientais, de Biologia Celular e Tecidual, e de Química de Proteínas. O *Centro Integrado de Ciências do Homem*, sob a supervisão de Mércio Pereira Gomes, doutor em Antropologia pela University of Florida, seria composto pelos Laboratórios de Ciências Humanas, de Letras e Artes, de Ecologia, e Demogenética. (Cf. Ribeiro, 1993a, p. 42-43).

Os *Centros de Experimentação Tecnológica* seriam compostos pelo *Centro de Experimentação de Geofísica de Macaé*, o *Centro de Experimentação Agrária*, e o *Centro de Experimentação Educacional*. O *Centro de Experimentação de Geofísica de Macaé*, para o qual Darcy não designa nenhum coordenador ou supervisor no Plano, seria formado pelos Laboratórios de Pesquisa do Petróleo, de Industrialização do Gás, de Química Industrial, e de Robótica. O *Centro de Experimentação Agrária* sob a coordenação de Nilton Rocha Leal, doutor em Genética e Melhoramento de Plantas pela University of Wisconsin, e à época pesquisador da Embrapa e chefe da Estação Experimental de Itaguaí da PESAGRO/RJ, seria formado pelos Laboratórios de Controle Biológico, de Experimentação Vegetal, e de Experimentação Animal. O *Centro de Experimentação Educacional* que seria supervisionado pelo próprio Darcy Ribeiro, seria composto pelos Laboratórios de Currículos e Programas, de Teledifusão e Multimídia, e as Escolas, Normal Superior, de Professores, a Escola Brasileira de Cinema e Televisão, e de Educação à Distância. (Cf. Ribeiro, 1993a, p. 43). A Escola Brasileira de Cinema e Televisão (EBCTV), a tomar como modelo Escola Internacional de Cinema e TV de Cuba, tendo como coordenadores Professores Orlando Senna e Geraldo Sarno, seria situada no Solar do Colégio dos Jesuítas, prédio histórico da cidade de Campos, estando sob a rubrica da Faculdade de Educação e Comunicação, juntamente com a Escola Normal Superior e a Escola de Professores. A Faculdade de Comunicação, que não consta no corpo da Carta-Consulta, consistiria num esforço de integrar a educação e a comunicação, a escola a televisão, retomando uma ambição incumprida da UnB, no dizer de Darcy, “(...) será a que Anísio Teixeira e eu quisermos criar ali, naturalmente adequada aos dias de hoje.” (Ribeiro, 1993b, p.7), ao capacitar os professores para o uso efetivo de recursos audiovisuais e da multimídia e de capacitar os profissionais da televisão para o exercício consciente de suas funções educativas. (Cf. Idem. Ibidem.)

Os *Centros Complementares* componentes da estrutura da UENF seriam formados por *Centros de Informática*, *Centro de Convivência dos Professores*, *Centro*

de Convivência dos Alunos, Centro Cultural Universitário e Centro Desportivo. O Parque de Alta Tecnologia está no corpo do Plano, voltado para setores de produção empresarial de alto nível tecnológico seria composto por “Modelos de Fazenda” como modelos economicamente viáveis de pequenas empresas de atividades agrária e pastoril, “Incubadoras de Empresas”, destinadas a dar abrigo e orientação a projetos empresariais de alta tecnologia no campo da petroquímica, da química do açúcar e da exploração do gás, “Banco de Germoplasmas”, um núcleo de coleta, conservação e difusão de plantas a serviço das bio-fábricas; “*Brasilium Palmarum*”, que seria um horto das palmeiras nativas no Brasil, e o “Santuário de Aves e Frutas”, um horto das árvores frutíferas nativas e importadas. (Cf. Ribeiro, 1993a, p. 44).

Note-se que a responsabilidade daqueles referidos centros de pesquisa se diferenciam no Plano Orientador sob as denominações de “coordenadores” e “supervisores”. Aos Centros Integrados de Ciências da Matéria, de Ciências da Vida e o Centro de Experimentação de Ciências Agrárias, Darcy reserva a posição dos coordenadores já citados, enquanto aos Centros Integrados de Ciências do Homem e o Centro Experimental de Educação e Comunicação, estão sob a rubrica de supervisores, entre os quais, está o próprio Darcy. É demonstrada nesta versão do Plano a citação sobre a supervisão do “Centro Integrado de Ciências do Homem”, o que não aparece na Carta-Consulta, indicando uma sistematização específica daquele Centro, se levarmos em conta as recomendações do Parecer do Conselho Estadual de Educação, para a organização e proposição desta instância. Não por outro motivo, esta nuance organizativa exposta no Plano Orientador nos indicam dois pontos basilares do projeto UENF de Darcy: 1) a empreitada uenfiana está fundada sob os alicerces da pesquisa científica (“frutífera”) realizada nos centros de pesquisa, tendo os laboratórios como lugares, por excelência, de produção de conhecimento, e; 2) a diferença de sistematização da posição acadêmica inicial dos professores responsáveis por aqueles centros revela-nos uma aposta prioritária no perfil de pesquisas relativas às ciências da vida, da matéria e agrárias, uma vez que são definidas como “(...) áreas do saber cujo domínio seja mais importante para a região e para o país.” (Ribeiro, 1993a, p. 36). Destacam-se notadamente para Darcy:

(...) o caso da exploração petrolífera e a indústria do petróleo e do gás, bem como o cultivo da cana e a produção de açúcar e, ainda, a indústria pesqueira e o reflorestamento. Cada uma destas áreas está a desafiar a UENF para o domínio de corpos específicos do saber e de tecnologias produtivas bem definidas, que se têm desenvolvido extraordinariamente, nas últimas décadas, em outras partes do país e

do mundo, mas fazem uma falta evidente na região. (RIBEIRO, 1993a, p. 37).

Eis o projeto de universidade que ambiciona por meio da pesquisa, realizada no âmbito dos programas de pesquisa e de pós-graduação, voltada às questões regionais mais candentes, ser um centro de excelência que tenha como paradigmas “(...) não a velha OXFORD ou a vetusta SORBONNE, mas o MASSACHUSSETS INSTITUTE OF TECHNOLOGY – MIT e o CALTECH. Uma ou outra muito empenhada no cultivo das humanidades clássicas, mas voltadas essencialmente para operar nas fronteiras do saber científico e tecnológico.” (Ribeiro, 1993a, p.12). À organização dos centros de pesquisa da UENF somam-se as importantes unidades dos Laboratórios, que surgem no Plano Orientador, como uma resposta darcyniana para a estrutura departamental mal-sucedida na UnB. Os laboratórios da UENF são espaços de trabalho científico, marcados pela experimentação e pela atividade de produção de conhecimento conjugada entre professores e alunos. O laboratório como lugar privilegiado da pesquisa científica, é visto por Darcy Ribeiro como representação de uma estrutura acadêmica interdisciplinar, inserida no próprio estado atual do conhecimento científico, onde “(...) já não há como separar a Física da Química e da Biologia e muito menos suas diversas aplicações. Tudo isso importa no comprometimento de se ensinar e treinar os alunos para operarem na fronteira do saber com aquelas teorias que ali, nesse momento, se aplicam, sem a ilusão de ter um corpo de explicações auto-suficientes, que uma vez apreendido, permitirá compreender tudo.” (Ribeiro, 1993a, p. 28).

A dinâmica dos laboratórios vincula professores e alunos ao nível da pesquisa e do ensino, estruturando o perfil dos cursos de graduação e de pós-graduação. Darcy propõe as atividades dos alunos de graduação da UENF orientadas por Congregações de Carreira, reunidas em Decanatos, tendo como função principal, fixar e rever, periodicamente, os planos de estudo de cada carreira, e coordenar o trabalho dos professores orientadores, que aprovariam, semestralmente, o quadro de matérias em seus orientandos poderiam se matricular. (Ribeiro, 1993a, p. 32). A rigor, o nível da graduação está contemplado no Plano Orientador, voltado para a formação acadêmica qualificada segundo a necessidade para a operação e a modernização das indústrias dos serviços e da agricultura. Neste ínterim, os cursos de graduação deveriam combinar, de acordo com Darcy, os conteúdos acadêmicos sob a forma do saber científico, com treinamento e exercício prático. (Ribeiro, 1993a, p. 46). A estrutura de órgãos de ensino e de pesquisa seria composta pelas seguintes etapas: *Ciclo Básico*, baseado em estudos de disciplinas gerais formativas e de treinamento vocacional no respectivo campo

profissional, associado a estudos de integração que dêem aos seus alunos uma base humanística, tendo duração média de dois anos; o *Ciclo Profissional*, após o Ciclo Básico, ministrados nas Faculdades, para o domínio do saber e da carreira, bem como o treinamento nas práticas da profissão; o *Curso Conjugado*, após o Ciclo Básico, de estágio em empresas externas para formação profissional; o *Curso de Bacharelado*, com duração de quatro semestres, mediante aprovação em seis matérias mais, além das já cursadas no Ciclo Básico; o *Curso de Licenciatura*, composto por dois anos do Ciclo Básico e dois anos de estudos e treinamento na Faculdade de Educação; o *Programa de Mestrado*, composto por três anos de estudos e práticas posteriores ao bacharelado; o *Programa de Doutorado*, posterior ao mestrado; *Treinamento em Serviço*, oportunidades de prática profissionalizante oferecida nos dois primeiros semestres do Curso Básico, para familiarizar o aluno com seu campo profissional; *Cursos Seqüenciais*, composto por disciplinas inter-relacionadas que darão direito a Certificados de Estudos Superiores, e do *Programa de Educação à Distância*, difundido por correio e televisão. (Cf. Ribeiro, 1993a, p. 47-48).

A partir deste esquema curricular, a UENF ofereceria os seguintes cursos inaugurais, com matrícula para graduação, bacharelado e licenciatura, que também aprofundam as proposições contidas no Projeto UENF, ao colocar mencionar novos cursos de graduação a serem implantados na universidade: nas Ciências Biológicas, os cursos de Biotecnologia, Engenharia Genética, e Engenharia Biológica; nas Tecnologias, os cursos de Engenharia Informática, Engenharia do Petróleo, Engenharia do Gás, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Química, Engenharia Física, Engenharia Sanitária; nas Ciências Agrárias, os cursos de Engenharia Agrária, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Engenharia Alimentar; e na Educação, Didática do Magistério Primário, Didática do Magistério Secundário, Didática do Magistério Superior, Licenciatura por Disciplinas, Graduação em Comunicação, Graduação em Teledifusão, Graduação em Multimídia, Graduação em Cinema. (Cf. Ribeiro, 1993a, p.54).

Estes cursos estariam sob a responsabilidade de um corpo docente que seria composto por professores de formação em quarto nível, isto é, em nível de doutorado, e selecionados mediante concurso público. Darcy pretendia assim “(...) atrair a colaboração dos melhores cientistas e pensadores brasileiros, bem como na predisposição de juntar a eles os pesquisadores estrangeiros para programas de pesquisa e de pós-graduação.” (Ribeiro, 1993a, p. 39). Cumpriria assim na conformação do corpo

docente, a exigência de vinculação aos padrões internacionais do saber científico e a busca pela excelência no ensino e na pesquisa, que Darcy visualiza como a exploração exaustiva das potencialidades de cada professor e aluno na compreensão dos problemas sociais, econômicos e culturais, regionais e nacionais. A isto se soma a questão, importante na análise da recepção dos intelectuais e políticos campistas ao projeto UENF, do regime universitário de dedicação exclusiva, no qual os professores pesquisadores cumpririam o horário integral de trabalho nos laboratórios.

Através destes requisitos, Darcy buscaria na figura de pesquisadores oriundos das diversas áreas das ciências e das tecnologias, vindos de instituições de pesquisa de renome nacional e internacional, além dos professores já indicados noutra passagem⁵⁷, como *Wanderley de Souza*, *Nilton Rocha Leal*, e *Carlos Alberto Dias*, Darcy Ribeiro cita também a colaboração dos professores *Antônio Rodrigues Cordeiro*, doutor em Genética pela Universidade de São Paulo, professor fundador da UnB e professor emérito da UFRJ; *Eugênio Lerner*, doutor em Física pela Ohio State University, e à época, professor titular da UFRJ; *César Camacho*, doutor em Matemática pela University of Berkeley e à época, presidente da Sociedade Brasileira de Matemática; e *Pedricto Rocha Filho*, doutor em Mecânica dos Solos pelo Imperial College - London University, e à época, professor associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Juntamente a estes nomes, também se destacam diversos cientistas estrangeiros, principalmente, de origem russa, convidados por Darcy, para contribuir ao projeto UENF⁵⁸.

A estruturação do corpo docente da UENF notavelmente elaborada em função da posição acadêmica relativa ao grau de doutor dar-se-ia, segundo Darcy, proporcionalmente aos títulos e graus acadêmicos e aos postos da atividade docente. O cargo inicial seria o de Instrutor, caracterizado pela obtenção de bolsa de estudos para

⁵⁷ Na relação da equipe contida na Carta-Consulta não é citado o nome do Professor César Camacho. São citados como colaboradores na Carta e não na Revista, os nomes dos Professores Paulo Alcântara Gomes, Sérgio Neves Monteiro, Paulo Canedo de Magalhães, Amílcar Tanuri, Dulce Eleonora de Oliveira, Jorge Guimarães, Maria Yedda Leite Linhares, Yedda Botelho Salles, Ana de Alencar, Carlos de Araújo Moreira Neto, e Mércio Pereira Gomes.

⁵⁸ Darcy Ribeiro cita ainda um escopo mais amplo de personagens participante do processo de construção da UENF: Elon Lages Lima, Antonio Rodrigues Cordeiro, Nilton Rocha Leal, Ana de Alencar, Carlos Scliar, José Carlos Sussekind, Wanderley de Souza, Luiz Fernando Vitor, Maria Yedda Leite Linhares, Oscar Niemeyer, Sérgio Pereira da Silva, Gilca Alves Wainstein, Ana Lúcia Boynard, Albite César, Dina Lerner, Rosinha Garotinho, Aldano Sellos, Hésio Cordeiro, Paulo Alcântara Gomes, Paulo Canedo de Magalhães, João Paulo, Luis Carlos Lobo, Lucia Maurício Veloso, Cecília Conde, Henry Eugene Jouval, Sérgio Neves, Carlos Alberto Dias, Jaime Tiomno, Hugo Resende, Luiz Alfredo Salomão, Warwick Kerr, Otto Gotllieb, Tito Riff, Jorge Almeida Guimarães, Wolfgang C. Pfeifer, Joel Teodósio, Wilmar Dias, Hayde Porto, Francisco Radler de Aquino Neto, Luis Carlos Miranda, Isaac Roitman, Amílcar Tanuri, Eugênio Lerner, Marcos Luis dos Mares Guia, Joaquim Von Bullow, Juarez, Ary Carlos Xavier Velloso, Luiz Rogério Gonçalves Magalhães, Flávio Miguens. Lista relativa à Pasta I do complemento 1991.01.30 do sub-série “UENF, componente da série “II Governo Brizola (1991-1994)” do “Arquivo Darcy Ribeiro – Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)”.

um aluno de mestrado, com três anos para término do prazo; a posição de Assistente estaria voltada aos alunos de doutorado, com cinco anos para término da bolsa de estudos. As posições de Professor I e Professor II estariam reservadas para detentores do título de doutor, selecionados por concurso público. Os Chefes de Laboratório e Chefes de Pesquisa seriam os postos mais altos da carreira acadêmica da UENF, não alcançados por concurso ou promoção, para a realização de pesquisas específicas. (Cf. Ribeiro, 1993a, p. 33). Com isto, Darcy Ribeiro tenciona uma desvinculação da esfera do corpo acadêmico no que tange a vida administrativa e econômica da universidade, ou seja, o que o próprio denomina de “governo da universidade”, fundadas nas figuras da Reitoria e da Fundação Mantenedora, como representantes maiores das diretrizes institucionais da UENF, aparecem como instâncias relativamente autônomas no Plano Orientador. Darcy observa que a Reitoria seria regida por um Reitor eleito por seus pares e nomeado pelo Governador, resguardando sua autonomia acadêmica face às determinações político-administrativas da universidade. E nesta esteira, em 30 de agosto de 1993, o Governador Leonel Brizola indica Wanderley de Souza como primeiro reitor da UENF, a partir de uma lista tríplice, composta também por Nilton Rocha Leal e Carlos Alberto Dias.⁵⁹

Por sua vez, a Fundação Mantenedora semelhante à descrição da “Instituição Mantenedora” na Carta, teria como função “(...) a administração da universidade, a captação de recursos, públicos e privados, nacionais e estrangeiros, a elaboração do orçamento de gastos e a tomada de contas das gestões da universidade.” (Ribeiro, 1993a, p. 50). A Fundação Mantenedora da UENF enquanto entidade autônoma de direito privado, teria sua presidência também indicada pelo Governo do Estado, configurando como instância paralela a figura da Reitoria, procurando assim, superar os dilemas resultantes da união dessas duas entidades, na experiência da UnB, onde o Reitor e o Presidente da Fundação seriam a mesma pessoa. (Cf. Idem. Ibidem.). No âmbito da Fundação Mantenedora, bem como no projeto UENF como um todo, ressalta-se a figura de *Gilca Alves Wainstein*, reconhecida por Darcy Ribeiro, e também pelos entrevistados desta pesquisa, como personagem fundamental na execução técnica e de planejamento da universidade, e na colaboração para composição do quadro docente da UENF, sendo a presidente da comissão técnica de implantação da UENF, sobre a qual discorrerei mais a frente.

⁵⁹ Comunicação enviada por Darcy Ribeiro e Gilca Wainstein a Leonel Brizola sobre a indicação de reitor por lista tríplice formada pelos nomes de Wanderley de Souza, Nilton Rocha Leal e Carlos Alberto Dias, em 30 de agosto de 1993, presente nas pastas componentes do complemento 1991.11.00 do “Arquivo Darcy Ribeiro - Fundação Darcy Ribeiro”.

Neste sentido, a Lei de número 2.043 de 10 de dezembro de 1992, que institui a Fundação Estadual Norte Fluminense (FENORTE), embora não apareça com a mesma denominação de Fundação Mantenedora que consta no corpo do texto do Plano Orientador, fornece suas diretrizes básicas já expostas acima, e designa a criação de seu Conselho Curador, composto por 7 (sete) membros e 2 (dois) suplentes, dentre eles a Presidente da Fundação, Gilca Wainstein, indicada por Leonel Brizola, acumulando também a presidência do Conselho. Em solenidade de posse do Conselho Curador da FENORTE realizada em 28 de junho de 1993, institui a seguinte composição: Gilca Alves Wainstein, como presidente da Fundação e presidente nata do Conselho, como membros efetivos, com mandato de 2 (dois) anos; Cibilis da Rocha Vianna, à época, Secretário de Estado de Economia e Finanças; Fernando Lopes de Almeida, à época, Secretário de Estado de Planejamento e Controle; e João Paulo Dutra de Andrade, à época, Secretário Adjunto de Planejamento, e com mandato de 4 (quatro) anos, Anthony Garotinho, à época Prefeito de Campos dos Goytacazes; Wanderley de Souza, Reitor da UENF; e Darcy Ribeiro, Chanceler da UENF. Como membros suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, Paulo Alcântara Gomes, e com mandato de 4 (quatro) anos, Nilton Rocha Leal.⁶⁰

Este panorama administrativo formado pelo Complexo FENORTE (Fundação Mantenedora) – TECNORTE (Parque de Alta Tecnologia) – REITORIA, não está isento das atribuições políticas estaduais, e como parte do Estado que é, a UENF estaria imersa em conteúdos políticos diversos, necessitando, na visão de Darcy Ribeiro, independente de siglas partidárias, ultrapassar disputas políticas, em nome da democratização do conhecimento científico e do processo de desenvolvimento regional. Concretizar o projeto de uma universidade demandaria diálogos e articulações com os grupos e personagens do poder público estadual e municipal. Reconhecidamente, Darcy Ribeiro demonstra no Plano Orientador, a dimensão utópica de seu pensamento. Esta é característica típica de uma “universidade necessária”, que deve ser, no seu dizer, uma “universidade de utopia” (Ribeiro, 1975a), este estado de espírito incongruente com a realidade concreta; desencaixada do diagnóstico de um dado espaço em um determinado momento histórico, satisfazendo a dois requisitos básicos, sejam eles, a tarefa de ser um guia na luta pela estruturação do modelo universitário brasileiro, sob o risco de cair da espontaneidade dos acontecimentos, e a tentativa de converter-se em programas concretos que considerem as situações locais, reclamando assim, para a universidade o papel de transformadora intencional da sociedade. Darcy aponta nesta passagem:

⁶⁰ Dado presente nas pastas componentes do complemento 1992.05.07 do “Arquivo Darcy Ribeiro-Fundação Darcy Ribeiro”.

Forçosamente, este modelo utópico será muito geral e abstrato, afastando-se, assim, de qualquer dos projetos concretos que passa inspirar (...) O modelo de universidade buscado será também utópico no sentido de antecipar, conceitualmente, as universidades do futuro, configurando-se como meta a ser alcançada um dia, em qualquer sociedade.(RIBEIRO, 1975a, p. 173-174)

Conforme indicado no início deste capítulo, Darcy Ribeiro objetiva com o Plano Orientador da UENF, fazer nascer uma universidade antes no “mundo das idéias”, para depois existir no “mundo das coisas”, consciente de que, dos planos que fez, nenhum se cumpriu como pensou, e que neste caso, as diretrizes uenfianas são, uma vez mais, desejos consubstanciados de uma realização efetiva num cenário histórico determinado. Ademais, o estudo acerca da construção da UENF, demanda uma análise que procure situar seu documento fundador num contexto de relações sociais e políticas marcadas por processos históricos, onde personagens, ligados ou não, a instâncias governamentais, desempenharam papéis importantes na versão final do projeto UENF. Darcy Ribeiro exerceu, de fato, uma contribuição fundamental na escrita do Plano Orientador, na concepção da universidade, tal como ela passou a existir a partir de 1993, assim como procurei, minimamente, esboçar sua explicação para iluminar os pressupostos teórico-políticos que fundamentam sua construção. Todavia, é imperioso destacar, que no plano histórico-social, o “vazio” sobre o qual o projeto darcyniano logrou repousar, é preenchido por conflitos, acordos, aproximações e distanciamentos entre idéias levadas a cabo por outros atores, outros grupos. O movimento da utopia suspende naturalmente a facticidade das coisas, e Darcy reconhecia este atributo, reservando-nos uma oportunidade para perguntar: como pode uma utopia tornar-se concreta?

CAPÍTULO 2:
A UTOPIA É DE CONCRETO:
DARCY RIBEIRO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Procurar analiticamente os meios pelos quais a construção da UENF em Campos dos Goytacazes não ocorreu sobre o “vazio”, como parecia desejar Darcy Ribeiro no Plano Orientador, significa atentar para as condições políticas, ideológicas, sociais e intelectuais que fornecem substância ao processo em análise. Mais especificamente, importa aqui perguntar acerca das possibilidades de compreensão da constituição de uma universidade pública, nos moldes em se apresenta a UENF, em sua versão final exposta por Darcy no Plano, a partir da elaboração de um quadro explicativo que remonte tanto às vinculações político-ideológicas, e mesmo partidárias, de seu mentor, quanto ao cenário histórico-político do Estado do Rio de Janeiro, nos quais repousam aqueles conteúdos, nos anos de 1980 e inícios dos anos de 1990. A “utopia”⁶¹ que comporta o planejamento darcyniano da universidade como projeção de um estado de coisas no futuro, baseando seu ideal, aparece como uma noção próxima àquela exposta por Karl Mannheim em seu *Ideologia e Utopia* (1986), entendida como um parâmetro de análise e de intervenção da realidade histórica e social concreta, de maneira paralela à própria realidade, realizando de forma integral no plano do pensamento, jamais na realidade determinada. (Cf. Miglievich Ribeiro & Matias, 2006). Susana Scramim (2000) pretende seguir por esta trilha analítica, ao tocar o conceito de “utopia”, como elemento de destaque na compreensão do pensamento de Darcy Ribeiro, realizando uma revisão teórica deste conceito na literatura e, grosso modo, no pensamento social brasileiro, com vistas ao entendimento do sentido da utopia em Darcy, como “outro lugar”, um norte propositivo que tende a negar o presente em direção ao futuro. Isto é de fato importante, e caminha ao lado de um rigoroso diagnóstico de um estado de coisas que precisa e deve ser superado na realidade social brasileira, isto é, conjuntamente com o prognóstico utópico, que ambiciona a mudança social em todas as suas dimensões, realça-se em Darcy o estudo das causas históricas que fundamentam qualquer atmosfera, e que servem de elementos para a proposição do personagem. Se por um lado, podemos identificar a adesão teórico-ideológica de Darcy Ribeiro, apesar de não expressa de forma intensa em sua produção intelectual em termos de construções

⁶¹ Sobre este conceito, Mannheim nos lembra que: “As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em cada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem através da contra-atividade transformar a realidade histórica existente em outra atividade, mas de acordo com suas próprias concepções.” (Mannheim, 1986, p. 219).

conceituais, ao pensamento de sua geração, marcada fortemente pela recepção brasileira do legado do sociólogo húngaro conforme já suscitado no capítulo anterior, por outro lado, no plano prático-político, o caminho da realização efetiva de um conteúdo utópico, guardados seus exageros típicos, necessitaria de um aporte fundamentado em uma dada conjuntura política e histórica. O Projeto UENF de assinatura de Darcy Ribeiro seria, uma vez mais, uma oportunidade de revisão e aprimoramento, na visão do próprio autor, de suas utopias para o sistema universitário brasileiro, das quais se destacam a UnB e a UENF, e mesmo de suas contribuições à reestruturação de universidade no exterior⁶². O teste da utopia uenfiana de Darcy com a empiria é uma experiência político-intelectual fundamentada por seu (re) encontro (momento guiado pelo signo da “interação”, idéia fundamental em Georg Simmel e referência para esta dissertação), com Leonel Brizola.

2.1. BRIZOLA E DARCY: A UTOPIA REVISITADA

A este respeito, o argumento de Helena Bomeny parece ser produtivo: “Darcy encontra em Brizola o patrono de sua utopia escolanovista.” (Bomeny, 2001, p.65). A autora indica que Darcy e Brizola constituíram importantes personagens na implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) relativos ao primeiro governo Brizola (1983-1986) e continuados no segundo governo Brizola (1991-1994). Bomeny mostra que, de modo semelhante a outras passagens da vida pública de Darcy Ribeiro como, por exemplo, aquela que marca seu encontro com Anísio Teixeira na elaboração do projeto UnB, a interação Darcy-Brizola seria responsável por dar corpo, aos projetos darcynianos dos CIEPs e da UENF. Sendo assim, “(...) a última década de vida de Darcy – 1987/1997- é marcada pela afirmação de seu encontro com o político que lhe daria carta branca para prosseguir em sua utopia escolanovista. O encontro político com Brizola, formalizado em 1982, foi definitivo, como os dois anteriores que propiciaram a convivência com Rondon e Anísio Teixeira.”⁶³ (Bomeny, Op. Cit., p. 50). Vale lembrar que o encontro de Darcy com Anísio Teixeira movimentado prioritariamente no campo da educação, inicia a vinculação definitiva de Darcy a esta referida área de atuação, com vistas a iluminar a compreensão dos problemas que configuram o espectro do atraso brasileiro. Tal aproximação teria sido politicamente e intelectualmente difícil, segundo

⁶² Destacam-se sua atuação na Universidade da República Oriental do Uruguai (1964), na Universidade Central da Venezuela (1969), na Universidade do Chile (1970/1971), e nos Sistemas Universitários da Argélia (1972), e do Peru (1973).

⁶³ Segundo Darcy, Rondon e Anísio eram seus “alter-egos”, sendo Rondon seu “santo-herói”, e Anísio seu “santo-sábio”. Eram, no seu dizer “missionários” das causas que defendeu durante toda a sua vida: “a proteção dos índios” e “a educação do povo”. Com Marechal Rondon iniciaria seus estudos de etnologia ocupando cargo de “naturalista” na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1947. (Cf. Ribeiro, 1990).

Bomeny, visto as disparidades de suas visões e apostas: “Anísio, americanista, urbano, envolvido com os problemas da educação, da universalização do direito à educação. Darcy, em caravanas pelo interior indigenista, adentrando o que supunha ser a alma nacional.” (Bomeny, Op. Cit., p. 45) ⁶⁴. Este momento da trajetória pública de Darcy Ribeiro, simbolizado por sua atuação com Anísio, que o contratou para assumir a direção da Divisão de Estudos Sociais no CBPE dentro do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no Ministério da Educação e Cultura, significa também a sua entrada no âmbito das decisões políticas na esfera governamental, marcadamente no Governo JK, no planejamento da Universidade de Brasília. Este quadro temporal fortalece a idéia de que paralelamente ao argumento salientado por Bomeny, de que o cruzamento entre educação e ciências sociais fundamentaria as preocupações teóricas e políticas de Darcy, e de certa forma, aquelas norteadoras dos posicionamentos de Anísio e Fernando de Azevedo, revelando o acesso substanciado sociologicamente às questões educacionais como meio para compreender os pormenores do enigma Brasil, corre também uma chave analítica, que sustenta a relação, presente na vida pública de Darcy, entre a arena política como cenário das lutas travadas em nome do desenvolvimento nacional, e o campo da educação propriamente dito, como uma agenda introduzida estrategicamente com o fito de realizar as mudanças sociais que favoreçam a emergência de padrões sociais mais igualitários. Através deste ponto, podemos notar que a aliança com Leonel Brizola na década de 80, é da parte de Darcy Ribeiro uma tentativa de reviver e recolocar o tema da educação no centro de sua atuação política, suspensa, ao menos em território nacional, quando do seu exílio (1964-1978) no período do regime militar. A última fase de ativismo político seria aquela que faculta a Darcy, a reunião de suas vertentes político-partidárias, e pedagógicas, numa conjuntura histórico-política favorável para a condução de seus empreendimentos no Governo Brizola.

Contudo, a preocupação de Leonel Brizola com a área da educação, e sua delimitação enquanto bandeira de campanhas e governos, não apareceria como uma atuação restrita aos decênios de 1980 e 1990 como alerta Moniz Bandeira em *Brizola e o Trabalhismo* (1979) ao acentuar a trajetória pública de Brizola desde sua juventude no interior do Rio Grande do Sul, quando já simpático aos ideais varguistas e ao PCB de Prestes, embora não tenha se filiado a este devido ao “(...) sectarismo e a jactância de seus militantes”. (Bandeira, 1979, p.47), até o exílio no Uruguai juntamente com Darcy

⁶⁴ Darcy Ribeiro vinha de expedições ao Sul do Estado de Mato Grosso, no Brasil Central, onde estudaria os índios Kadiwéu até 1949, quando passa a se dedicar aos povos tupi, ao compor uma equipe de pesquisa integrada pelo lingüista Max Boudin e pelo cineasta Heinz Foerthmann para o estudo dos Urupu-Kaapor, ao Rio Gurupi, na orla oriental da Floresta Amazônica. (Cf. Ribeiro, 1990).

Ribeiro. Bandeira mostra que já ao ser eleito em 1955 para a Prefeitura de Porto Alegre, o futuro líder pedetista se utilizava do slogan de campanha: “Nenhuma criança sem escola”, priorizando como tema de governo a criação de escolas e grupos municipais em toda área urbana da cidade, principalmente nas vilas populares. (Cf. Idem. Ibidem.). Alcançando o Governo daquele Estado em 1959, disputando contra o coronel Perachi Barcelos, então ex-Secretário do Interior do Governo, com o lema “Educação Popular e Desenvolvimento Econômico”, Brizola eleito pelo PTB, projetaria em escala estadual o que fizera na capital do Estado, multiplicando as salas de aula e aumentando os índices de escolaridade, entendendo naquele momento a estreita vinculação entre educação e desenvolvimento, caracterizando seu governo por intensa mobilização popular, através de “mutirões” para a construção de centenas de escolas em diversas localidades em curto prazo. Bandeira afirma que Brizola em quatro anos de mandato “(...) construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, totalizando 6.302 novos estabelecimentos de ensino, abriu 688.209 novas matrículas e admitiu 42.153 novos professores.” (Cf. Idem. Ibidem.).

Os tempos de exílio⁶⁵ no Uruguai, quando Darcy Ribeiro e Leonel Brizola mantêm contato político, ou nas palavras de Darcy “(...) tendo vivido antes, aqui, e depois dos anos de exílio sempre aliado a Brizola.” (Cf. Ribeiro, 1990, p. 206), seja pela resistência a ditadura militar, seja pela correlação entre posicionamentos político-partidários de cada qual, situados pelo viés esquerdista, ligado ao reformismo de Jango, ou ao trabalhismo e ao nacionalismo de Getúlio, os proporciona uma oportunidade de vivência, intercambiadas por trajetórias semelhantemente próximas ao tema da educação e do desenvolvimento, entendendo o processo de mudança histórico-política mediante uma ruptura com dado modelo de sociedade formatado historicamente por nossas elites dirigentes. Lembremos que a adesão darcyniana a corrente getulista se dá justamente, em seu relato, no episódio da morte de Vargas em 1954, quando o personagem de matriz política comunista, ligado ao PCB na sua juventude, transita da utopia do “Partidão” para o trabalhismo varguista ao afirmar que a comoção com o suicídio de Getúlio, fizera com que transformasse sua visão política e de partido “(...)

⁶⁵ Em *Os Brasileiros* (1975c), escrito durante seu exílio, Darcy observa que a condição de exilado colaboraria na confecção do trabalho para os ingredientes da “paixão” e da “perspectiva de enfoque”, ao dizer que “(...) a distância e o isolamento, operando como uma visão arquitetônica do conjunto, permitem a quem está de longe e de fora ver as coisas em sua inteireza e analisá-los melhor do que quem as vê do lado de dentro.” (Cf. Ribeiro, 1975a, p.2). Aqui aparece a semelhança com a descrição do “exílio intelectual” em Edward Said (2005), como aquele que concorre para uma visão forânea do problema e assim para o alcance de uma posição marginal facultada por uma “consciência possível”, na qual o intelectual se aproxima dos limites de sua visão de classe, e no caso do exílio, isto se acirra devido à relevância da dimensão espaço-temporal, que envolve em última instância, a noção de pertencimento ao Estado-Nação colocada sob tensão pela “ausência”, em Darcy, “perda de sincronia”. (Cf. Idem. Ibidem.).

tomando consciência do ridículo de seu esquerdismo, cego para as lutas reais que se travavam no chão da história.” (Cf. Idem. *Ibidem.*). A utopia de transformação da realidade histórica por meio da universalização dos direitos sociais inscrita na esfera de sua matriz comunista permitiria a Darcy juntamente com Brizola, vincular a dimensão das possibilidades que a compreensão teórica do mundo fornecia em sua formação intelectual, ao plano das conduções políticas de projetos realizadores de mudanças substantivas para a área de educação, via figura do Estado, por meio do requisito de uma base popular para os empreendimentos considerados necessários, como em sua experiência próxima ao estudo, vivência e construção de universidades brasileiras e estrangeiras. Daí que a fundação do PDT em 1980, ao unir, no dizer de Darcy Ribeiro, as bandeiras do “socialismo” e da “democracia”, num “socialismo democrático”, logrando inaugurar as bases de um “socialismo moreno”, aplicável em seu potencial de transformação à realidade brasileira via partido, representaria a encarnação de uma “utopia concreta” ou “imediata”, consistindo no intuito de nortear os órgãos e os serviços públicos a conectarem suas ações ao atendimento dos requisitos sociais básicos generalizados por um processo de desenvolvimento social, que procuraria “(...) reordenar e economia a fim de dar garantia de pleno emprego a todos os brasileiros; reorganizar a agricultura para assegurar fartura alimentar a todas as famílias; escolarizar todas as crianças brasileiras nas Casas Comunitárias e nos CIEPs; implantar serviços públicos com assistência médica com pessoal responsável pela saúde de cada parcela concreta da população, e dar solução do problema da moradia popular garantindo a cada família um lote, servido de água, luz e transporte, onde ela possa ir edificando sua casa própria em cooperação com seus vizinhos.” (Cf. Ribeiro, 1990, p. 209).

Não por acaso, quando Darcy Ribeiro enfatiza em entrevista concedida a João Trajano Sento-Sé: “O Brizola fez de mim o maior educador brasileiro no sentido de que fiz 507 CIEPs, uma universidade, a Norte Fluminense, e preparamos 24.000 professoras.” (Bomeny, *Op. Cit.*, p. 49), o sentido desta expressão pode ser procurado nos questionamentos acerca dos condicionantes que se referem ao sucesso ou insucesso de uma aliança inscrita nas linhas do governo estadual. A rigor, esta experiência consistiu num momento de relação política fundamentada na bandeira da educação, e precisamente, na exaltação do popular na condução da política. Helena Bomeny nos alerta sobre isto:

Duas personalidades individualistas, dois estilos de liderança política personalista, duas vaidades confessas e uma convivência sem intervenção ao longo de todo o governo. Esse é um fato excepcional na vida de ambos. Brizola conseguiu organizar as esferas de mando de forma que a atuação de Darcy o reforçava como político, não lhe

fazendo frente, ou embaçando seu brilho. Convém a um governo popular que uma política popular seja implementada, e a liderança de Darcy não ameaçava a área de atuação de Brizola, uma vez que corria em campo de atuação muito distinta. (BOMENY, Op. Cit., p. 66).

A participação de Darcy Ribeiro no primeiro governo de Brizola, no cargo de vice-governador, revela numa análise primeira, o começo de uma parceria que proporciona a Darcy a aproximação de duas de suas principais matrizes de pensamento e ação pública: o “getulismo”, pela política, e o “escolanovismo” pela educação. (Cf. Bomeny, Op. Cit.). Neste panorama é que o binômio *política-educação* remete Darcy Ribeiro a antigas experiências, como o CBPE e a UnB nascente, pouco depois desfigurada pela ditadura militar, uma nova chance, agora no âmbito da política estadual do Rio de Janeiro, de elaboração de um projeto referente à educação básica, na construção e implantação dos CIEPs. Cumpre acentuar, no entanto, que a chegada de Brizola e Darcy ao Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1983, situou-se, como lembra João Trajano Sento-Sé (1999), num contexto político de retorno do embate de antigas lideranças, à eleição do executivo estadual, relativas ao Rio de Janeiro e a Guanabara, reunidos desde a fusão, mediante a qual fora criado o novo Estado do Rio de Janeiro. (Sento-Sé, 1999, p. 221). O quadro político-eleitoral daquele período girava em torno da polarização do PMDB de Chagas Freitas, antigo governador e expoente do modo de fazer política que se convencionou chamar de “chaguismo”, e do PDS de Amaral Peixoto⁶⁶. No pleito de 1982, destacava-se a disputa eleitoral entre os candidatos Miro Teixeira apoiado inicialmente por Chagas Freitas, pelo PMDB, que posteriormente se associaria aos grupos mais a esquerda do partido; Wellington Moreira Franco pelo PDS, apoiado por Amaral Peixoto, e depois pelo próprio Chagas Freitas; Sandra Cavalcante, pelo PTB, Lisâneas Maciel, pelo PT, e Leonel Brizola pelo recém-criado PDT. Brizola adotando uma estratégia eleitoral através da radicalização de seu discurso oposicionista chega assim à liderança na intenção de votos a dois meses da eleição, contando com a adesão da parcela expressiva da classe média e média alta ao candidato pedetista, assim como do eleitorado dos estratos sociais menos abastados. (Cf. Sento-Sé, 1999).

Ao fim da eleição, Brizola se elege governador do Estado do Rio de Janeiro, tendo Darcy como vice, com 34% dos votos válidos, alcançando o executivo estadual, sem ter reconhecidamente, um esboço de programa de governo, o que afirma João Trajano (Op.Cit.), como sendo um traço distintivo dos eventos envolvendo Brizola, desde sua chegada do exílio: o alto grau de desorganização e improvisado, assim como

⁶⁶ Para este debate, ver Ferreira, 1999.

percebidos ao longo de sua campanha vitoriosa de 1982. (Sento-Sé, Op.Cit., p.278-280). Tais características referidas aqui, simbolizadas nas atuações e feitos de Brizola, mas também de Darcy Ribeiro, seriam típicos nos posicionamentos políticos destes personagens, tomados vez ou outra como personalistas e carismáticos, sobrepondo-se às configurações políticas maiores, como o governo e o partido político. No governo, Brizola convidou Darcy para ocupar o cargo de Secretário de Cultura, o que permitiu, segundo Libânia Xavier (2001), que Darcy também assessorasse o governo na política educacional. Com isto, a primeira iniciativa neste setor seria a criação de uma Comissão Coordenadora de Educação e Cultura (Lei nº 705 de 21 de dezembro de 1983) presidida pelo próprio Darcy Ribeiro, composta por representantes da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e da Secretaria Municipal de Educação (SME) e pelo reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esta comissão colaboraria na elaboração da política educacional a ser implantada, inserido no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1984-87) do Governo do Estado, o projeto ficou conhecido como Programa Especial de Educação (PEE). (Cf. Xavier, 2001. In: Freire *et alli*, 2001, p. 130). Libânia mostra ainda que, teoricamente, o PEE relacionava duas vertentes pedagógicas ligadas a experiências históricas concretas, sejam elas, a experiência escolanovista, responsável pelo tom liberal do projeto, e presente em outras passagens da vida pública de Darcy Ribeiro, e a experiência da educação popular dos anos de 1960, que imprimia ao projeto um caráter mais progressista e libertário. (Xavier, Op. Cit., p. 134). No âmbito do PEE, a elaboração e construção dos CIEPs teriam sido, sem dúvida, o símbolo maior do governo estadual de Leonel Brizola, partindo da proposta de ensino público, gratuito e de tempo integral⁶⁷, ideais recorrentes nas preocupações de Darcy Ribeiro para a área da educação, de modo que parece ser nesta direção, que Helena Bomeny atenta: “A pregação darcyniana do final dos anos 1970, e podemos acrescentar, dos anos 1980 e 1990, reforça sua própria pregação no final de 1950, quando enfrentou publicamente a discussão com Carlos Lacerda em defesa da escola pública obrigatória, leiga e gratuita, como prioridade de atenção por parte do Estado.” (Bomeny, 2001, p. 244).

Ao fim do Governo Brizola de 1983 a 1986, 127 unidades dos CIEPs estavam

⁶⁷ Darcy conta em *Testemunho* (1990) que a adoção do horário integral nas escolas não seria uma “criação” sua ou de Brizola ao ressaltar que: “A escola de dia completo, vale dizer, a que atende seus alunos das 7 ou 8 da manhã até às 4 ou 5 da tarde, não é nenhuma invenção do Brizola nem minha, nos CIEPs. Este é o horário das escolas de todo o mundo civilizado. Todas essas horas de estudo são indispensáveis para fazer com que o menino francês aprenda a ler e escrever em francês, ou o japonês em japonês. Oferecer a metade dessa atenção e às vezes menos ainda a uma criança mais carente que a daqueles países, porque afundada na pobreza e porque recentemente urbanizada, é condená-la a fracassar na escola e depois na vida.” (Cf. Ribeiro, 1990, p. 220)

em funcionamento, ao contrário do projeto original de construção de quinhentas unidades (Bomeny, Op.Cit., p. 51), assim como estariam publicamente reconhecida a vinculação direta daquele empreendimento com seus mentores, seja pela via da política *stricto sensu*, a partir da figura de Brizola, seja pela via da educação, pela figura de Darcy Ribeiro. Sem querer aqui objetivar uma análise profunda do projeto dos CIEPs, ressalto a dimensão que abarca os ganhos e perdas que uma determinada política social e/ou educacional verifica ao longo de uma sucessão de governos, quando da sua íntima correlação da sua implantação com a imagem e a marca de seu implementador. Tomando como, por exemplo, os CIEPs em sua experiência histórica, pode-se anotar as rupturas e continuidades impressas ao seu projeto inicial, referenciadas, com efeito, a este ou aquele modo de condução política inscrito num programa de governo. Ora, se há, reconhecidamente, a correspondência direta de um feito público como os CIEPs com a figura de Leonel Brizola, de modo a serem denominados, de “brizolões”, a mesma imagem política que retornaria no caso UENF, como personificação “em cada estabelecimento público uma direção particular de política, de facção ideológica.” (Bomeny, Op. Cit., p. 247), é devido, na mesma medida, ao estilo de fazer política, o qual João Trajano (Op. Cit.) sistematizou como “brizolismo”, que teria como preceito basilar a capacidade de produção e divulgação de símbolos. (Cf. Sento-Sé, 1999). Malgrado qualquer apreensão essencialista da política brizolista, que associe imediatamente tal forma de governar à noção de “populismo”⁶⁸, familiar ao vocabulário político acadêmico e popular brasileiros, é importante matizar o legado de um governo, no que tange propriamente à área da educação, de acordo com as ondulações que o campo político impõe, na história da educação fluminense, mediante movimentos de avanço ou recuo de grupos e idéias inovadoras. (Cf. Xavier, 2001).

Fato é que a eleição de Moreira Franco em 1986 ocorre ainda num panorama de polarização entre esta candidatura e a figura de Brizola que marcou o pleito anterior para o governo estadual, no qual a provável vitória de Brizola gerou reações de Brasília, com ameaça de intervenção no Rio de Janeiro e artigos do então Presidente da época, João Figueiredo, nos jornais impressos, demandando forte mobilização de recursos na campanha de Moreira Franco. (Cf. Sento-Sé, 1999). Neste ínterim, a disputa eleitoral se

⁶⁸ João Trajano procura relativizar a associação direta entre os fenômenos do “brizolismo” e do “populismo”. “Talvez por estar excessivamente voltada para as questões nacionais, a performance brizolista teria acabado por descuidar dos investimentos locais. Parece sugerir, também, um certo açodamento em marcar posição como um líder de perfil predominantemente popular. Finalmente, contradiz, ao menos parcialmente, as reiteradas associações do brizolismo ao populismo. Ora, é exatamente a negligência em costurar uma aliança entre os setores populares, representados por Brizola e seus adeptos, e as elites nacionais “modernas”, representadas pelos setores empresariais, que é apontada como um dos “erros estratégicos” do brizolismo pós-79”. (Sento-Sé, 1999, p. 296).

dá entre Moreira Franco e Darcy Ribeiro indicado pelo PDT⁶⁹ à sucessão de Brizola para o Governo do Estado. Em sua campanha eleitoral, Moreira Franco tece críticas em relação à política brizolista de suposta conivência com o crime organizado, simbolizado na defesa aberta de Darcy ao jogo do bicho como legítima instituição da cultura carioca, e promete dar continuidade ao projeto dos CIEPs alocados no PEE. Libânia Xavier aponta que:

Assim, nem o brilho intelectual de Darcy Ribeiro, nem os esforços depositados na modernização do ensino público estadual foram suficientes para garantir a continuidade do PDT no governo do estado do Rio de Janeiro. Venceria o candidato da oposição, Moreira Franco, em parte por sua posição de oponente do governo o que lhe permitia tecer críticas às falhas mais evidentes e, ao mesmo tempo, assumir o compromisso de dar continuidade aos projetos que vinham tendo aprovação geral como o PEE. (XAVIER, 2001, p. 138).

Ao passo da não continuidade do projeto dos CIEPs, é preciso destacar que é no governo de Moreira Franco, a primeira manifestação legal da construção de uma universidade pública no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, quando em 27 de setembro de 1990, em uma solenidade realizada no auditório do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na cidade de Campos, diante de uma platéia composta por estudantes, intelectuais, professores, políticos e pessoas da sociedade campista, o governador assinou o anteprojeto que seria encaminhado à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), criando a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Lima & Alves, 2003, p. 20), mediante o embasamento da Emenda Popular de 1989, possível de acordo com a Constituição Estadual elaborada segundo a Constituição Federal de 1988, o que será analisado mais de perto, em outro momento deste trabalho. Em 16 de outubro de 1990, é promulgada a Lei de Criação da UENF e designada sua primeira comissão de implantação composta na totalidade pelas personalidades ligadas às Instituições de Ensino Superior campistas: Maria Clara Mattoso das Chagas Martins e Zuleima de Oliveira Faria, pela Faculdade de Filosofia de Campos; Geraldo da Silva Venancio e Oswaldo da Costa Cardoso de Mello, pela Faculdade de Medicina de Campos; Luiz Cesar Henrique Lusitano e Rútilio Caldas Pessanha, pela Faculdade de Odontologia de Campos; e Levy Azevedo Quaresma e Aldano Sellos de Barros, pela

⁶⁹ A disputa intra-partidária pela sucessão de Brizola para as eleições de 1986 são também um capítulo a parte na relação de Brizola e Darcy dentro do PDT. João Trajano sublinha que César Maia (ex-secretário de Fazenda do governo e assessor econômico do governo pedetista) e José Colagrossi (antigo trabalhista e um dos principais articuladores da formação do PDT e ex-secretário de transportes do governo estadual) disputavam a indicação do partido para aquele pleito, no entanto: “A escolha de Brizola levou ao rompimento com Colagrossi, que abandonou o partido, filiando-se ao PMDB. Seria a primeira de uma série de rupturas e dissensões ocorridas no PDT, ao longo de sua história, devido ao método de escolha dos candidatos às eleições majoritárias.” (Sento-Sé, 1999, p. 253).

Faculdade de Direito de Campos. Em 27 de fevereiro de 1991, o Decreto 16.357 criava a UENF e aprovava seu estatuto.

2.2. A ELEIÇÃO DE 1990 E A RETOMADA DA ALIANÇA

Alvo das críticas de corrupção como traço comum daquelas dirigidas também a Moreira Franco, considerado ao final de seu mandato o governador mais impopular do país (Cf. Sento-Sé, 1999), Leonel Brizola entra na campanha ao executivo estadual em 1990 após ser derrotado nas eleições presidenciais de 1989, vencida por Collor de Melo. Ainda em sua campanha eleitoral, Brizola comparece a um grande comício na Praça São Salvador, no centro da cidade de Campos, como nos mostram Lima & Alves (2003), já lançando mão de uma política de alianças com lideranças políticas do interior, estando acompanhado do então prefeito da cidade Anthony Garotinho,

Brizola perguntou o que deveria incluir em suas promessas de campanha para o povo campista. Garotinho respondeu que Brizola deveria garantir que, se fosse eleito, implantaria a UENF. Brizola, então, comentou que uma de suas principais preocupações era a educação e que, inclusive, já tinha uma pessoa para cuidar dessa questão. E, diante da multidão apinhada na praça, Brizola comprometeu-se com a implantação imediata da UENF, caso saísse vitorioso das eleições, como de fato aconteceu. A pessoa, a quem Brizola aludia nessa ocasião era o Senador Darcy Ribeiro. (LIMA & ALVES, Op. Cit., p. 23).

O tema da universidade pública aparece como extensão da atenção dispensada à área da educação pelo Governo Brizola, nos discursos de campanha eleitoral como vinculação a uma dada política de composição, marcada pela cooptação de lideranças locais, com fins de garantia da futura governabilidade estadual, e continuidade da exaltação do legado varguista como conteúdo que acompanhou Brizola, e Darcy em sua trajetória a partir da morte de Getúlio, em sua aproximação com o “trabalhismo”⁷⁰, como nos afirma João Trajano (Op. Cit.). Neste sentido é que parece ser correto afirmar que a entrada de Brizola e, sobretudo de Darcy Ribeiro, no cenário político de Campos dos Goytacazes ganha como ingrediente o apoio da bancada brizolista assentada na emergência da sigla partidária do PDT, representada, por exemplo, pelo prefeito Anthony Garotinho, e também pela própria bancada pedetista na ALERJ, como por exemplo, o então deputado estadual Fernando Lopes de Almeida e ex-Secretário de Planejamento do primeiro Governo Brizola, e posteriormente Secretário de Planejamento e Controle da Governadoria do Estado do Rio de Janeiro do segundo

⁷⁰ Cf. Ribeiro, 1990.

Governo Brizola, responsável pela emenda na Lei de Criação da UENF, que versava acerca da instalação dos cursos de Veterinária, Agronomia e Engenharia, respectivamente nos municípios de Santo Antônio de Pádua, Itaocara e Itaperuna.

Brizola alcança seu segundo mandato pelo executivo estadual, com 60% dos votos, demarcando seu Governo como um esforço de reconstrução do projeto original dos CIEPs, através do empenho de reengenharia da Secretaria de Obras do Governo Estadual para a recuperação dos prédios dos CIEPs marcados pelo abandono e destruição, fruto da descontinuidade de tal política no governo de Moreira Franco. (Cf. Bomeny, Op. Cit., p. 252). Uma vez mais, a educação seria o norte das propostas de governo que tinha como desafio paralelo à retomada dos CIEPs, a construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense, prevista por Lei assinada por seu antecessor, e prometida pelas palavras do próprio Brizola aos seus braços político-partidários e ao seu público em geral presentes naquele evento de sua campanha. Confirmando as indicações feitas por João Trajano (1999) ao apontar o tom pouco formal e sistemático dos esboços de programas de governo de Brizola, a iniciativa de construção de uma universidade pública, esforço que exige não pouca monta, acaba por ser tratado, se considerarmos os componentes do carisma e do personalismo propriamente ditos, pelo líder governamental e conseqüentemente pela grande população, como um ato de cessão a um desejo popular ou uma resposta positiva a um apelo comunitário, o que numa análise superficial, deixa de lado as vinculações políticas mais estreitas mediadas pela interação entre personagens dispostos num dado contexto histórico, nos quais são conteúdos, as aproximações e distanciamentos ideológicos, as alianças, as revanches políticas. A observação acerca dos posicionamentos e movimentações dos personagens no período de construção da UENF, seus círculos sociais, seus esquemas de interação, parece-me um ponto de partida interessante para pensar a consecução de um projeto, e mesmo a sua elaboração em termos de opções e escolhas, dentro deste ou daquele perfil político.

É neste prisma histórico-empírico que se mostra fecunda a indagação sobre o retorno de Darcy Ribeiro ao cenário político estadual do Rio de Janeiro no segundo governo de Leonel Brizola, remontando uma parceria vivenciada na primeira passagem do líder pedetista pelo executivo estadual. Ao fim e ao cabo a pergunta que se impõe é a seguinte: quais os fatores que concorrem para a continuidade ou descontinuidade referentes à interação Darcy-Brizola? Helena Bomeny fornece-nos alguns elementos importantes para tal reflexão, na medida em que aponta a já citada não interferência recíproca na área de atuação de cada qual, como o princípio da liberdade institucional

que regeria o pacto da relação entre Darcy e Brizola: “A Darcy não era cobrada a obediência a um quadro rotineiro de procedimentos tal como se espera de uma administração desenhada segundo critérios de racionalidade secular. É como se tivessem feito um pacto entre lideranças carismáticas, portanto, de autonomia individualista, sem o risco de concorrência e de enfrentamento entre ambos.” (Bomeny, Op. Cit., p. 66).

Quais outros caracteres preenchem de significado os ideais de utopia e de crença na realização efetiva de um projeto de universidade pública como aqueles impressos no Plano Orientador da UENF, senão a confiança interpessoal de capacidade volitiva de condução dos projetos, e o teor carismático⁷¹ que colabora de modo particular para a adesão de indivíduos e grupos a noções e idéias elaborados por outrem? Eis que o fervor utópico que Darcy Ribeiro encarna, e que segundo o próprio, faz de Brizola seu fomentador, está na base de sua indisciplina, ressaltada por Bomeny, marcada pela aversão a procedimentos rígidos e formais, a rotinas institucionais previamente estabelecidas. Ver Darcy como “indisciplinado”, que segundo Bomeny diz respeito às suas condições de “mineiro”, “cientista social” e “pedagogo”, possibilita um olhar apropriado sobre o posicionamento de um “intelectual iracundo”, expressão que o próprio Darcy se utiliza para se referir aos intelectuais que historicamente exerceram seu papel por excelência de indignação e de denúncia de nossa condição de “atraso histórico”, os quais cumpriram a tarefa inicial e fundamental da inteligência brasileira da elaboração de uma consciência crítica nacional. A abordagem de Bomeny nos ajuda a dimensionar os ideais de “missão” impregnados nas visões e proposições de Darcy Ribeiro sobre o Brasil, especificamente sobre a temática “atraso-superação do atraso”, atentando para a concepção de intelectual que Darcy leva a cabo, como sendo a do “intelectual missionário” permeando a figura da “universidade missionária”, aquele que tem por função primordial sua atuação na vida pública como porta-voz dos que buscam a superação das mazelas de seu próprio país no que se pode projetar como ideal “civilizatório”, reconhecendo os benefícios da modernidade, no plano econômico e político, assim como no científico, alcançando uma condição de autonomia no diálogo com outros povos. Devo destacar que o caráter da indisciplina que perpassa, segundo Bomeny, o perfil político e intelectual⁷² de Darcy situa-se, a meu ver, na constituição

⁷¹ Recorremos para isso à noção de “carisma” sistematizada por Max Weber, e como podemos analisar sua adequação à figura de Darcy neste processo. Faz-se necessário lembrar a definição de “carisma” de Weber: “Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios, curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanas, ou pelo menos, extracotidianas específicos ou então se a toma como enviado por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”.” (Weber, 1999, p. 159).

⁷² Neste sentido, a correlação dos posicionamentos intelectuais e políticos de Darcy Ribeiro em sua trajetória, permitiria, de acordo com a análise de Bomeny, a junção das tipologias de intelectuais

mesma da imagem carismática e missionária que se possa observar em sua vida pública, e neste passo, é também constitutiva do estado das relações costuradas com Brizola. A liberdade institucional típica de suas passagens pelo governo estadual estaria, não por outro motivo, fundamentada na confusão de uma liderança política acumulada com a identidade de intelectual (Bomeny, Op. Cit., p. 63), fazendo com que, ainda que ocupando cargos políticos, tais como “Vice-governador”, “Secretário” ou “Senador”, Darcy Ribeiro sempre fosse visto, recorrentemente, como e enquanto “Professor”, pelos entrevistados desta pesquisa. Sem lograr adentrar no debate mais específico sobre as configurações intelectuais em Darcy, aponto para a dimensão do intelectual no personagem, com o objetivo de notar sua atuação, no plano governamental, como agente facilitador para a introdução de temas e projetos no centro das discussões e decisões políticas do Governo Brizola. A sobreposição ao quadro administrativo estatal por parte da figura de Darcy define, de algum modo, a indisciplina como um estilo de fazer política, contando para isto, uma base substantiva de auto-afirmação individual e intelectual na lógica interna do governo. Tal apontamento sugere o status da relação entre Darcy e Brizola, onde o primeiro construiria, a partir da utopia transformadora margeada por sua condição de intelectual, que produziu e atuou na confecção de projetos, notadamente na área da educação, e o segundo os colocava em execução, como patrono da utopia darcyniana, que também encarnava, na condição de líder do partido e do governo.

Infere-se daí a confiança recíproca para a concretização da utopia de Darcy para a UENF, na caminhada para a efetivação bem-sucedida de mais um empreendimento com a marca Darcy-Brizola, conforme descrito neste trecho do Plano Orientador: “*O Governador Leonel Brizola apoiou imediatamente nossa recusa à idéia de fazer da Universidade Estadual Norte Fluminense apenas mais uma universidade regional, destinada a formar os tipos de profissionais de nível superior que o funcionamento da sociedade local requer.*” (Ribeiro, 1993a, p. 13) (Grifo meu). Com efeito, Darcy Ribeiro é convidado por Leonel Brizola a participar do segundo mandato do líder do PDT no governo estadual (1991-1994), após uma experiência no governo mineiro de Newton Cardoso, em 1987, na Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, onde pretendia construir 1000 CIEPs (Cf. Bomeny, 2001, p. 52). Logo depois, aceita o convite do Governo de São Paulo, para o planejamento do Memorial da

simbolizados pelas perspectivas de Julien Benda, e a aposta na capacidade moral e cognitiva dos intelectuais como arautos da transformação histórica, e Antonio Gramsci, e sua análise sobre o “intelectual orgânico”, como portador de uma visão de mundo parcial, vinculada a dimensão do partido político, e, sendo portanto, porta-voz de uma ideologia parcial. (Cf. Bomeny, Op.Cit.)

América Latina, inaugurado em 1989, juntamente com Oscar Niemeyer, outro companheiro de longa data. Em 1990, é eleito Senador da República no mesmo pleito que reconduziu Brizola ao governo estadual do Rio de Janeiro. (Idem. Ibidem.)

2.3. A REUNIÃO DE SÃO CRISTOVÃO E AS COMISSÕES DE IMPLANTAÇÃO

O convite, ato interpessoal baseado numa relação de proximidade, é feito por Brizola a Darcy, para a ocupação da posição de Secretário Extraordinário de Programas Especiais da SEEPE,⁷³ instância projetada para dar prosseguimento à empreitada do Programa Especial de Educação, do primeiro Governo Brizola, para desta vez, continuar a implantação dos CIEPs, e elaborar e implantar a UENF segundo o imperativo constitucional. Darcy afasta-se do Senado, onde seria substituído por seu suplente, Abdias Nascimento, para assumir a Secretaria Estadual Extraordinária de Programas Especiais (Cf. Lima & Alves, 2003, p. 26). Já em 1991, no primeiro ano do segundo Governo Brizola, os encaminhamentos relativos a implantação da UENF são iniciados a partir da primeira reunião entre Darcy Ribeiro, então Secretário Estadual de Programas Especiais, e demais personagens, futuros componentes das comissões de implantação da UENF, ocorrida em 11 de outubro de 1991, na Secretaria de Estado de Programas Especiais, localizada no bairro de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta referida reunião, que teve como pauta, a implantação da “Universidade Estadual Norte/Noroeste Fluminense – UENF”, denominada nestes termos na escrita da ata⁷⁴, teve como participantes além de Darcy, o então Prefeito de Campos, Anthony Garotinho; o então deputado estadual pedetista, Fernando Leite Fernandes; João Paulo Dutra de Andrade, à época Sub-Secretário Adjunto de Planejamento; Ana Lúcia Boynard, à época Secretária de Administração de Campos; Tatiana Memória, à época vinculada à Secretaria Estadual de Programas Especiais; e Sérgio Pereira da Silva, à época, vinculado a Fundação de Amparo a Escola Pública (FAEP).

Dentre os temas abordados nesta primeira reunião destacam-se a idéia de criação da comissão de implantação, da Fundação Mantenedora e regulamentação da UENF; a avaliação dos intelectuais do Norte Fluminense que poderiam colaborar no processo de implantação; a identificação de prédios de valor histórico da cidade de Campos que poderiam ser adaptados para o uso acadêmico; e a idéia da construção, *a posteriori*, do

⁷³ Uma secretaria extraordinária ou especial para questões especiais, diria Darcy Ribeiro, que provocou, de acordo com Bomeny, uma série de rupturas e dissensos dentro do Governo Estadual, uma divisão não só entre os profissionais da educação, mas entre os segmentos do governo responsáveis por toda a rede de ensino do Estado. (Cf. Bomeny, Op. Cit., p. 250).

⁷⁴ Documento coletado nas pastas componentes do complemento 1991.01.30 do “Arquivo Darcy Ribeiro – Fundação Darcy Ribeiro”.

Instituto de Ciências Humanas com o objetivo de não fazer concorrência com as Faculdades já existentes na cidade, evitando, desta forma, o êxodo dos alunos para o ensino gratuito. Estes tópicos mostram o grau de costura política empreendido nos fóruns de discussão e decisões do processo de construção da UENF, mediadas por Darcy Ribeiro, com o fito de inauguração de uma universidade pública que estivesse alocada no cenário político-intelectual da cidade de Campos dos Goytacazes, e no Norte Fluminense do Estado, demonstrando que a feitura mesma do Plano Orientador da UENF, já seria inexoravelmente um produto político-intelectual levada a cabo por Darcy, mas detalhada num âmbito de interesses concernentes aos seus pares, representantes, cada qual, de um objetivo específico para o projeto final de construção da universidade pública.

A clivagem política do cenário em questão orienta a conduta dos personagens partícipes das comissões de implantação da UENF, inclusive de Darcy Ribeiro, concorrendo para o nível das articulações estabelecidas entre os poderes públicos, estadual e municipal, bem como para o grau das interações entre os grupos políticos e intelectuais pertencentes ou não a cidade de Campos. Neste plano, as deliberações saídas daquela histórica reunião apontam para a criação das comissões compostas por personagens ligadas a Darcy Ribeiro, sobretudo aquelas oriundas das linhas do Governo Brizola, juntamente com outros personagens mais familiares a cena política e intelectual campista, mas, nem por isto, estranhas ao conhecimento de Darcy ou Brizola, vide as estreitas relações com o executivo municipal. Objetivamente, aquelas deliberações indicam a redação do Decreto do Executivo criando as Comissões de Implantação da UENF, que substituiriam a comissão criada no Governo de Moreira Franco, sendo compostas inicialmente Darcy Ribeiro como presidente da comissão; Anthony Garotinho, João Paulo Dutra de Andrade, Ana Lúcia Boynard, Sérgio Pereira da Silva, e Everardo Paiva de Andrade, Professor da Faculdade de Filosofia de Campos, como membros, e ainda contaria com mais dois integrantes da comissão anterior. Tal Decreto estabeleceria como prazo, 30 (trinta) dias para criação da Fundação Mantenedora da UENF, e 60 (sessenta) dias para regulamentação da UENF, assim como outro Decreto do Executivo delegaria à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais a atribuição de implantar a UENF e a execução do orçamento. No entanto, outros três pontos daquela reunião demandam especial atenção.

O primeiro concerne à revogação do Decreto que proíbe a nomeação de reitor “pro tempore” e o Decreto que tinha criado a comissão que vigorou até a data da reunião. É importante destacar que a nomeação de reitor “pro tempore” tinha causado

alguns constrangimentos aos estratos intelectuais e políticos campistas, quando Moreira Franco em fins de mandato, no ano de 1990, posteriormente a assinatura da Lei de Criação da UENF, indica Roberto De Biasi, como representante do governo estadual e então presidente da Comissão Especial da UENF, para ocupar o cargo de reitor “pro tempore”, tendo o Professor Levi Quaresma, diretor da Faculdade de Direito de Campos, como vice-reitor. Sobre isto, Lima & Alves (2003) ilustram que:

A nomeação de um reitor estranho à comunidade campista frustrou a expectativa de que o cargo fosse ocupado por Zuleima Faria, provocando inflamados protestos que levaram o diretor da Faculdade de Direito, a retirar o seu nome (...) O conflito entre a Comissão Especial e o governador iniciou-se com a adulteração do estatuto originalmente encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, pela inclusão do artigo 16, que facultava ao governador a indicação do reitor nos cinco primeiros anos de implantação da UENF. A comissão procurou suprimir o artigo 16 e desfazer a nomeação. (LIMA & ALVES, 2003, p. 22-23).

Outrossim, necessita-se registrar que a antiga Comissão Especial, revogada pelo Decreto deliberado neste momento histórico, estava estruturada, em sua totalidade, por personagens ligados às instituições de ensino superior da cidade de Campos, o que, particularmente, denotaria também um aspecto polêmico como ingrediente nas possíveis configurações políticas emergentes do processo de construção da universidade. Sob um olhar atento, pode-se notar, a partir destas indicações, que o registro de uma interação conflituosa, no plano político e intelectual do processo em análise, precede mesmo a entrada de Darcy Ribeiro em Campos dos Goytacazes, tendo em vista as divergências na condução da Comissão Especial no governo Moreira Franco, simbolizadas na participação do representante do governo estadual naquela ocasião. Até aqui, é suficiente mencionar que o panorama dos conflitos que se estabelecem em torno da construção uenfiana, que seriam, em certa medida, anteriores, a presença e atuação de Darcy no cenário local, e, com efeito, ao reconhecimento por seus pares deste enquanto mentor do projeto UENF, são constitutivas das tensões engendradas nas relações sociais erigidas desde então, objetivadas em empreitadas de grande monta, macrossociais, como a universidade.

O segundo ponto destacado pelas deliberações da referida reunião é o que toca a redação do Projeto de Lei que mudaria o nome da “Universidade Alair Ferreira” para “Universidade Estadual do Norte Fluminense”, a cargo do deputado estadual Fernando Leite. É necessário também pontuar que Alair Ferreira, já falecido à época das discussões das comissões, destacou-se no cenário político municipal como deputado

federal pela antiga Arena, sendo presidente da Fundação Cultural de Campos, entidade mantenedora das Faculdades de Filosofia, Direito e Odontologia de Campos, no período em que elas foram criadas, na década de 1960, e, todavia gerasse divergências políticas por seu estilo político, tão personalista quanto aquele que marcou os perfis de Leonel Brizola e de Darcy Ribeiro, teria sido reconhecidamente um símbolo na história das IES campistas, e do debate mais amplo sobre a criação da universidade pública em Campos, sendo, portanto, um personagem homenageado com seu nome, na marca da instituição. Aquele decreto retiraria, em tese, o direito historicamente constituído do famoso líder campista na sigla da universidade, representando nas entrelinhas, o não-reconhecimento da contribuição daquele político para a construção da UENF no cenário local. Já o terceiro ponto sistematizado, tocaria em cheio o aspecto relacional que envolve a construção da UENF e a cidade de Campos, no que tange a recepção em sua versão final assinada por Darcy Ribeiro, pelos grupos políticos e intelectuais locais. Permito-me reproduzir um trecho que salienta um dado obstáculo nas articulações viabilizadoras da implantação da UENF.

Foi criada uma expectativa fisiológica na comunidade acadêmica que demandará muita habilidade para ser contornada, pois os funcionários pensam que serão incorporados sem concurso à carreira pública e os estudantes acham que no próximo ano (92) terão ensino gratuito sem uma prévia seleção. A posição do Estado, no entanto, é criar uma universidade de vanguarda e socialmente necessária, em lugar daquela oportuna para um grupo.⁷⁵

Tal passagem sugere-nos que, mediante uma publicização de algumas expectativas, compartilhadas pelos membros das comissões naquele primeiro encontro, entre o executivo municipal e o poder público estadual, com fins de estabelecer as diretrizes iniciais do projeto UENF, as deliberações correm no sentido do diagnóstico de possíveis barreiras acadêmico-intelectuais, num primeiro momento, em termos de “expectativas fisiológicas” como informa o trecho citado, visualizando os grupos locais como agrupamentos homogêneos no que se refere às idéias pertinentes sobre o que deveria ser uma universidade pública. No entanto, observa-se o perfil da concepção de universidade que permearia a proposta do Governo Brizola, a partir da figura de Darcy Ribeiro, através de expressões ilustrativas da nova universidade pública, produtora e difusora do conhecimento científico como fator decisivo na superação do atraso da sociedade brasileira. Este me parece ser um problema sociológico importante, na medida em que, a análise acerca dos conteúdos ideológicos que sustenta as diversas

⁷⁵ Ata da reunião coletada nas pastas componentes do complemento 1991.01.30 do “Arquivo Darcy Ribeiro – Fundação Darcy Ribeiro”.

representações sobre o que deve ser uma universidade, configura uma mediação entre o plano das idéias, ou do conjunto de idéias, e o plano da realidade social, composta e significada pelos diversos estratos sociais, isto é o mesmo que procurar, *a origem e o lugar social das idéias acerca da universidade pública*, neste caso específico, objetivar o estudo das propostas dos grupos e personagens envolvidos na construção da UENF, independente deste ou daquele projeto. Compreender o tema da universidade pública e de seu papel frente à sociedade, observando o caso da UENF, é atentar para a relevância, e mesmo a aposta, numa esfera político-social em destaque num processo de mudança social, e das configurações dos personagens, intelectuais e políticos, para a realização prática de um empreendimento público. As dissonâncias inerentes ao processo de construção da UENF são, a meu ver, elevadas a outro patamar com o início das discussões efetivas mediadas por Darcy Ribeiro, uma vez que configuram diferenciações de representações sobre a universidade, distintas entre os diversos personagens, os diversos grupos, que as colocam em público, motivando o debate sobre as vinculações mais genéricas e sutis, acerca do papel que deve cumprir uma universidade numa dada sociedade. Ana Lúcia Boynard conta a Lima & Alves (Op. Cit.), que Darcy Ribeiro reconhecia o campo propriamente dito, no qual estava adentrando, tal como o distanciamento entre as propostas encarnadas pelo Governo Brizola, do qual o era o representante símbolo, e aquelas dispostas no cenário local, com as quais o próprio já tinha se deparado, ainda que no início daquele processo:

Ele disse o seguinte: *Eu vou a Campos porque o Brizola me chamou para fazer a universidade de Campos, eu vou fazer da universidade de Campos o meu melhor projeto, porque eu já fiz uma universidade no Brasil, já fiz outras, em outras partes do mundo, mas eu errei em algumas coisas na Universidade de Brasília e nessa eu não vou errar.* E ele falava que sabia das aspirações da cidade, que a cidade esperava que ele juntasse todas as escolas de nível superior que tinham aqui e colocasse lá uma fachada de universidade, mas que ele não ia fazer isso, isso ele não faria, que chamassem outra pessoa para fazer. (LIMA & ALVES, Op. Cit., p. 27). (Grifo meu)

A perspectiva darcyniana de realizar um projeto de universidade no Norte Fluminense despertaria no personagem, a expectativa de pôr em prática naquele cenário, todas as suas intenções e ambições dispostas em seus “fazimentos”, como pronunciava, a UnB, os CIEPs, as Universidades no exterior, em uma tentativa de estabelecer uma relação definitiva entre o seu pensamento e sua ação pública, reconhecendo, pois, que esta seria uma oportunidade singular, partindo do “vazio” ou do “zero”, fazer nascer uma das suas últimas utopias no mundo. Afinal, Darcy Ribeiro procuraria investir-se da

posição, para qual fora convidado, como Secretário Extraordinário e também presidente da nova comissão de implantação da UENF. Posteriormente, Darcy encaminha dois projetos de Decreto ao Governador Brizola em 19 de dezembro de 1991, um que instituiu a Universidade Estadual do Norte Fluminense, criando as Comissões Acadêmicas e Técnicas de Planejamento e Implantação, e outro que concedia recursos de 450 milhões de cruzeiros para as despesas de implantação. Darcy descreve nestes projetos, as composições da Comissão Acadêmica de Implantação, e da Comissão Técnica de Planejamento e Implantação, e suas respectivas competências.⁷⁶ À Comissão Acadêmica de Implantação competiria a elaboração do plano estrutural e a programação didática, científica e tecnológica da universidade, e propor convênios com institutos científicos e técnicos nacionais e internacionais de estudos avançados, e de pesquisa. Esta seria integrada por *Elon Lages Lima*, da área de Ciências Básicas; *Antonio Rodrigues Cordeiro*, da área de Ciências Biológicas; *Nilton Rocha Leal*, da área de Ciências Agrárias; *Ana de Alencar*, da área de Letras; *Darcy Ribeiro*, da área de Ciências Humanas; *Carlos Scliar*, da área de Artes; *José Carlos Sussekind*, da área de Tecnologia; *Wanderley de Souza*, da área de Ciências Médicas; *Luis Fernando Vitor*, da área de Ciências Administrativas; *Maria Yedda Leite Linhares*, da área de Ciência de Educação; e *Oscar Niemeyer*, da área de Arquitetura e Design.

Por sua vez, a Comissão Técnica de Planejamento e Implantação teria como função, propor a estrutura de Fundação Mantenedora da universidade, bem como a sua configuração física e arquitetônica, e as diretrizes que norteariam seu funcionamento administrativo, tendo como membros, *Gilca Alves Wainstein*, na função de implantação dos núcleos científicos e tecnológicos que coordenariam a Comissão Acadêmica de Implantação; *João Paulo Dutra de Andrade*, na função de articulação com a Secretaria Estadual de Planejamento e Controle, que coordenaria a Comissão Técnica de Planejamento e Implantação; *Sérgio Pereira da Silva*, responsável pela implantação da estrutura organizacional docente e pela articulação com a comunidade acadêmica; *Ana Lúcia Boynard Songueda*, responsável pela viabilização das medidas necessárias a implantação da universidade; *Dina Lerner*, responsável pela definição dos espaços físicos e históricos a serem utilizados pela universidade; *Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira*, responsável pela articulação com as prefeituras Municipais; *Everardo Paiva de Andrade*, responsável pela articulação com alunado e com a Comunidade Acadêmica local; *Zuleima de Oliveira Faria*, responsável pela articulação com as Associações Civas da região; e *Aldano Sellos de Barros*, responsável pela

⁷⁶ Ver Anexo B.

articulação com as Fundações Educacionais.

Dos personagens citados para compor as comissões, alguns já apareceram no corpo desta dissertação, demonstrando assim que Darcy Ribeiro procurou cercar-se de profissionais especializados, e que de algum modo, eram próximos a sua trajetória, como Oscar Niemeyer, Antônio Rodrigues Cordeiro, Elon Lages Lima, Maria Yedda Leite Linhares, por exemplo, que estiveram com Darcy na elaboração e implantação do projeto UnB. A configuração organizativa das comissões de implantação a partir da entrada de Darcy Ribeiro no processo de construção de universidade em Campos demonstra a participação de intelectuais e políticos convidados direta ou indiretamente pelo próprio Darcy, apoiada sob dois pilares: 1) a certificação intelectual do planejamento da universidade através da capacidade profissional e científica de seus personagens, significados por suas vivências, na área acadêmica, sobretudo naquelas de maior prioridade na concepção de Darcy, como a engenharia do petróleo; e, 2) a certificação política e técnica de execução do planejamento da universidade, relativa à atuação de mediadores nas esferas de poder público estadual e municipal, assim como o diálogo com a comunidade acadêmica nacional e, principalmente, local.

Sendo assim, a própria composição das referidas comissões matiza o questionamento acerca das possibilidades de participação dos grupos e personagens campistas, seja no plano político, seja no plano acadêmico. No nível das interações produzidas no cenário em questão sobressaem-se aquelas que indicariam, inclusive, as possíveis locações ou bases físicas da universidade na cidade de Campos, como: a Vila Maria, que abrigaria a Casa de Cultura da universidade, como prédio histórico situado a Rua Baronesa da Lagoa Dourada nº234, em frente à Praça Barão do Rio Branco, doado pela personagem campista Dona Finazinha Queiroz, em testamento para a futura universidade, apontando para a presença do tema em voga, no imaginário campista; prédio da Fundação Norte Fluminense para o Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), situado a Avenida Presidente Vargas, nº 180, onde seria instalado provisoriamente o Centro de Biociências e Biotecnologia; a sede do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR), ex-IAA, que abrigaria parte do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias; a Escola Estadual Agrícola Antonio Sarlo, que abrigaria outros projetos do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias; a sede campista da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) que também comportaria outros projetos do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias; a Unidade de Ensino à Distância de Macaé pertencente à Escola Técnica Federal de Campos englobaria provisoriamente o Laboratório de

Exploração e Engenharia; e o “Terrenão” localizado à Avenida Alberto Lamêgo entre os números 300 e 710, local onde seria construída a UENF como projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, englobando os Centros de Biociências e Biotecnologias, Centro de Ciências das Engenharias e Tecnologia, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias e o Centro de Humanidades. A delimitação das bases físicas da instituição, de um modo ou de outro, impunha a tarefa de transportar todo um escopo de propostas contidas no Projeto UENF para a realidade local, permeada também por interesses, vontades específicas de cada grupo ou personagem. A atenção aos “delicados fios”, de acordo com o vocabulário simmeliano, ou seja, ao esquema de entrecruzamento de círculos sociais que significa o processo de construção da UENF faz-se necessária por entendermos que o cenário intelectual e seu direcionamento para o esforço da construção de uma universidade na cidade de Campos que antecedem a presença de Darcy neste processo dando sentido a um conflito entre concepções de mundo distintas que só puderam ser notadas porque procuramos nos esquivar de uma abordagem que tão somente prezaria pela identificação da presença do Estado como um ente que reúne diversas concepções de mundo dentro dele e que descarta possíveis interações entre seus partícipes, bem como entre círculos sociais que estão fora dele e antecedem sua presença e atuação. Conhecer o modo como um dado modelo de universidade (e de sociedade) foi “trazido” a Campos dos Goytacazes implica pôr em xeque a idéia mesma de que se trataria de uma “imposição”, mas, sim, de um momento onde personagens se aliaram, ou se antagonizaram, se fortaleceram mutuamente ou se distanciaram. Se Darcy Ribeiro e sua conhecida trajetória pública, e a idéia de criação de uma universidade pública na cidade, atinente a um longo processo histórico, como também pretendo mostrar, percorreram caminhos paralelos, é, contudo, em Campos dos Goytacazes, que eles se encontrariam definitivamente.

CAPÍTULO 3:

INTELECTUAIS, POLÍTICOS E O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

A inflexão empírica direcionada pela problemática de pesquisa nos sugere a observação dos pormenores inscritos no campo da pesquisa, nos certificando de que a análise sociológica acerca da construção da UENF tornar-se-ia incompleta uma vez levada a cabo de acordo com os registros oficiais que apontam a relação direta de criação da UENF ao intento de Darcy Ribeiro, sem abordar, sistematicamente, as configurações mediadas por intelectuais⁷⁷ e políticos no âmbito municipal, sustentadoras da emergência do surgimento de uma universidade pública na cidade de Campos como idéia-força que irrompe todo o devir histórico do século XX. Neste sentido, em termos analíticos, a recorrência aos aspectos mais gerais dos debates e decisões anteriores a entrada de Darcy Ribeiro no cenário local, no que tange ao projeto UENF deve ser aqui incorporada como e enquanto um matiz do problema sociológico a ser enfrentado, qual seja o processo de construção de uma universidade nos moldes em que a UENF é apresentada, logrando assim superar possíveis dualismos de perspectiva tocantes a uma determinada polarização de grupos e projetos. Desejo enfatizar que a atenção ao vir a ser uenfiano mostra-se sociologicamente relevante, justamente por se caracterizar como um continuum histórico marcado por um tenso movimento de idéias e projetos, que necessita ser avaliado em sua totalidade, com o fito de compreender de forma mais ampla, o sentido atribuído publicamente aquela instituição em 1993.

Deste modo, os apontamentos sobre a elaboração de idéias e noções acerca da universidade pública na cidade de Campos dos Goytacazes por parte dos estratos intelectuais e políticos marcadamente, faz-nos reconhecer em períodos e contextos precedentes, materiais de análise igualmente importantes ao estudo em questão, visto

⁷⁷ Para uma definição estrita, recorremos a Tom Bottomore que partilha de uma perspectiva que toca a questão dos intelectuais enquanto elites, que de forma variada de acordo com cada sociedade, podem ou não participar diretamente das decisões políticas e sociais. Bottomore mostra dificuldade na definição do estrato intelectual como uma noção, bem como na delimitação de sua influência social, para tanto recorre a um debate clássico sobre a diferenciação entre “intelectuais” e “intelligentsia”. De acordo com o autor, o termo “intelligentsia” teria sido utilizado pela primeira vez na Rússia, no século XIX, para se referir àqueles que haviam tido uma educação universitária que os qualificava para carreiras profissionais. (Bottomore, 1978, p. 64). Já os intelectuais seriam um estrato menor: “(...) daqueles que contribuem diretamente para a criação, transmissão e crítica de idéias. Incluem escritores, artistas, cientistas, filósofos, pensadores religiosos, teóricos sociais, comentaristas políticos. Pode ser difícil determinar com precisão as linhas divisórias deste grupo, e seus níveis mais baixos confundem-se com ocupações de classe média, tais como o magistério e o jornalismo, porém seu traço característico – *a preocupação direta com a cultura de uma sociedade* – é suficientemente nítido.” (Bottomore, 1978, p. 64). (Grifo meu)

que fornecem substância para que a construção da UENF, em sua versão final, não se constituísse na condição de um evento histórico isolado, como um episódio sem raízes mais profundas na realidade social campista. Isto, no entanto, deve ser enxergado como uma parte constitutiva do surgimento da UENF, e não como elemento explicativo automático da efetivação da universidade pública em Campos, desafiando-nos a desvincular, como uma observação primeira pode induzir a conexão direta entre o desenvolvimento do debate interessado na construção da universidade de Campos e a implantação da UENF naquele momento específico. É importante ressaltar que a acumulação de um debate acerca da universidade é uma clivagem histórico-empírica que se apresenta ao sociólogo no estudo da implantação da UENF, e sendo assim, digna de apreciação, não facultando, entretanto, uma compreensão unicausal do problema, como se a UENF correspondesse, no tempo e no espaço, a um resultado final do aprimoramento de um projeto político-intelectual local.

Isto posto, vale a pena dimensionar as relações de proximidade dos intelectuais e políticos campistas com o debate mais amplo sobre a universidade pública, e posteriormente com a construção das instituições de ensino superior de caráter fundacional da cidade. Tal exame parece ser fecundo à medida que se verifica as correlações de significado dispostas entre os posicionamentos dos intelectuais e dos políticos locais, no sentido de promover, gradativamente, a difusão da idéia da construção da universidade pública como necessidade de ensino gratuito para o nível superior, isto é, a idéia de uma universidade pública e gratuita. Neste ínterim, passemos a apurar um pouco mais de perto o panorama histórico-intelectual que se constitui, mais fortemente desde o início do século XX, em torno do símbolo da universidade pública em Campos dos Goytacazes, procurando brevemente atentar para a contribuição analítica que esta empreitada pode fornecer a esta dissertação.

3.1. THEOBALDO SANTOS E A GÊNESE DO DEBATE

O desenvolvimento histórico-intelectual da idéia de universidade pública em Campos dos Goytacazes precede, com efeito, o surgimento do quadro de ensino superior no formato observado no momento de construção da UENF, ao mesmo tempo em que concorre para os seus desdobramentos institucionais subseqüentes. Nestes termos, entendo que o cenário intelectual campista conforma-se para além da dimensão propriamente institucional de ensino superior, fomentando através de eventos e escritos públicos, o lugar do tema da universidade pública no pensamento e ação dos personagens ligados diretamente a esfera da cultura e política locais. Para elaborar um

breve quadro explicativo, volto-me a análise de alguns pontos de “Universidade de Campos: sugestões para a sua organização”, escrito por Theobaldo Miranda Santos, à época diretor do Liceu de Humanidades e Escola Normal Oficial de Campos, datado de 1935, publicado a partir de conferência realizada no Rotary Club de Campos. Este escrito aparece como material fundamental na reconstituição da genealogia do conceito de universidade no imaginário social campista e de suas metamorfoses posteriores, visto que indica, pioneiramente, pontos para a estruturação de um plano de organização universitária para Campos. Theobaldo explicita já no início de seu texto, uma idéia importante para a sistematização das representações acerca da universidade:

Instrumento de educação integral, a universidade não é um simples agregado de escolas destinadas a expedir diplomas de formação profissional. A sua função complexa e profunda possui uma amplitude de ação que ultrapassa os limites exíguos dessa concepção unilateral. A sua atividade cultural envolve, além da preparação de indivíduos nas profissões de base científica, o cultivo da ciência pura e da pesquisa desinteressada, e a vulgarização de conhecimentos científicos no sentido de uma democratização da cultura. (SANTOS, 1935, p.3).

O autor pretende traçar um conceito mesmo de universidade para a cidade de Campos, através da compreensão de que a construção de uma universidade deveria cumprir um papel civilizatório, não só de preparação intelectual dos indivíduos, mas também de uma instância de adaptação social e de formação moral. A concepção de Theobaldo para o tema da universidade em Campos procuraria articular as esferas constitutivas da universidade moderna, aquelas que também norteiam o escopo do Plano Orientador de Darcy Ribeiro, sejam elas, o ensino, a pesquisa e a extensão, numa proposta fundamentada na difusão do espírito universitário a ser buscado mediante o sentimento de solidariedade social e de fraternidade humana. (Cf. Santos. Op. Cit.). No plano organizacional geral, o autor sugere a estruturação da universidade de Campos apoiada em quatro instituições fundamentais: 1) *Escola Secundária*, que disponibilizaria o curso geral de humanidades, e paralelamente a este, cursos vocacionais, livres, técnicos e culturais; 2) *Curso Pré-Universitário ou Complementar*, para adaptação às escolas superiores; 3) *Instituto Universitário Superior*, representado por um conjunto de escolas superiores destinados à pesquisa científica, à formação da cultura geral e à preparação profissional superior; e, 4) *Universidade Popular*, constituída por cursos e escolas de educação supletiva e dotada de um Museu Social Regional e de uma Biblioteca Popular. (Cf. Idem. Ibidem.).

A Escola Secundária descrita por Theobaldo seria constituída pelo curso

fundamental e oficial de cinco anos, e paralelamente a este curso de humanidades, seriam organizadas duas séries de cursos vocacionais e livres, que seriam escolhidos e cursados após a conclusão do 3º ano do antigo curso ginásial. Apresentaria também Cursos Técnicos de grau médio, tais como Mecânica, Eletricidade, Comércio, Agricultura, Imprensa e Artes Domésticas, e Cursos Culturais, como por exemplo, de Línguas Vivas, Línguas Clássicas, Português e Literatura, Desenho e Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais. O Curso Pré-Universitário seria uma instituição destinada a preparar os alunos para as escolas superiores, como uma organização intermediária entre a escola secundária e a universidade. (Cf. Santos, 1935).

A instância do “Instituto Universitário Superior” seria constituída pelo Instituto de Filosofia e Letras, Escola de Direito, Escola de Farmácia, Escola de Odontologia, Escola de Agricultura, Escola de Veterinária, Escola de Química Industrial, Escola de Educação e Conservatório de Música. A “Universidade Popular”, por sua vez, seria destinada a educação sistemática dos adultos em particular e da população em geral, composta das seguintes instituições: a) “Escola de Continuação”, para aqueles portadores de educação elementar, com o objetivo de continuação em grau mais avançado; b) “Escolas de Aperfeiçoamento”, destinadas ao aprimoramento das profissões técnicas; c) “Cursos de Extensão”, voltados à formação cultural geral dos adultos, com vistas a democratização da cultura; d) “Biblioteca Popular”, e; e) “Museu Social”, uma instituição de caráter educativo que refletiria o ambiente regional de Campos. (Cf. Idem. Ibidem.).

Com este perfil, o projeto da Universidade de Campos de Theobaldo Santos apresentaria a primeira idéia de universidade de caráter público e gratuito para a cidade de Campos dos Goytacazes, antecipando, de modo semelhante, em quase 60 anos o escrito de Darcy Ribeiro para a UENF, em termos de sistematizações e proposições, segundo a negação da formação de uma universidade como a união das faculdades isoladas e a aposta no conhecimento científico como base do conhecimento humano. Darcy, talvez, se espantasse ao ver neste escrito de Theobaldo Santos, pontos de identidade tão chamativos com a "Universidade Necessária" que defendia: aquela portadora da função social na difusão do saber científico e na formação filosófica e cultural das sociedades, a participar do processo evolutivo das civilizações. Mas, há também a possibilidade de, por caminhos distintos, serem ambos os porta-vozes de uma ideologia comum ancorada, num só tempo, no projeto democrático de extensão maciça dos direitos à educação tendo como agente propulsor o Estado em seu papel de dinamizador da sociedade civil.

Curiosamente ou não, a primeira reivindicação apresentada ao poder público estadual para a criação de uma universidade no município se dá no mesmo ano da publicação de Theobaldo, e de modo contrário às expectativas do então diretor do Liceu de Campos, conforme nos conta Maria Thereza Venancio, entrevistada desta pesquisa, em seu “Durante a Travessia: memórias e histórias da Faculdade de Filosofia de Campos” (2006). De acordo com a autora, o então Deputado campista Mário Barroso propõe em relação ao projeto da Constituição Estadual de 1935, a incorporação à administração do Estado às instituições de ensino superior existentes na cidade, sendo elas: a Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua e as Faculdades de Agronomia e Veterinária, Farmácia e Odontologia, já oficializadas pelo Estado, providenciando dentro de cinco anos da promulgação da Constituição, a criação da Universidade de Campos, integrando as instituições supracitadas. (Cf. Venancio, 2006, p. 125).

Este panorama ilustra as disparidades propositivas entre os diversos personagens dispostos nos campos, intelectual e político naquele momento histórico da cidade de Campos, engendrando concepções polissêmicas de universidade que envolve aquela de Theobaldo e sua aposta em um novo conceito de universidade, ou a de Barroso, propositor primeiro da união das faculdades existentes ali. Não é de espantar, no entanto, a vinculação de uma e outra, a determinados modelos e experiências universitárias no País, como por exemplo, as concernentes a Universidade do Distrito Federal, a Universidade do Rio de Janeiro, e a Universidade de Minas Gerais. O projeto de Theobaldo estaria muito mais voltado, comparativamente, ao próprio modo de construção da Universidade do Distrito Federal, a UDF, instituída pelo Decreto Municipal nº 5513 em 4 de abril de 1935, como mostra o trabalho de Rosângela Barbosa (1996), ao sublinhar que aquela universidade nasceria num ambiente de construção social do papel positivo para a educação e a cultura, no processo sobre renovação da sociedade brasileira, tendo como contribuição o tido de condução que a elite intelectual, envolvida com o debate sobre o sistema educacional assumiu ao ocupar cargos na administração pública, a fim de superar o diagnóstico sobre a formação intelectual bacharelesca, típica daqueles tempos. Enquanto a idéia de Mário Barroso aproxima-se, grosso modo, ao estilo de construção universitária caracterizada da criação da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade de Minas Gerais, respectivamente em 1920 e 1927, onde a primeira teria sido resultado da reunião da Escola Politécnica, e das faculdades de Medicina e de Direito existentes na cidade do Rio de Janeiro, e a segunda teria aglutinado algumas faculdades existentes em Belo Horizonte, tais como Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia. (Cf. Barbosa, 1996).

O embate propriamente ideológico que se observa ainda nos anos de 1930 no cenário local dá mostras da vivacidade e da conquista de corações e mentes, intelectuais e políticos, para o tema da universidade pública em Campos dos Goytacazes, que recebem especial atenção devido ao fechamento das escolas superiores da cidade em 1939 e 1940, por motivo de abandono de cargos do corpo docente devido ao não pagamento pelo governo estadual, agravado pela falta de sede própria das instituições de ensino superior. (Cf. Venancio, 2006). O desenvolvimento do debate sobre a universidade tem como ingredientes posteriores, a ausência das IES campistas como locus de discussão e fomento de idéias para a consecução do projeto de criação universitária, e a entrada de novos atores na cena intelectual campista como a criação da Academia Campista de Letras em 1939, e a publicação de periódicos como a “Revista Horizonte 22”, lançada em 1954, da qual, foram lideranças intelectuais eminentes Vilmar Rangel, Prata Tavares, Mário Newton, Genaro de Vasconcelos, e Joel Ferreira Mello, personagens ligados diretamente ao movimento modernista em Campos. Destacaram-se também, neste momento, o periódico “Revista Quatro Cantos” e o jornal “Folha do Povo”, ainda nos anos de 1950.

Importante mencionar um artigo publicado no segundo número da “Revista Quatro Cantos” escrita por Joel Ferreira Mello, então repórter campista, e posteriormente professor da Faculdade de Filosofia de Campos, intitulada “Deus também quer a universidade”, onde ressalta a importância da construção da universidade, objetivo diferenciado da implantação das escolas superiores isoladas, como empreitada que estabeleceria a relação entre as necessidades espirituais do homem e o desenvolvimento da técnica, assumindo um norte nos domínios da cultura brasileira. Nesta reportagem, o autor aponta a possibilidade de criação de uma universidade católica de Campos, a ser apoiada pela figura do Bispo Diocesano Dom Antônio Mayer, futuro professor da Faculdade de Filosofia de Campos, com a colaboração de demais entidades como a Associação Comercial de Campos (ACC) e a Federação dos Estudantes de Campos (FEC).

Com isto, visualiza-se que correriam, historicamente, duas idéias-força no intento campista acerca do ensino superior. Uma seria a reativação das antigas faculdades isoladas dos anos de 1930, e a outra, aquela baseada no interesse pela construção da universidade pública campista na cidade de Campos. Esta nuance salta aos olhos do analista na direção da compreensão do próprio desenvolvimento do debate e da idéia em destaque, e, sobretudo, dos contornos observados nas tensões atinentes ao processo de construção da UENF já nos anos de 1990. Vale enfatizar que já no título da

palestra de Theobaldo Santos, “Universidade de Campos”, aparece inscrito o grau de vinculação dos personagens campistas na conformação das instituições de ensino superior da cidade. Dito de outro modo, a denominação acerca das IES existentes como “campistas” significa dizer que elas foram levadas a cabo por intelectuais, políticos, e elementos de outros estratos sociais, ligados diretamente ao seio da cidade, e, portanto, compartilhando valores e sentimentos dispostos num dado grupo social, que por assim ser, constituem a base da argumentação em torno da construção da universidade.

Não obstante o desejo por uma universidade erigida da cidade, Venancio (Op. Cit.) informa que no começo dos anos de 1950, inicia-se em Campos um movimento em nome da criação de uma Faculdade de Filosofia, simbolizada por uma reunião presidida pelo então prefeito José Alves de Azevedo, realizada na sede da Federação dos Estudantes de Campos em 1951, juntamente com estudantes e professores. Em 1956, outra reunião promovida por Azevedo, então deputado federal, também na sede da FEC, pretendia reativar a antiga Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua. No ano posterior, o prefeito Barcellos Martins encaminha um projeto de verba à Câmara dos Vereadores para viabilizar a Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, a FACES. O início dos anos de 1960, com a construção de novas faculdades isoladas de ensino superior, apontaria, gradativamente, para a reorganização do debate, guiado por experiências e vivências acumuladas, elevando o desejo de criação da universidade ao plano da mobilização efetiva dos quadros ligados ao cenário institucional de ensino superior da cidade.

3.2. AS INSTITUIÇÕES CAMPISTAS DE ENSINO SUPERIOR

A instalação do quadro de ensino superior em Campos, levado a efeito a partir dos anos de 1960, indicaria novos rumos no debate sobre a construção da universidade, uma vez que estaria disponível para aquela empreitada, a revitalização da experiência campista das escolas superiores como base para a renovação do projeto ou idéia sobre a universidade. Particularmente, a conformação das instituições, em seu nível acadêmico e técnico-administrativo, concorre para o reconhecimento de uma estrutura, que *vis-à-vis* a maturação histórico-institucional destas faculdades, poderia ser aproveitada não só em termos dos respectivos desenhos burocráticos, mas, sobretudo, da vivência de seu corpo docente, adquirida ao longo de sua trajetória, como ponto de partida organizacional de uma futura universidade. Guardemos esta questão. A rigor, este momento tem de ser compreendido pelo intento de construção da referida Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais (FACES) em fins dos anos de 1950, em virtude do seu

desenho institucional, a saber, a vinculação de financiamento da vida da faculdade com sua Sociedade Mantenedora. Maria Thereza Venancio (2006) narra que, tendo como convidado o Dr. Domingos Abês, então Diretor do Ensino Rural do Estado, para tomar as devidas providências jurídicas, em 13 de julho de 1957, uma importante assembléia na sede da Associação Comercial de Campos, teve como finalidade a aprovação do projeto de estatutos da sociedade mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais de Campos, a fim de instalar o ensino superior na cidade.

Entretanto, o processo de criação verificou alguns obstáculos legais para a sua efetivação no cenário campista, como indicou uma reportagem escrita por Joel Ferreira Mello, publicada no jornal “Folha do Povo” em 19 de agosto de 1958, feita com o Professor Walter Clemente, Inspetor Federal responsável por relatar o processo. (*Apud.* Venancio, 2006, p. 48). Dentre as dificuldades relatadas, estava a própria denominação da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais que abarcaria inicialmente os cursos de Filosofia e de Direito, e que segundo as normatizações do então Ministério da Educação e da Cultura (MEC), cometeria um erro ao relacionar a Filosofia ao campo das Ciências Econômicas e Sociais, e também ao diferenciar “Ciências Econômicas” de “Ciências Sociais”, considerando assim Ciências Econômicas como ciências não-sociais. A recomendação correria no sentido da criação de cada faculdade relativa a cada campo do saber, isto é, uma Faculdade de Direito, uma Faculdade de Filosofia, etc. (Cf. Idem. *Ibidem.*). Outro ponto que seria relevante indicar consistiria na participação do prefeito João Barcellos Martins, nos termos jurídicos da Sociedade Mantenedora da faculdade, através de sua pessoa física, e não na condição da pessoa jurídica da Prefeitura de Campos, o que resultaria na alteração no nome da Sociedade Mantenedora da FACES para Sociedade Cultural de Campos, e posteriormente para Fundação Cultural de Campos, ligada diretamente a Prefeitura.

Nesta esteira, os encaminhamentos posteriores estariam voltados para a construção das faculdades propriamente ditas, inicialmente com a inauguração da Faculdade de Filosofia de Campos em 20 de maio de 1961, indicando pretensões maiores no avanço da idéia de construção da universidade, como esta passagem do discurso de posse de sua primeira diretora, Maria Thereza Venancio, ilustra:

A inauguração da Faculdade de Filosofia de Campos não constitui apenas a concretização de um sonho de um pequeno grupo de idealistas. Representa uma conseqüência da evolução do município, um reclamo histórico. A cidade cresceu, desenvolveu-se, expandiu-se, espalhou-se, roubou terra aos canaviais, tornou-se respeitada em sua arquitetura. E o seu povo sente falta de uma cultura superior. O campista não quer mais acreditar nas erudições frescas, nas erudições

fabricadas. Cansou-se das mistificações. Compreendeu que o saber vale por si mesmo, que saber é saber, independente do poder que a ele queira dominar. Caminhamos para a organização de uma universidade – a Universidade do Norte Fluminense. (VENANCIO, 2006, p. 52).

A presença da idéia de organização da “Universidade do Norte Fluminense”, aludida por Maria Thereza em seu discurso reflete um estado espírito relativo a construção das IES campistas, direcionada, a posteriori, para a sistematização gradativa das discussões em torno do tema-chave no âmbito de seus corpos docente e discente. Pode-se perceber neste trecho, a tentativa de uma conceituação mesma da universidade, que de certa forma, aproxima os tempos históricos e os posicionamentos intelectuais de Maria Thereza àquele defendido por Theobaldo Santos no início do século passado: a universidade representa uma instituição alocada no processo histórico-evolutivo de uma sociedade, um elo que figura entre as realizações mais avançadas no desenvolvimento social assistido no decorrer do tempo vivido, sendo, pois “uma instituição típica de uma civilização.” (Cf. Venancio, 2006).

Cumprir acentuar que o desejo de construção da universidade aparece em momentos diferenciados como um horizonte a ser buscado e uma meta vislumbrada por intelectuais e políticos campistas, e que se concretiza, parcialmente, no plano histórico, com o surgimento de suas instituições de ensino superior, ou do retorno destas à vida intelectual da cidade, sob outros perfis institucionais. Neste sentido, juntamente com a criação da Faculdade de Filosofia de Campos em 1961, a Faculdade de Direito de Campos criada em 1960, como faculdades originadas do antigo projeto da FACES, apresentavam-se como as primeiras escolas obtiveram legalização de funcionamento, inaugurando aquela nova fase de ensino superior em Campos. Especificamente, a Faculdade de Direito de Campos, assim como a Faculdade de Filosofia, eram mantidas pela Fundação Cultural de Campos, tendo como presidente, Alair Ferreira, conhecido político campista, sobre o qual já fiz referência neste trabalho, reconhecido por Maria Thereza Venancio em seu discurso como homem público que fez chegar o projeto de construção das faculdades campistas às mãos do então Presidente da República, Jânio Quadros. Ao lado de Alair Ferreira, ressalta-se também a figura de Godofredo Tinoco, antigo presidente da Academia Campista de Letras, como um dos líderes do movimento voltado para a reorganização do ensino superior campista.

A tríade das faculdades vinculadas a Fundação Cultural de Campos completar-se-ia em 1966, com a construção da Faculdade de Odontologia de Campos a partir de estudos realizados em 1963, por uma comissão formada por dentistas campistas

nomeada pela então Associação Brasileira de Odontologia, buscando estabelecer articulações com os grupos políticos e lideranças representativas do município, e realizar contatos com entidades de ensino odontológico, para organizar o modelo da faculdade. (Cf. Idem. *Ibidem.*). Note-se que o curso de Odontologia representaria de algum modo, o retorno daquela antiga Faculdade de Odontologia que funcionou nos anos de 1930. No ano seguinte, em 1967, é criada a Faculdade de Medicina de Campos provida pela Fundação Benedito Pereira Nunes, datada de 1935. A Faculdade de Medicina teria sua construção precedida de uma série de estudos a partir do diagnóstico do aumento populacional da cidade na razão inversa da chegada de novos médicos oriundos de outras cidades, apontando para o estabelecimento de uma instituição de ensino superior promotora de quadros para área médica de Campos. Com isto, em 1965, em assembléia conjunta da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia com a Fundação Benedito Pereira Nunes, deu-se início aos estudos que viabilizariam a implantação daquela faculdade, liderada pelos médicos campistas, Geraldo da Silva Venancio, à época presidente da Fundação, e Osvaldo da Costa Cardoso de Melo. Estes personagens voltariam ao âmbito do debate para a construção universitária na Comissão Especial de Implantação da UENF no Governo Moreira Franco.

Resumindo até aqui, é preciso deixar claro que o mapa do ensino superior em Campos, que é reconstituído na década de 1960, girava em torno da presença das Faculdades de Direito, de Filosofia, e de Odontologia, vinculadas à Fundação Cultural de Campos, e da Faculdade de Medicina de Campos vinculada à Fundação Benedito Pereira Nunes, somadas a implantação do Núcleo da Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, que integraria a Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a denominação de Escola de Serviço Social, em 1962⁷⁸. As IES campistas cumpriram papel de revitalização do debate sobre a universidade ao estabelecerem diálogo com outras instituições de ensino superior, outras universidades, tanto para os desenvolvimentos de suas respectivas histórias institucionais, quanto para o intercâmbio de experiências universitárias, mobilizadas pelo encontro de vivências de realidades distintas, na constituição de canais de comunicação com centros de efervescência política e intelectual. Um exemplo disto é o encontro entre a Professora Maria Thereza Venancio, diretora da Faculdade de Filosofia, e o Professor José Carlos Lisboa, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais e da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este professor que proferiu a Aula Magna da

⁷⁸ Registra-se também no cenário das IES em Campos, a presença da extensão da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro na sede do Instituto Dom Bosco, em 1975. (Cf. Venancio, 2006).

Faculdade de Filosofia de Campos em 1961 teve contribuição marcante na intensificação dos debates sobre a construção da universidade em Campos, como mostra o artigo assinado por Hervé Salgado Rodrigues, jornalista campista e professor da Faculdade de Filosofia, intitulado “Universidade de Campos”, em 5 de setembro de 1963. (Cf. Venancio. 2006). Neste artigo, o autor, através de entrevistas realizadas com os citados professores, faz um balanço dos primeiros anos daquela faculdade, indicando a conquista da faculdade como o primeiro passo na direção da construção da universidade, sendo nas suas palavras “a universidade de Campos uma meta de extraordinária nobreza”, empenhando sua “honra em sua realização”. Já o Professor Lisboa, conta Venancio, se entusiasmava com:

(...) a possibilidade concreta da criação de uma universidade, discutia fontes de financiamento, inventava slogans e campanhas para conquistar os homens desta terra, convocando-os para a grande cruzada. Mesmo acreditando que não era necessário esperar sempre pelos governos, o Professor Lisboa se lembrava de convocar os homens públicos. Estava convicto de que poderia ter o apoio do então Prefeito Barcellos Martins, que deveria assumir o comando do empreendimento, pois tinha autoridade e prestígio, e da Câmara de Vereadores, que iniciava a legislatura. (VENANCIO, 2006, p. 31).

A estreita ligação entre intelectuais voltados para a participação em termos de idéias e de mobilização da comunidade acadêmica e extra-acadêmica a partir de seus conteúdos ideológicos, alimentado pelo processo de institucionalização do ensino superior campista, que cria, substantivamente, um ambiente de rotina intelectual intensa no cotidiano das faculdades, e personagens ligados à política local e estadual, na condição de agentes implementadores do desejo consubstanciado historicamente na cidade de Campos em sua cena intelectual e cultural, parece ter sido a fórmula que, passo a passo, tomou corpo propositivo na utopia, se assim podemos dizer, campista da universidade.

3.3. A EMENDA POPULAR DE 1989

No quadro histórico-explicativo o qual me propus elaborar, o momento específico em que a denominada “Emenda Popular” de 1989 se situa, ocupa um lugar analítico que deve ser vinculado ao debate acumulado sobre a construção da universidade pública na cidade quanto à conjuntura vivida no que tange a evolução histórico-política dos anos precedentes. Discorrer acerca do processo que desencadeou a Emenda Popular é uma tarefa imperiosa no sentido de atentar para um episódio símbolo

em termos das movimentações e dos posicionamentos dos personagens com o objetivo de potencializar juridicamente tal reclamo histórico. Devo registrar que em momento anterior este intento esteve próximo de ser alcançado, quando em 1974, o então Governador Raymundo Padilha compareceu a cidade de Campos, em evento realizado na praça em frente à Faculdade de Filosofia, onde assinou um anteprojeto de lei, que seria enviado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para a criação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), transformado na lei nº 7399 de 26 de abril de 1974, publicada posteriormente no Diário Oficial. (Cf. Venancio, 2006, p. 172). Objetivando a elaboração do anteprojeto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, constitui-se em 2 de julho daquele ano um Grupo-tarefa para realizar os estudos necessários a implantação daquela universidade. Tal intento seria frustrado, no entanto, devido à fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com a Guanabara, em 1975, que contribuiu para transferência da sede da universidade de Campos para a cidade do Rio de Janeiro, transformada a partir da experiência da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), constituída por faculdades isoladas, não reunidas em um único campus. (Cf. Idem. Ibidem.).

Desta forma, o fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 registravam um momento, no qual a construção da universidade em Campos tinha sido visualizada no âmbito das decisões do Governo Estadual com vistas a sua implantação, na figura da UERJ, o que, com efeito, mobilizou a atuação e participação dos personagens campistas, no sentido da intensificação dos debates pertinentes aquela empreitada. O desenvolvimento histórico assistido nos anos de 1980 tem de ser tomado como componente importante na potencialização da movimentação dos personagens num processo organizado por membros das faculdades campistas existentes, pelo corpo estudantil vinculado aos respectivos diretórios acadêmicos, e por políticos campistas, emergentes ou nem tanto. Fato é que os processos de abertura política e de redemocratização que se acenavam naquele período, trariam a possibilidade de reintrodução da iniciativa de construção da universidade numa pauta mais ampla, ao incorporar ao debate, efetivamente, outros setores da população de Campos, sem a probabilidade de constrangimentos e retaliações, típicos dos anos de ditadura militar.

Neste sentido, o acontecimento de reuniões e eventos seria constante naquele cenário, como o seminário ocorrido em 1987, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Campos, com a presença do então Reitor da UFRJ, Horácio Macedo, do Deputado Federal Alair Ferreira, e do Prefeito de Campos, José Carlos Vieira Barbosa, para discutir estratégias para o fomento da idéia da universidade na cidade, e para o

encaminhamento de documento ao então Governador Moreira Franco, contendo tal reivindicação. (Cf. Idem. *Ibidem.*). Paralelamente, o avanço da possibilidade de sistematização de uma proposta margeada pelo desejo histórico da universidade, concorreu para a inserção jurídica da iniciativa nas esferas do Governo Estadual a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo as Assembléias Legislativas um ano de prazo para elaborar as Constituições Estaduais. (Cf. Cunha, 1995).

Com respeito às Constituições Estaduais, Luiz Antônio Cunha (1995) sublinha que, todavia o ensino superior não fosse matéria de destaque nestes documentos, ressaltar-se-ia o número de artigos e o caráter particularista dos dispositivos, maiores do que aqueles relativos ao ensino fundamental e médio, indicando, a rigor, o crescimento das universidades e faculdades isoladas estaduais nos anos 80, de modo próximo ao registrado das universidades privadas. (Cf. Cunha. *Op. Cit.*, p. 460). Não por acaso, foi a Constituição Estadual do Rio de Janeiro que mais se deteve ao plano específico do ensino superior, reservando especial atenção ao caso da UERJ, já que determinava a destinação pelo Governo Estadual de cota mínima de 6% da receita tributária líquida, e estabeleceria também a escolha do Reitor da UERJ por eleição direta e secreta, com a participação da comunidade universitária, de acordo com seus estatutos. (Cf. Idem. *Ibidem.*). O Governo Estadual deveria atuar no processo de interiorização do ensino superior público e gratuito, sendo que, na área metropolitana do Grande Rio, isto seria conduzido pela própria UERJ, através da expansão de suas unidades.

Admitindo este processo de interiorização, a Constituição Estadual de 1989, instalada em abril daquele ano, possibilitava a inclusão de “Emendas Populares”, a partir da obtenção de, no mínimo, 3.000 assinaturas como base para o documento. (Cf. Lima & Alves, 2003). Esta brecha constitucional permitiu que, pela primeira vez, se constituísse uma oportunidade legal de construção da universidade no município, colaborando para que todo o debate em torno do tema fosse direcionado para o esforço de cada personagem na organização do movimento a favor da universidade, de acordo com uma finalidade bem determinada: a aprovação do dispositivo constitucional que criaria a Universidade Norte Fluminense. Embora a observação sobre a Emenda Popular esteja baseada num contexto norteado por transformações político-jurídicas nos documentos regentes estaduais, o que nos leva a crer que tal modificação seria decisiva para os novos caminhos da idéia da universidade na cidade de Campos, não parece ser factível a abordagem deste período sob o lócus dos reflexos da lei nas relações políticas fundamentadas a partir daquela idéia-chave. Necessita-se enfatizar que o momento representado pela Emenda campista reclama a atenção sobre o conjunto de relações

políticas, sociais e intelectuais que erigem do afã da construção universitária, aparecendo, superficialmente, sob os contornos de aspectos legais. Ao fim e ao cabo, tenciono a ligação do movimento que proporcionou a Emenda Popular com o processo histórico de emergência e consolidação da idéia de universidade nas representações políticas e intelectuais, que demonstram, de modo sistemático, que o ano de 1989 não representou uma mera convenção episódica.⁷⁹

A “Campanha Popular em Defesa da Universidade” iniciada em 4 de abril de 1989, ao mesmo tempo em que indica uma chave de participação de intelectuais e políticos campistas no processo de maturação do anseio da construção da universidade, se refere a uma ampliação do escopo das propostas engendradas pelos personagens na direção da incorporação do signo do “popular” na efetivação das discussões e da argumentação para sustentação do projeto, mediante a face jurídica das “emendas populares” nas constituições estaduais, que revelariam, também, um modo específico de condução política do empreendimento. Para tanto, a entrada, de forma incisiva, de outros atores no centro dos debates favorece a familiarização da idéia em relação ao grande público campista. Fóruns de discussão como o Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), a Associação de Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos (ADOFIC), a União dos Diretórios Acadêmicos de Campos (UDAC), e o Sindicato dos Professores de Campos e Macaé (SIMPROCAM), atuaram como agentes defensores e divulgadores da idéia de construção da universidade pública na cidade, interessados na formalização da inclusão do tema na Carta Magna do Estado.

Reconhecendo a conjuntura histórico-política favorável, os personagens e grupos ligados ou não às instituições de ensino superior campistas procuraram a adesão e a mobilização a causa da universidade por diversos setores da sociedade, contando ainda com apoio da imprensa local, e “(...) de expressivas lideranças políticas da região, entre as quais o próprio Prefeito da época, Anthony Matheus Garotinho, que pedia, através dos jornais, que o povo assinasse o documento.” (Cf. Lima & Alves, 2003, p. 17). Assim como descrito noutras passagens desta dissertação, a vinculação de atuação dos Prefeitos Municipais na idéia de criação da universidade, historicamente, estaria alocada em dois pontos: 1) o estabelecimento de um nexos de significado entre o ambiente

⁷⁹ Venancio pontua que neste mesmo ano a efervescência da construção da universidade pública cristalizou-se no encaminhamento de outro projeto à Câmara Federal, de autoria do Deputado Nelson Sabra: “O Deputado Federal Nelson Sabra encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº1892, mediante o qual o Poder Executivo ficaria autorizado a criar a Universidade “MULTICAMPI” para o Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro com sede e foro na cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. A Universidade Federal MULTICAMPI deveria abranger já em seu início, dezesseis cursos de graduação das áreas de Filosofia, Ciências e Letras, um Departamento especializado responsável pelo ensino e um Centro de Tecnologia destinado a coordenar os programas de pós-graduação.” (VENANCIO, 2006, p.190).

político-intelectual no qual a idéia de universidade efervescia, e os diversos estratos sociais da população de Campos, através do reconhecimento de tais lideranças por parte destes estratos, como membros atuantes da questão, e; 2) a posição política de destaque, oferecendo uma maior visualização àquela iniciativa, inscrevia-se como participação da Prefeitura como e enquanto símbolo representativo de um autêntico projeto campista, facilitando a tramitação burocrática em outras esferas de governo. De tal forma, a presença de personagens ligados à política local, seria, novamente, um elemento fomentador do processo organizacional em torno da obtenção das assinaturas exigidas para o sucesso do movimento da Emenda Popular. No entanto, segundo uma análise mais pontual, os procedimentos levados a cabo, considerando obviamente a exigüidade dos prazos em voga, poderiam ser postos em xeque nas suas concepções e feições relativas a um movimento democrático-participativo da grande população campista, pois como nos informam Lima & Alves (2003):

Um dos expedientes usados na coleta de assinatura *foi fechar a ponte que cruza o rio Paraíba em frente ao Hospital Ferreira Machado*. Conseguir o número de assinaturas necessário não foi tarefa fácil, pois a exigência de que constassem os números da carteira de identidade, do CPF, e do título de eleitor, desqualificava as pessoas que não portavam naquele momento esses documentos. Apesar disso, em fins de abril, constavam abaixo assinado 4.431 assinaturas e mais algumas milhares não qualificadas, que também foram enviadas à Assembléia Legislativa, com a devida ressalva. (IDEM. IBIDEM.) (Grifo meu)

Factualmente, impedir o trânsito de indivíduos num determinado espaço público não parece ser um mecanismo dos mais recomendados para o incentivo da participação de pessoas num movimento tomado pela alcunha do “popular”. Este ponto que, empiricamente, aparece como uma referida medida emergencial de embasamento do projeto da Emenda possui um sentido analítico mais amplo. Os apontamentos sobre o caráter “popular” ou “democrático” atribuído ao movimento simbolizado pela Emenda nos ajudam a reconhecer, definitivamente, o grau diminuto de participação de diversos setores da população campista, entendendo sua atuação sob a ótica de uma participação formal através das assinaturas recolhidas, e num plano extremo, a presença prioritária dos personagens oriundos dos estratos intelectuais e políticos da cidade, como já foi visto, como representantes, cada qual, do projeto de construção da universidade pública campista.

Em função disto, o documento seria entregue dentro do prazo estipulado com a interferência do Deputado campista Godofredo da Silva Pinto, para a audiência com a

Comissão de Constituição e Justiça da ALERJ, da qual fazia parte o também Deputado campista Sérgio Diniz, que participou na defesa da Emenda. (Cf. Lima & Alves, 2003). Através dos quinze minutos concedidos para a defesa, o conteúdo do argumento, não à toa, resgataria a idéia antiga de construção da universidade como um sonho do povo de Campos e do Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, apresentando um prazo de três anos após a promulgação da Constituição Estadual para a implantação da universidade. O texto da Emenda Popular entregue em 16 de maio de 1989, em nome da “Comissão Pró Emenda Popular pela Universidade Estadual do Norte Fluminense” ao Deputado Estadual Josias Ávila, então presidente da Comissão Constitucional da ALERJ, registrada como Emenda nº 547⁸⁰ apresentaria como lideranças do documento, assinantes da Emenda, nesta ordem: *Anthony Garotinho*, pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; *Joel Ferreira Mello*, pela Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos; *Renato Barreto de Souza*, pela União dos Diretórios Acadêmicos de Campos; *Mário Lopes Machado*, pelo Sindicato dos Professores de Campos e Macaé, e; *Aristides Augusto Soffiati*, pelo Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza. Aquele documento apontava algumas considerações basilares, seriam elas: a necessidade de democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior; a ausência de uma universidade pública no interior do Estado do Rio de Janeiro; a importância político-econômica da região Norte Fluminense no cenário estadual; a necessidade da busca de uma tecnologia adequada ao desenvolvimento regional, e a menção ao “resgate de dívidas acumuladas” por governos anteriores em relação à região.

Aí estão algumas características fundamentais do projeto de universidade campista baseado em experiências e vivências pretéritas: uma universidade pública e gratuita voltada para o desenvolvimento da região Norte Fluminense reconhecendo e potencializando a importância de Campos dos Goytacazes no cenário estadual. Nos termos do documento, a oportunidade de defesa e a expectativa da aprovação da Emenda na Constituição Estadual consistiriam um feito representativo de anos de movimentações e debates sobre o modo pelo qual isto poderia ser executado e conduzido, e justamente por ser enxergado desta forma, assume delineamentos de “resgate de dívidas acumuladas” por governos passados, o que, em hipótese, pode ser explicado pela frustração da não implantação da universidade, na época a UERJ, naquele episódio de 1974, o que indica, historicamente, quer se queira ou não, que a idéia da construção da universidade conviveu largamente com articulações políticas

⁸⁰ Ver Anexo A.

locais, reafirmando a tese, da existência de formas e conteúdos políticos na gênese e no desenvolvimento daquele ideal.

Com isto, a Emenda Popular seria aprovada pela ALERJ em 26 de setembro de 1989, seguida de duas emendas originadas da bancada pedetista da Assembléia. Uma do Deputado Fernando Lopes de Almeida, sobre a qual já fiz referência em capítulo anterior, sobre a extensão da universidade aos municípios de Itaocara, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, e outra, da Deputada Yara Vargas, que estabelecia o prazo de 18 meses (um ano e meio) após a promulgação da Constituição, para a regulamentação legal da universidade, sob pena de ser incorporada à UERJ. Lembre-se que a UERJ constava como destaque no capítulo do ensino superior na Constituição Estadual, e também era conteúdo de uma emenda, com mais de 50.000 assinaturas, que reivindicava o monopólio do ensino superior público para aquela universidade. (Cf. Lima & Alves, 2003, p. 18). É preciso ter em mente a visualização destes prazos na seqüência dos governos para o executivo estadual. Se o prazo de três anos proposto pelo texto da Emenda, a contar de 1989, expirar-se-ia em 1991, no governo seguinte, isto é, o segundo governo de Leonel Brizola, a emenda anexada ao projeto reduziria à metade o tempo estimado para sua regulamentação, colocando-a como tarefa destinada ao então Governador Wellington Moreira Franco.

Analiticamente, mudanças de governos reveladoras de mudanças na condução da política apontam para o cambiamento das relações que se estabelecem entre os diferentes níveis do executivo, sejam eles o municipal e o estadual, e aquelas que se constituem entre os personagens atuantes no âmbito extra-governamental e uma determinada liderança política estadual. Deste modo, as expectativas de efetivação da construção da universidade demandariam novas formas de articulação política necessária ao estabelecimento de canais de comunicação díspares daqueles previstos inicialmente. Observemos que o objetivo de implantação da universidade naquele prazo de três anos, a ser realizado no Governo Brizola, não verificaria obstáculos a aprovação do Governador Moreira Franco visto que em fins de mandato, a execução do projeto seria de incumbência do governo seguinte.

Não por coincidência do percurso, o nível das articulações político-partidárias erigidas do executivo municipal e do governo provavelmente responsável pelo projeto segundo o prazo estabelecido pela Emenda, consistia numa correlação de forças a intensificar o elo político entre a Prefeitura de Campos e o Governo do Estado. As figuras de Anthony Garotinho e do futuro governador Leonel Brizola transitavam na esfera da mesma legenda partidária, a do PDT, proporcionando, grosso modo, a

constituição de uma parceria político-ideológica reafirmada em eventos da campanha brizolista relativa ao pleito de 1990, como aquela descrita no capítulo anterior, onde juntos, os personagens citados presentes ao comício realizado na Praça São Salvador, forneciam suas palavras e promessas tangentes ao desejo de construção da universidade pública no município, a aprovação e reconhecimento populares, o que concorria para a solidificação de uma aliança inscrita no processo de emergência de lideranças, e da vinculação destas, à reprodução de um estilo específico de fazer política. De acordo com estes componentes políticos, a empreitada da universidade a partir de 1991 teria uma base de sustentação já demarcada, tanto pela referida articulação produzida, quanto pela reconhecida preocupação da liderança pedetista com o campo da educação, elevando-a como bandeira de campanhas e de governos. A emenda à Emenda Popular que tocava a redução do prazo para regulamentação do projeto pediria aos personagens partícipes daquele processo uma reavaliação das estratégias, das intenções, das ações em torno da viabilização do requisito constitucional, demonstrando uma nova carga de expectativas e demandas em relação ao então Governo Estadual.

Neste ínterim, a Comissão Pró-Emenda Popular realizaria reuniões cada vez mais constantes, na Faculdade de Filosofia de Campos, debatendo as questões concernentes a estrutura acadêmica da universidade, o espaço físico, a dotação orçamentária, dentre outros. Convidando o ex-prefeito e então candidato a deputado federal, José Carlos Vieira Barbosa, conhecido como Zezé Barbosa, para participar das reuniões, a Comissão pretendia ampliar o grau das relações políticas voltadas para a efetivação do projeto de universidade. Zezé Barbosa apresentaria a idéia de modificação da Comissão Pró-Emenda, para uma comissão formalizada pelo Governo Estadual, formada por dois representantes de cada instituição de ensino superior campista, a fim de realizar estudos necessários à implantação da universidade. (Cf. Lima & Alves, 2003, p.19). A indicação de Zezé Barbosa pela Comissão para atuação como representante nas articulações com o executivo estadual gerou insatisfações de professores e estudantes campistas, seja pela associação da entrada de tal personagem no cenário em questão com a disputa eleitoral que se presenciava no ano de 1990, seja pelo retorno de uma antiga liderança local a cena pública de certo clamor naquele momento, visualizada vez ou outra enquanto símbolo de uma política relacionada às oligarquias rurais campistas, tendência política a qual Anthony Garotinho teria tratado de derrotar nas eleições municipais de 1988. A despeito disto, concomitantemente com a campanha eleitoral daquele ano, os debates e reuniões que se sucediam juntamente com a finalização do prazo para regulamentação do projeto, apontariam para a participação de Zezé Barbosa

como agente mediador da tarefa de cumprimento dos prazos determinados, visto que faltavam apenas dois meses para seus términos, como atentou Mário Lopes, em reunião acontecida em agosto de 1990. A criação da universidade já havia sido estabelecida faltava dar-lhe o aval legal para sua existência.

As costuras políticas empreendidas por Zezé Barbosa junto a Moreira Franco se mostram significativas no acabamento jurídico da regulamentação da lei de criação da universidade e da instituição da Comissão Especial de Implantação da UENF, na medida em que o ex-prefeito conseguiria, em período curto, o encaminhamento de, “(...) em caráter de urgência urgentíssima, um projeto de lei regulamentando a criação da nova universidade, com sede em Campos.” (Idem, Ibidem.). O Governador Moreira Franco participa, então, da assinatura do anteprojeto encaminhado a ALERJ, para a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, em 27 de setembro de 1990, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, onde estavam presentes, Anthony Garotinho, Zuleima de Oliveira Faria, Zezé Barbosa, Levy Quaresma, dentre outros, praticamente um ano após a aprovação da Emenda Popular, instituindo a Comissão Especial de Implantação, e dotação orçamentária de 300 milhões de cruzeiros para a execução do projeto. Vale destacar, contudo, uma passagem do discurso da então diretora da Faculdade de Filosofia de Campos, Zuleima Faria, naquela ocasião:

Exmo. Governador – queremos defender para a nossa universidade: valores que humanizam oportunidade para estabelecer metas prioritárias e para *definir o modelo que nos convém*. Conhecendo a importância do ensino de primeiro e segundo grau no desempenho eficaz de qualquer universidade, estamos lutando pelo reconhecimento da dignidade dos professores que hoje respondem, com grandes esforços, pelo árduo trabalho de educação nesses graus de ensino. (Apud. VENANCIO, 2006, p. 189). (Grifo meu)

O ano de 1990 representaria a efetivação do processo de aprovação da Emenda Popular, o significado de um histórico de envolvimento de intelectuais e políticos campistas com o tema da construção da universidade pública na cidade de Campos dos Goytacazes, e mais, a definição clara de um projeto: a Universidade Estadual do Norte Fluminense seria inexoravelmente um produto da união das faculdades de caráter fundacional existentes na cidade, a Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito, e a Faculdade de Odontologia, absorvendo consideravelmente os quadros acadêmicos destas instituições para a organização da nova universidade. Tal idéia que já aparecia nas propostas políticas do Deputado campista Mário Barroso no início do século passado atravessa praticamente intacta, o caminhar do tempo histórico,

e vai desembocar no eixo principal do projeto de universidade campista. Em termos analíticos, a universidade campista teria sua fundação em 1989 com a Emenda Popular, e sua regulamentação em 1990, com a Lei nº 1.740 de 16 de outubro de 1990, aprovada pela ALERJ, e sancionada por Moreira Franco em 8 de novembro daquele ano. Barcellos Martins, Alair Ferreira, Zezé Barbosa e Anthony Garotinho, no plano político, ou Theobaldo Santos, Maria Thereza Venancio, Joel Ferreira Mello e Zuleima Faria, no plano intelectual, todos estes nomes e mais uma série de outros, teriam contribuído de forma igualmente decisiva para o prolongamento e a vivacidade da idéia de universidade pública na cidade de Campos, atuando como promotores deste intento, permitindo que o momento histórico que culmina na Emenda Popular de 1989, fosse visto como uma realização de gerações que fomentaram com idéias e ações, a concretização do ideal universitário. Mediante os conflitos, aproximações e distanciamentos de cada personagem naquela tela histórico-política-intelectual é que se delineou uma espécie de história paralela da construção da UENF, a qual incorpore de modo definitivo nesta dissertação, fundamentando, através de sua riqueza e complexidade no tempo e no espaço, um leque de detalhes históricos ao estudo sociológico que logre atingir pretensões de validade explicativa.

CAPÍTULO 4:
CONFLITOS E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO PROJETO UENF:
AS VOZES DOS ENTREVISTADOS

A amplitude da compreensão buscada neste trabalho, todavia se reconheça toda e qualquer parcialidade e incompletude inscritas no processo de produção de conhecimento sociológico, situa-se na tarefa de deslindar, teórica e empiricamente, os elementos que concorrem para que a empreitada político-intelectual da Universidade Estadual do Norte Fluminense em sua gênese esteja fundamentalmente alocada nas idéias e representações constitutivas dos posicionamentos e ações dos personagens ligados diretamente ao processo em questão. Basta lembrar, como vimos anteriormente, o prisma relativo às idas e vindas da noção de universidade pública na história recente dos estratos intelectuais e políticos da cidade de Campos, para notar que a pesquisa acerca do tema deve chamar para si a prioridade analítica de enfrentamento de questões que surgem do campo de pesquisa, e que de tão relevantes, são arremessadas para o centro das atenções do sociólogo, responsável que é, pela procura infinda do tratamento rigoroso de suas fontes e dados, para uma análise mais profunda e substantiva.

Mas devo ir além. Se o panorama histórico observado a partir dos debates e discussões sobre a possibilidade efetiva de construção da universidade campista aparece como um pilar importante na reflexão sobre as vinculações mais estreitas entre, o momento de construção da UENF e um tempo passado, que significa as relações entre determinados grupos e personagens, e uma idéia-força que norteia suas atuações e propostas, o acesso histórico-empírico aos relatos e versões daqueles participantes, colabora, a rigor, para a conexão de um processo histórico marcado por aproximações e distanciamentos de indivíduos, com a representação discursiva do período em que a UENF é construída, ressaltando, mediante a lembrança de alguns acontecimentos fundamentais, suas posições, sentimentos e expectativas relacionadas àquele tema específico. Com esta perspectiva, somam-se a história precedente ao momento de construção da universidade registrada em seu devir nuançado e a memória propriamente dita dos personagens entrevistados enquanto material de análise, reunindo em um tempo posterior aos idos de 1990, as representações sobre os eventos pretéritos em destaque em seus discursos acerca da efetivação afinal da universidade pública no município. Ao recorrer a esta associação entre a pesquisa histórico-documental e a feitura de entrevistas, volto-me para a articulação ao nível da análise, entre a história que se fez em torno da idéia da universidade na cidade e a história que se conta sobre todo aquele

processo verificado, confrontando-as com o objetivo de demarcar suas potenciais avaliações, que em certa medida são auto-incorporadas por cada qual, sobre o surgimento da UENF em Campos.

Baseado nesta argumentação, penso estar autorizado a dizer que o campo de pesquisa que sustenta esta dissertação segue a linha estabelecida para o problema sociológico vigente aqui: o quadro das relações políticas e intelectuais que se estabeleceram a partir da idéia de construção da UENF localizada em Campos dos Goytacazes, nos períodos antecedentes à implantação da universidade, graus e modos diversificados de condução dos debates acerca da realização do projeto, agregados a concepções diversas sobre a universidade defendidas, conforme informado, por cada grupo ou personagem. Precisamente, é de acordo com as interações, conflituosas ou não, nos embates e articulações definidas naquele momento histórico em especial, incentivados, é claro, pelas trajetórias e vivências dos participantes, seja diretamente, por meio das deliberações das Comissões de Implantação da UENF, a unir distintos membros do poder público estadual e municipal, bem como demais partícipes alocados fora do ambiente governamental, seja indiretamente, através da participação focalizada de determinados setores da sociedade campista, que se pode mencionar que a versão final do projeto UENF explicitada no Plano Orientador de Darcy Ribeiro deve ser situada num cenário mais amplo e complexo do vir a ser uenfiano.

4.1. DESCRIÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

O campo de pesquisa propriamente dito merece ter a sua delimitação explicada nesta seção, através de dois pontos principais, recorrentes na elaboração das etapas e realização dos procedimentos necessários a pesquisa sociológica: a conformação temática do campo, que orienta o pesquisador em suas buscas e descobertas relativas a um tema pontual, e o acesso empírico ao campo, que conduz o mesmo pesquisador por caminhos e descaminhos frente às expectativas iniciais, demandando vez ou outra, revisões e reconstituições do escopo e do norte a serem seguidos em sua empreitada. Neste sentido, para a conformação do campo buscou-se atentar para a dinâmica de participação e atuação de determinados personagens no cenário de construção da UENF, que indicavam para além de uma visão restrita aos aperfeiçoamentos e desenvolvimentos institucionais, concernentes as IES campistas ou mesmo a UENF nascente, os contornos das relações, imperceptíveis a priori, que movimentariam idéias e ações significativas da efetivação da universidade pública. Observar os posicionamentos intelectuais e políticos de cada personagem no que tange ao processo

em cada qual ocupou um lugar específico ou não, desempenhando um papel relevante, pois, é uma perspectiva que aponta para a reflexão sobre o modo de contribuição de indivíduos e grupos para a construção de um empreendimento de grande porte social e político como a universidade, e, sobretudo, para a dimensão das interações levadas a cabo por aqueles, motivados por interesses e expectativas, gradientes psicossociais típicos das relações em sociedade.

A elaboração da constituição do campo, em um primeiro momento, deu-se mediante um elenco de possíveis personagens a serem contatados e entrevistados, segundo a pesquisa histórico-documental realizada, isto é, identificar quais foram os atores que ocuparam postos importantes no processo de construção da UENF, basicamente nas Comissões de Implantação, nos principais movimentos em torno da idéia, como o movimento pró-Emenda Popular, etc. Deste modo, a partir do levantamento documental das pastas componentes da seção “II Governo Brizola (1991-1995)” na sub-série “UENF” do Arquivo Darcy Ribeiro disposto na Fundação Darcy Ribeiro⁸¹, logrei sistematizar uma lista ampla de personagens partícipes, sejam oriundos dos debates precedentes ao período de construção da universidade na cidade de Campos, sejam procedentes de um ambiente político-intelectual não restrito à esfera local, pela qual se manteria contato com um painel de versões e narrativas mais abrangentes acerca daquele processo. De acordo com esta tarefa, o elenco seria composto pelos seguintes nomes: 1) *Joel Ferreira Mello* – professor da Faculdade de Filosofia de Campos e membro da Associação de Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos; 2) *Mário Lopes Machado* – ex-professor da Faculdade de Filosofia de Campos e membro do Sindicato de Professores de Campos; 3) *Aristides Augusto Soffiatti* – membro do Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza; 4) *Anthony Garotinho* – ex-prefeito de Campos dos Goytacazes; 5) *Zuleima de Oliveira Faria* – ex-diretora da Faculdade de Filosofia de Campos, ex-coordenadora acadêmica da UENF, e membro da comissão técnica de implantação; 6) *Levy Azevedo Quaresma* – diretor da Faculdade de Direito de Campos; 7) *Fernando Leite Fernandes* – ex-deputado estadual pelo PDT; 8) *Wanderley de Souza* – ex-reitor da UENF e membro da comissão acadêmica de implantação na área de Ciências Médicas; 9) *Gilca Alves Wainstein* – ex-presidente da FENORTE e membro da comissão técnica de implantação; 10) *Carlos Alberto Dias* – ex-chefe do LENEP; 11) *Antonio Rodrigues Cordeiro* – ex-diretor do CBB e membro da comissão acadêmica de implantação na área de Ciências Biológicas; 12) *Nilton Rocha Leal* – ex-diretor do CCTA e membro da comissão acadêmica de

⁸¹ Ver Apêndice A.

implantação na área de Ciências; 13) *Maria Yedda Leite Linhares* - membro da comissão acadêmica de implantação da UENF na área de Ciência de Educação; 14) *José Carlos Sussekind* – membro da comissão acadêmica de implantação da UENF na área de Tecnologia; 15) *Renato Barreto de Souza* – ex-presidente da União dos Diretórios Acadêmicos de Campos - UDAC.

A confecção desta relação de personagens fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, que norteou o mapeamento do campo, mostrou-se fecunda na medida em que se apresentou como e enquanto uma tentativa primeira de reconhecimento do campo empírico por meio do diagnóstico da localização dos personagens em suas respectivas áreas de atuação e da identificação acerca de suas trajetórias, monitoradas basicamente na relação entre os lugares político-intelectuais em que estavam situados no início dos anos de 1990 e aqueles nos quais repousam no momento da pesquisa. Não obstante as dificuldades inerentes ao processo de maturação do objeto de pesquisa, alcançado na própria conexão constante entre teoria e empiria, tal levantamento realizado indica que o aparecimento dos personagens na configuração do campo, sugere-nos uma multiplicidade de trajetórias e vivências componentes do traço característico da construção da UENF: os diversos interesses definidos na dinâmica das relações a se constituírem em torno da universidade apontam para uma forma *sui generis* de todo tipo de escolhas e convenções, a delinear, no tempo e no espaço, um encontro pautado pelo intercambiamento de idéias e posicionamentos.

No entanto, a necessidade analítica recai não especificamente na realização de entrevistas com a totalidade dos personagens elencados, mas sim na observação sobre os pontos de vista sustentados por aqueles situados estrategicamente dentro do continuum histórico que abarcou o debate sobre a construção da universidade pública em Campos, facultando-nos detalhar as suas visões e proposições sobre o processo em questão, no que elas poderiam nos proporcionar em seus tons mais avaliativos e descritivos. Com isto, o campo da pesquisa segue fortemente neste trabalho as feições propositivas da problemática da pesquisa em voga durante a escrita deste texto, ou seja, a sua delimitação significando dizer o acesso às versões tangentes, mediante as entrevistas, dos personagens campistas, salienta todo conteúdo alvo das questões e indicações mais urgentes para o autor, sejam eles, a tematização sobre o teor das controvérsias e dos conflitos estabelecidos no entrecruzamento entre os distintos círculos sociais conformados também naquele período, e a reflexão sobre os condicionantes de toda ordem que matizaram a aprovação da versão final do projeto UENF, sendo aquele assinado por Darcy Ribeiro.

Ultrapassando as justificações mais formais acerca da escolha do campo que confirmariam que a atenção aos depoimentos orais destes personagens seria tão somente uma perspectiva ou uma opção teórico-metodológica, o que em si já seria suficiente aos olhos pouco curiosos, desejo informar que o contato com dadas versões, qualificadas, cada uma a seu modo, de acordo com um determinado posicionamento próprio, é responsável por dar acesso ao âmago das propostas e apostas sobre o que deve ser uma universidade pública segundo cada personagem entrevistado, e por assim ser, sublinha o grau das expectativas depositadas no processo de construção daquela universidade aguardada pelo imaginário campista durante todo o século passado, o que deixa transparecer sentimentos os mais díspares no ato da reconstituição pessoal de um tempo pretérito (Cf. Ansart, 2004). Ouvir os campistas é dar relevância igualmente decisiva para que a consecução do projeto UENF fosse encaminhada por um contexto particular, preñado de sentido histórico, sob a aprovação da Emenda Popular que antecipa as bases do projeto de união das faculdades existentes na cidade, não incorporadas na iniciativa do Plano Orientador.

Procuramos, para tanto, realizar entrevistas guiadas por roteiro de entrevista previamente elaborado segundo a revisão bibliográfica e a pesquisa documental (ver Apêndice B), com 4 (quatro) personagens campistas, seriam eles: 1) **Geraldo Augusto Venancio**, professor da Faculdade de Medicina de Campos e ex-vereador municipal; 2) **Maria Thereza da Silva Venancio**, ex-diretora da Faculdade de Filosofia de Campos e ex-professora da UENF; 3) **Mário Lopes Machado**, ex-professor da Faculdade de Filosofia de Campos e do CEFET/Campos, representante do Sindicato dos Professores de Campos e Macaé na defesa da Emenda Popular, e funcionário técnico-administrativo do Laboratório de Ciências Matemáticas do Centro de Ciências Tecnológicas da UENF (LCMAT/CCT/UENF); e, 4) **Zuleima de Oliveira Faria**, ex-diretora da Faculdade de Filosofia de Campos, e ex-Coordenadora Acadêmica da UENF. Todas as entrevistas realizadas⁸² foram gravadas mediante autorização, e transcritas com fins de análise de conteúdo dos depoimentos. Dentre os personagens elencados, alguns já apareceram no decorrer deste trabalho, o que demonstra a proximidade destes com a causa histórica da universidade em Campos, e pontualmente com o desenrolar dos acontecimentos em torno da construção da UENF. Especialmente, cada entrevistado contribui a seu modo para iluminar-nos a compreensão dos pormenores inscritos no processo, ao reconstituí-los no plano da memória através de suas narrativas, fazendo com que cada versão fornecida seja um elemento fundamental no esforço analítico de remontar suas

⁸² Ver Apêndice B.

participações como partes constitutivas que são, do período histórico sobre o qual se debruçam ao relembrar. Notemos, desta forma, que, empiricamente, tais personagens estiveram envolvidos direta ou indiretamente com o tema da universidade.

Geraldo Augusto Venancio, médico e político, filho de Geraldo da Silva Venancio, este que contribuiu decisivamente para a construção da Faculdade de Medicina de Campos na década de 1960, e membro participante da Comissão Especial de Implantação da UENF no Governo Moreira Franco representando aquela Faculdade, aparece no escopo dos entrevistados numa condição dupla, visto que ao mesmo tempo em que pertence ao quadro docente da FMC desde 1976, na condição de Professor Titular, também participa no âmbito da política partidária municipal, sendo eleito por dois mandatos para a Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes. Observando isto, percebemos que o papel de professor de ensino superior, que o aproxima do meio acadêmico, em suas rotinas intelectuais e administrativas próprias, e a condição de político *stricto sensu*, no trânsito em uma lógica de relações diferenciadas, permite a este entrevistado discorrer acerca da construção da UENF, lançando mão de ambas as vivências, como desdobramento de sua trajetória próxima ao debate mais amplo sobre a constituição do ensino superior em Campos. Foi também diretor da Casa de Cultura Vila Maria da UENF.

Maria Thereza da Silva Venancio, irmã de Geraldo da Silva Venancio, portanto tia de Geraldo Augusto Venancio, teve seu nome citado em diversas vezes nesta dissertação, sobretudo pela condição de personagem importante na fundação da Faculdade de Filosofia de Campos em 1961, tendo sido sua primeira diretora, no período de 1961 a 1971, sendo Professora Titular de Língua e Literatura Espanhola da instituição. Maria Thereza ocupa um lugar interessante no campo desta pesquisa, pois, dentre os entrevistados, foi a única a ingressar no corpo docente da UENF, ao lecionar aulas de Espanhol durante oito anos no Centro de Ciências do Homem, em nível de graduação e de pós-graduação, o que lhe fornece uma condição também dupla: uma personagem participante da reconstituição das IES campistas e observadora *in loco* do cotidiano da UENF como professora contratada.

Mário Lopes Machado, ex-professor da Faculdade de Filosofia de Campos, e do CEFET/Campos, e atualmente funcionário técnico-administrativo da UENF, no LCMAT/CCT, aparece como personagem importante no momento específico do movimento Pró-Emenda Popular, como vimos, tendo assinado o documento entregue à ALERJ, como representante do SIMPROCAM, o Sindicato dos Professores de Campos e Macaé. Mário Lopes representa um elemento de enlace, no período da defesa da

Emenda, entre a esfera acadêmico-intelectual campista, tendo participado do corpo diretor da Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos (ADOFIC), e setores mais amplos da sociedade campista, através de sua inserção sindical no âmbito do professorado campista. Atuou especificamente na defesa do documento resultante da Campanha Popular em Defesa da Universidade em 1989, que originou a Emenda, juntamente com o Deputado Sérgio Diniz.

Zuleima de Oliveira Faria, ex-Inspetora Federal do Ministério de Educação e da Cultura (MEC), responsável pela sistematização da legislação de funcionamento da Faculdade de Filosofia de Campos, no processo de autorização e reconhecimento dos cursos na década de 1960, tendo conseqüentemente atuado ao lado de Maria Thereza Venancio na direção da FAFIC em seus primeiros anos. Zuleima Faria dirigiu também a Faculdade de Filosofia por dois mandatos, de 1983 a 1986, tendo como vice-diretora Vera Lucia de Moraes Passos, e de 1987 a 1990, tendo na vice-direção Regina Coeli Sardinha Silva. Este último, não por coincidência, remete-nos à época da Campanha em Defesa da Universidade, momento de intensificação dos debates em torno da questão, explicando, de certa forma, juntamente com a proximidade de Zuleima com o histórico acerca do ensino superior campista, o reconhecimento gradativo de seus pares, com a conseqüente indicação para compor a Comissão Especial no Governo Moreira Franco, como representante da Faculdade de Filosofia, ao lado de Maria Clara Mattoso. Zuleima seria nomeada presidente da referida comissão, na controvérsia sobre a nomeação de reitor “pro tempore” ao final do mandato de Moreira Franco, onde a indicação do representante do Governo Estadual Roberto De Biasi para tal cargo frustrou as expectativas de que a então diretora da FAFIC pudesse ser nomeada. Posteriormente participou da Comissão Técnica de Implantação da UENF já no Governo Brizola, na função de articulação com as Associações Cívicas da região, aliás, Zuleima, juntamente com Aldano Sellos de Barros, foram os personagens que permaneceram na composição das comissões, se observarmos as mudanças na transição do Governo Moreira Franco para o de Leonel Brizola. A personagem colaborou também para a organização da Coordenação Acadêmica da UENF, ocupando a função de Coordenadora Acadêmica até 2006.

Grosso modo, se atentarmos para a inserção de cada personagem na cena político-intelectual de Campos dos Goytacazes, veremos, que cada um a seu modo, aparecem como homens e mulheres públicos no município, ao menos se levamos em consideração suas trajetórias tocantes ao quadro do ensino superior da cidade, o que demanda especial atenção sobre os seus depoimentos tangentes ao tema da pesquisa, em

uma oportunidade singular para confrontar suas versões, com o fito de buscar a completude de seus relatos para o panorama histórico-sociológico da construção da UENF, em nome do qual venho travando tais discussões. Vale a pena verificar em suas vozes, alguns temas ou pontos candentes, que significam o grau de envolvimento de cada qual, que apontam para recorrência de tensões e conflitos inscritos, matizando-os através das aproximações e distanciamentos dos personagens nesta época, como ingredientes próprios das interações levadas a efeito para a construção da universidade.

4.2. APONTAMENTOS SOBRE A “UNIVERSIDADE NECESSÁRIA” PARA CAMPOS

Tomando por empréstimo a idéia presente em “A Universidade Necessária” de Darcy Ribeiro, sobre a qual já aludi nesta dissertação, sobre o modelo de universidade necessário a uma determinada sociedade, construído a partir de demandas referenciadas por mudanças sociais e políticas, devemos aqui procurar salientar, com efeito, as propostas e apostas que aparecem nos relatos dos personagens entrevistados, de modo a considerá-las enquanto uma noção específica sobre o que deveria ser uma universidade na cidade de Campos, tendo por base o desenvolvimento mesmo deste conceito encontrado em todo o debate travado anteriormente, percebendo em que medida ela apresenta elementos de diferenciação, ou até de aproximação, com o Plano Orientador de Darcy. É notório destacar que os estratos intelectuais e políticos campistas não tiveram sistematizado um modelo de universidade em termos de projeto escrito tal como o Plano, de Darcy, ou melhor, aquele construído politicamente nas esferas das Comissões de Implantação do Governo Brizola sobre o qual suas correlações com o pensamento darcyniano são, contudo, flagrantes, como pontuamos no primeiro capítulo. Em linhas gerais, a proposta de universidade vislumbrada pelos grupos mais afinados ao histórico de discussão da universidade no município, aparece de forma explícita no projeto da Emenda Popular de 1989, apoiado numa linha bem demarcada: a Universidade do Norte Fluminense deveria ser uma instituição pública e gratuita a prover cursos de graduação voltados para a temática do desenvolvimento regional, unindo as distintas faculdades existentes na cidade sob um regime fundacional. Maria Thereza Venancio nos informa que, de fato, a expectativa inicial era reunir as faculdades existentes, especificamente as Faculdades de Filosofia, Direito, Medicina, e Odontologia, como uma tentativa de revitalização do mesmo modelo de universidade defendido naquele momento de 1974, quando o objetivo era que a universidade campista fosse implantada sob os moldes da antiga UERJ:

Porque criada a primeira universidade no governo de Raymundo Padilha que também previa essas reuniões das faculdades, e depois no governo Moreira Franco, essa organização tomou consistência, houve a fusão dos Estados, a universidade criada por Raymundo Padilha ficou anulada, e com Moreira Franco houve um grupo constituído pelos diretores das Faculdades, então a idéia era criar uma universidade reunindo as faculdades existentes.

Entendendo a comparação subscrita das idéias ou projetos de universidade, entre o episódio relativo à oportunidade de construção universitária na década de 1970 e o momento cristalizado na aprovação da Emenda Popular, como uma permanência do perfil de universidade visualizado historicamente pelos estratos intelectuais e políticos, salientamos que o decorrer dos acontecimentos em torno do tema, que sempre postergava a definitiva implantação do anseio campista, colaborou para um amadurecimento da idéia de união das faculdades campistas, representado nos discursos e ações políticas determinadas, como consta no abaixo-assinado da Emenda. Neste passo, são precisamente, elementos fomentadores da intenção de construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense a partir das instituições de ensino superior, as participações dos próprios personagens nos debates da Comissão Especial, onde esta era formada na sua totalidade por representantes das quatro faculdades ligadas às fundações mantenedoras. A rigor, o modelo de universidade defendido e tencionado não só na Campanha em Defesa da Universidade, mas também integrante das proposições da Comissão ainda no Governo Moreira Franco, não desautoriza absolutamente todo o processo histórico para implantar, primeiro as IES campistas nos anos de 1960, e a posteriori, no esforço direcionado, por intelectuais e políticos campistas para a construção da universidade.

Quer queira ou não, a definição de um projeto de universidade por um grupo de personagens, neste caso os representantes das faculdades, juntamente com lideranças sindicais e de movimentos estudantis, é uma elaboração político-intelectual representativa de um grande número de indivíduos, sejam eles, os diversos setores da população campista, sendo em nome da coisa pública, como a universidade, que eles atuam e discursam. Deste modo, não é difícil encontrar nos depoimentos coletados, expressões como “comunidade”, “povo”, ou mesmo “sociedade”, indicando conscientemente ou não, o compartilhamento da defesa da universidade nos moldes já citados, com uma dimensão mais ampla dos setores sociais de Campos dos Goytacazes, como parece apontar Zuleima Faria, ao mencionar que “(...) a universidade ideal é aquela que atenda aos anseios da comunidade”. Os conteúdos destes anseios estavam

direcionados para a idéia de promoção do desenvolvimento regional, o que numa análise comparativa a aproxima das bases do Plano Orientador assinado por Darcy, ou num sentido estrito, demonstra a continuidade de tal proposta nos desenhos a serem efetivados em torno do projeto UENF no Governo Leonel Brizola, no entanto voltado especificamente para o provimento de cursos de graduação, como nos conta Mário Lopes:

Olha, a idéia nossa era uma universidade que oferecesse a Campos, os cursos que só eram oferecidos nos grandes centros como Vitória, Juiz de Fora, Niterói, Rio de Janeiro, e acima de tudo, cursos que promovessem o desenvolvimento dessa cidade, aqui já existia um embrião universitário oferecendo cursos na área de Licenciatura, na área de Ciências Jurídicas, na área Médica, mas era necessário, e havia um clamor muito grande pelos cursos de Engenharia, porque começou a se instalar aqui a Petrobras e havia demanda por este tipo de profissional que só era encontrado nos grandes centros.

O apontamento acerca da universidade a ser construída, tocava uma vez mais as potencialidades regionais tradicionais, como a pecuária, o cultivo da cana de açúcar e a bacia petrolífera, das quais a cidade de Campos partilha, a necessitar da presença, em seu desenho institucional, das áreas que concorreriam para fornecer a futura universidade, o papel de “ferramenta do desenvolvimento para a região Norte Fluminense”, como diz em entrevista, Geraldo Venancio. Noutras palavras, e aproveitando analiticamente, aquela distinção traçada por Darcy Ribeiro no Plano Orientador, entre a “pesquisa frutífera” e “pesquisa luminífera”, Campos precisaria, na visão dos personagens, de atuação profissional fundadas num conhecimento prático, para o incremento das condições objetivas do cenário regional, isto é, semelhante à dimensão da pesquisa frutífera, no entendimento do mentor da UENF, aquela que proporciona resultados empíricos aplicáveis, enquanto a dimensão da pesquisa luminífera, tocante basicamente às ciências humanas já tinha seu habitat institucional assegurado e socialmente reconhecido, tanto que seria motivo de controvérsia naquela primeira reunião de Darcy Ribeiro sobre a implantação da UENF com os personagens partícipes da Comissão de Implantação, ao colocarem em xeque o então Instituto de Ciências Humanas, na possível disputa entre os cursos a serem ministrados neste, e aqueles proferidos, marcadamente, nas Faculdades, de Filosofia e Direito de Campos.⁸³

Tendo isto em mente é que se pode dizer que a idéia de universidade contemplada a partir da Emenda Popular procurava garantir a dinâmica mesma das faculdades isoladas, em seus quadros administrativos e acadêmicos, e nesta esteira,

⁸³ Eram oferecidos neste momento nestas instituições, além do curso de Direito na Faculdade de Direito, os cursos de Letras, Pedagogia, História, Jornalismo e Matemática, na Faculdade de Filosofia.

manter os cursos ofertados nestas instituições, ampliando o alcance da oferta da graduação, no sentido de construir perfis profissionais sob o signo da “região”. Deste modo, parecia estar previsto desde este tempo, o caráter regional assumido pelos entrevistados, para a universidade, conteúdo que, ao fim e ao cabo, apareceria como destaque nos escritos de Plano Orientador, demonstrando assim que as indicações sobre a UENF, e sua preocupação com os problemas da região Norte Fluminense, representaram um dos elementos de maior força política nas articulações em torno de tal empreitada, uma vez que surge em relevo, no documento da Emenda, no Plano Orientador, e nos depoimentos da pesquisa.

Lembre-se que a construção da universidade inscrevia-se num processo de interiorização do ensino, versado pela Constituição Estadual, e no Governo Brizola, sobretudo, guardava objetivos específicos de correlações político-partidárias para a conquista de suporte político no interior do Estado, a fim de garantir governabilidade, e fundamentar as costuras pertinentes para a execução do projeto UENF. Portanto, atentar para a permanência da idéia de universidade em suas feições regionais, primeiramente, é destacar a continuidade, também, de prioridades relativas às demandas políticas da região naqueles termos da Emenda, sobre o “resgate de dívidas acumuladas com a região Norte Fluminense”, ressaltando sua condição de importância político-econômica, da qual Campos seria eminentemente uma cidade pólo. Mário Lopes ilustra tal demanda: “Olha só, o profissional que a gente queria, era um profissional que estivesse comprometido com o desenvolvimento de Campos e da região Norte Fluminense (...) a gente pensou num caráter regional, a Universidade era do Norte Fluminense, pela própria idéia seria regional.”

As ambições em torno da universidade diziam respeito, com isto, tanto ao plano organizacional, com a união das faculdades campistas, a oferecer seus cursos, como Direito, Medicina, Odontologia, História, Letras, Jornalismo, Pedagogia e Matemática, juntamente com novos cursos demandados à necessidade regional, quanto no plano político, uma universidade referência no cenário regional e estadual, apontando para a proeminência de Campos como cidade politicamente importante nas configurações a serem estabelecidas na cena política do Estado do Rio de Janeiro, mediante a atuação de homens públicos como Barcellos Martins e Alair Ferreira, estes que manifestavam suas influências na intenção histórica de construção da universidade campista. Malgrado não comporte status de um plano previamente elaborado, a “universidade necessária” para a cidade de Campos, parece, ao remontar estreitas vinculações de sentido com a história da cidade, confundindo-se quase sempre com as forças políticas municipais, reclamar a

oportunidade de definição do modelo que convinha àqueles personagens representantes da causa na cidade, como deixa claro o discurso citado de Zuleima Faria na solenidade de assinatura do anteprojeto de criação da UENF por Moreira Franco em 1990, e sendo assim, constitui-se, especialmente, como e enquanto uma tentativa de projeção de uma hegemonia político-intelectual de Campos dos Goytacazes. Esta iniciativa, correlacionada com a sucessão de movimentos de avanços e recuos da possibilidade de construção da universidade, engendrava expectativas destes personagens de que isto pudesse transcender finalmente após a conquista da base popular requisitada juridicamente na Constituição Estadual para o recolhimento do abaixo-assinado no Governo Moreira Franco, no entanto, discordâncias na condução do projeto provocaram tensões entre as partes, o executivo estadual e os representantes campistas, de modo que ao fim daquele mandato, o andamento dos trabalhos da Comissão Especial se mostrava insuficiente, com o apoio político estadual restrito, para a efetivação do processo.

4.3. ENTRE A “EMENDA” E O “PLANO”: A TRANSIÇÃO MOREIRA FRANCO - BRIZOLA

Necessita-se justificar aqui, as tensões recorrentes no processo de construção da UENF visualizadas num contínuo histórico das relações entre as propostas dos personagens campistas e as linhas do governo estadual, no que se refere as articulações elaboradas para o dito cumprimento legal do dispositivo constitucional aprovado em 1989. É fato identificar as modificações em torno da idéia inicial da universidade defendida por aqueles, em virtude das dificuldades verificadas nos fóruns de debates e discussões da Comissão Especial, tendo em vista o prazo de dezoito meses a partir da data de aprovação da Emenda, sobretudo na definição estrita de como poderia ser realizado o encampamento das faculdades campistas, como esperado por cada qual. Zuleima Faria nos mostra que a nomeação da Comissão Especial da Implantação, ao formalizar os representantes de cada instituição como responsáveis pelos estudos necessários a construção da universidade, reconhecendo assim os nomes participantes do debate, apresentou-se como um passo importante na intensificação do processo:

E então se criou uma comissão e foi na época do Governador Moreira Franco, e essa comissão trabalhou e o governador criou por decreto a universidade, e nomeou uma comissão e a gente começou a trabalhar, inicialmente a pensamento era de congregar as faculdades existentes em Campos, que eram Filosofia, Medicina, Direito e Odontologia, o trabalho foi feito em cima disso, demos entrada no processo, que andou muito pouco (...)

Esta afirmação de Zuleima Faria reconhece indiretamente as impossibilidades práticas da efetivação do trabalho da Comissão Especial de Implantação. Empiricamente, da aprovação da Emenda Popular em 26 de setembro de 1989, passando pela instituição da Comissão em 27 de setembro de 1990, até o início do Governo Brizola, quando em 1991, a Comissão seria substituída pelas Comissões Acadêmica e Técnica de Implantação da UENF, na reunião presidida por Darcy Ribeiro, passam-se quase dois anos, de idas e vindas de debates intra-grupo da Comissão, bem como de discussões veiculadas pela imprensa campista sobre os acontecimentos sucedentes. Tendo como ponto de partida o momento da Emenda Popular para o estabelecimento estratégico de uma linha de atuação, e nas entrelinhas, os conteúdos prescritos naquele documento, os entrevistados discorrem acerca deste episódio enquanto um símbolo na luta histórica pela universidade, numa manifestação explícita dos estratos intelectuais e políticos campistas ao então Governo Estadual, como nos diz Mário Lopes:

A emenda representou uma estratégia porque ao perceber que durante os trabalhos da constituição, o plenário da Constituinte rejeitou o monopólio da UERJ ao dizer que não aceitava o monopólio da UERJ para o ensino superior no Rio de Janeiro, o plenário da constituinte estadual estava aberto para a criação de novas universidades. Daí que a nossa emenda, apesar de ser uma emenda tímida com pouco mais de 4 mil assinaturas conseguiu sensibilizar os deputados de proporcionar a criação dessa universidade três anos após a conclusão dos trabalhos constituintes.

A percepção do movimento Pró-Emenda Popular enquanto uma estratégia, como ressalta o entrevistado, ou seja, uma ação consciente elaborada a partir de um movimento organizado permite-nos atentar para as configurações que este objetivo assumiu naquele período, enxergando-o como forma de criação de canais de comunicação dos interesses em pauta na cidade com o executivo estadual via aprovação do dispositivo, mas embasada politicamente para a sua efetivação. O reconhecimento da importância da Emenda pelos entrevistados, ao ponto de, a assinatura da Lei de Criação da UENF por Moreira Franco ser denominada por Zuleima Faria de “inauguração da primeira UENF”, como resultado factual do sucesso da Campanha pela Defesa da Universidade, onde sentados na mesma mesa, Anthony Garotinho e Moreira Franco representavam a sobreposição de quaisquer divergências político-partidárias em nome de uma causa maior e comum a toda população campista, indica o enlaçamento de diversos personagens para o encaminhamento daquele documento, que, a rigor, se observarmos o teor das bases fixadas ali, aponta para a concordância, ao menos formal,

de todos os entes signatários da Emenda, sejam, a Prefeitura, a ADOFIC, o CNFCN, o SIMPROCAM, e a UDAC, o que significaria tratar-se de um projeto notadamente campista, fazendo elevar a dimensão simbólica construída no imaginário de cada personagem. Não por outro motivo, devemos constatar as afirmações de Maria Thereza, dizendo ter sido “(...) esforço muito grande dos professores, de pessoas da comunidade, que conseguiram em tempo muito curto, um número muito maior de assinaturas do que o exigido para configurar na constituinte”, ou da própria Zuleima Faria ao ratificar que “a Emenda Popular foi a mola mestra para a criação da universidade”. De acordo com Geraldo Venancio, o episódio da Emenda teria sido um acenamento prático-político para aquele intento, o que a despeito de sua validade quanto produto alcançado, isto é a obtenção legal para a construção da universidade, revela um modo de interpretação e de recepção do projeto pela população campista através da mediação realizada pelos estratos políticos e intelectuais a partir do perfil institucional que se procurava implantar segundo a união das faculdades, afirmando que:

(...) a imensa maioria das pessoas subscritoras daquele ato, elas assinaram alguma coisa, que elas não tinham muita noção efetiva do que estavam assinando, porque a imensa maioria da população entenda-se a população não vinculada à academia queria um lugar para estudar sem custo, a imensa maioria da população achava que ia ter curso de Medicina, de Direito (...)

A interpretação do modelo de universidade concorre para o acirramento do grau de expectativas compartilhadas com a Emenda, e para a adoção de medidas e posicionamentos para a fundamentação político-empírica da idéia nela presente. Neste aspecto, a confirmação histórica do desejo campista por uma universidade a ser projetado nas esferas de decisões do Governo Moreira Franco aparece, de modo sistemático, na fala dos entrevistados, observando e tendo como norte o que estava previsto por lei. Não é de se espantar, contudo, que esta mesma força da lei, do dispositivo constitucional, não fosse suficiente para movimentar a atuação e a atenção do Governador para a execução das bases iniciais do projeto, colocando em questão, o esforço realizado para a organização do movimento Pró-Emenda entre os personagens, de acordo com os prazos estabelecidos nas emendas anexas ao documento. Sendo a Emenda um produto histórico das movimentações de intelectuais e políticos campistas, o seu não cumprimento nos dezoito meses fixados para a regulamentação da universidade, significaria, para além da frustração individual ou coletiva dos participantes, o espaçamento político a se constatar entre as forças municipais e as

estaduais, e por fim, a prorrogação efetiva da implantação nos moldes sonhados.

A emenda anexa de autoria da Deputada Yara Vargas, que segundo Mário Lopes, era representada pelos setores envolvidos no movimento, como uma entusiasta do monopólio da UERJ para o ensino superior, a qual a constituinte teria recusado, sendo, portanto, aquela redução de prazo de três anos para dezoito meses, antecipando as obrigatoriedades do processo para o Governo Moreira Franco, um obstáculo politicamente constituído, na direção de pôr entraves jurídicos na construção da universidade. Desta forma, é curioso perceber nos depoimentos, a percepção implícita nestes, da equação a ser resolvida entre a finalização dos prazos e o estabelecimento de correlações de forças políticas a fim de dar continuidade ao objetivo iniciado com a Emenda. Neste particular, a espontaneidade dos acontecimentos vivenciados em torno do andamento do projeto, no tempo decorrido de sua aprovação até a assinatura do anteprojeto de lei, incomodou os personagens, no sentido de observar aquilo, enquanto uma dificuldade a ser superada estrategicamente através dos próprios debates entre os elementos formadores da Comissão Pró-Universidade. A iminência do fim do tempo estabelecido assustava-os, de modo a questionar a necessidade de se “criar” outra universidade, uma vez que o modelo que preenchia de significado o ano de 1989, não teria despertado a vontade política do executivo estadual. Tais reorientações na conduta específica acerca do projeto são ressaltadas por Mário Lopes, nestes termos:

(...) ele (Moreira Franco) ia quase que passando despercebido, faltava praticamente dois meses para terminar o governo do Moreira Franco, quando a gente teve que formar um movimento relâmpago aqui em Campos para despertar o governador, da necessidade de homologar, de regulamentar, o artigo 49 das disposições transitórias, sendo todo aquele trabalho que foi feito em 89 teria sido perdido.

A referida formação de um “movimento relâmpago” pode ser explicada tanto pela identificação dos personagens da urgência de se constituir articulações propriamente políticas as quais o processo requisitava, quanto pelo reconhecimento de que a especificidade do movimento Pró-Emenda demandaria não somente uma crença de que a mera aprovação constitucional garantiria o sucesso do empreendimento. Com isto, a atuação de Zezé Barbosa, o mesmo político campista que no âmbito da Comissão Pró-Universidade, sugeriu sua modificação de composição para representação de dois personagens de cada faculdade, aponta para a formação de correlações entre o município e o Estado, nos quais a alocação de Zezé sob a mesma legenda, a do PMDB, teria contribuído na reconstituição dos círculos originados no processo de implantação

da UENF. A escolha de Zezé Barbosa, nas esferas da Comissão, com intuito de viabilizar a execução do projeto, longe de ser tomado na condição de medida responsável única e exclusivamente pela explicação das relações erigidas a partir daí, e das configurações que a empreitada assumiria desde então, pode ser situada num amplo contexto de interações levadas a cabo naquele cenário, que significam inclusive as controvérsias em torno da própria indicação daquela antiga liderança para as costuras julgadas relevantes em tal momento. Note-se que a opção pela participação do político não descarta a vinculação do perfil da universidade a uma determinada força política municipal vigente por mandatos subseqüentes na década de 1980 em Campos, semelhante período no qual o debate sobre a universidade ganha formatos de um movimento organizado. Interessante perceber que o mesmo movimento que recebe apoio de um político ligado a momentos pretéritos de condução da Prefeitura Municipal, guiava-se, a considerar sua emergência político-eleitoral, pela figura do então Prefeito Anthony Garotinho⁸⁴:

(...) um grupo apenas andou querendo contestar porque havia a interveniência, do candidato a deputado, já não era mais Prefeito, José Carlos Barbosa, que se comprometeu a ser o intermediário junto ao Moreira Franco a pedido da comissão que estava trabalhando, que achou que estava precisando de algum elemento que intermediasse junto ao Moreira Franco para conseguir esse objetivo.

Esta fala de Maria Thereza Venancio pontua as divergências encontradas no caminho para efetivação da universidade, em meio à defesa comum da questão, mostrando que ao passo dos acontecimentos, não pouco tensos, as estratégias de atuação adotadas repousam paulatinamente na emergência da consecução do projeto com o fim próximo de mandato do então Governo Estadual. No entanto, as possibilidades políticas que se apresentavam enquanto soluções do movimento a favor da universidade, conquistadas com a Lei de Criação da UENF em setembro de 1990 não isentariam o processo de construção da universidade de novas turbulências inscritas na indicação de Roberto De Biasi, como representante estadual de governo de Moreira Franco para intermediar as discussões no âmbito da Comissão Especial de Implantação da UENF instituída naquele ato, na condição de presidente desta. A nomeação de “De Biasi”,

⁸⁴ Sobre isto, Geraldo Venancio ilustra em sua entrevista que: “(...) naquela ocasião Campos estava vindo de um processo de transformação porque o ex-prefeito Zezé Barbosa ficou 16 anos a frente da prefeitura, era considerado imbatível e em 1988, a eleição era num turno único, o ex-prefeito Garotinho se lançou candidato, e a chamada ‘situação’ lançou três candidatos, o que resultou numa vitória com uma diferença inferior a 7mil votos, esses três candidatos da situação foram Rockefeller de Lima, o Jorge Renato Pereira Pinto, e o ex-produtor rural já falecido Amaro Gimenes, então com três candidatos num turno único praticamente deram a eleição para o Garotinho, então foi um momento de muita efervescência, foi um momento de ruptura com o modelo antigo, a inserção de um político novo na cidade (...)”

como é denominado pelos entrevistados, representava um elo entre as esferas do governo e os trabalhos da Comissão, num panorama de desdobramentos possíveis da regulamentação da universidade, com a visualização posterior da oportunidade de definição do projeto. Entretanto, os esforços da Comissão Especial na direção da montagem do processo que seria encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, mediante o levantamento da situação daquelas faculdades a serem unidas, incluindo a estrutura física da instituição, e o seu Estatuto, esbarraram nas dissonâncias produzidas nos diálogos entre os personagens dispostos no Governo Estadual, representados pela figura de Roberto De Biasi, e os participantes da Comissão, colaborando para as tensões provocadas pelas idéias e posicionamentos levados a efeito no centro das discussões. Geraldo Venancio diz, em entrevista, que na interlocução entre os participantes envolvidos no processo, não houve, afinal, uma definição rigorosa do modo pelo qual o projeto poderia ser efetivado na união das faculdades a se constituir uma universidade, sublinhando que a recepção da idéia abraçada pelo Governo, através de seu representante, pelos componentes da Comissão, bem como pelos grupos envolvidos no movimento, teria sido de difícil aceitação, conforme indica:

(...) o modelo que o Moreira Franco tentou implantar é que não foi bem recebido pelos meios acadêmicos, na verdade o que as faculdades que existiam aqui, sinalizaram para o governador, foi o seguinte, nós não queremos isso que o senhor está nos propondo (...) nós queremos garantias, nós queremos segurança, nós queremos certeza de que os nossos professores não serão trocados por professores mais baratos ou de qualidade inferior, e essas garantias em nenhum momento foram sinalizadas, a bandeira norteadora daquele processo era o ensino gratuito, o que não foi suficiente para convencer os professores e alunos dessas faculdades.

Indefinições no projeto e incertezas nas relações com o representante estadual concorriam para afrouxamento dos laços constituídos no momento da assinatura de Moreira Franco na solenidade marcante da nova época da universidade na cidade de Campos. Mais uma vez, o tom das expectativas por cada personagem depositadas na figura do Governador, quando do evento que representava um marco no pacto entre distintas correntes político-partidárias, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, alterar-se-ia, visto que a idéia proposta pelo Governo Estadual, de cessão do patrimônio das faculdades ligadas às fundações mantenedoras de direito público, ao Estado, não seria observada pelos participantes da Comissão Especial, sobretudo, como uma estratégia de “simplicidade” como salientou Geraldo Venancio, na qual a inter-relação das instituições de ensino superior campistas estaria subsumida pela pessoa jurídica da

universidade. Isto reforça o argumento exposto anteriormente, de que a construção da universidade pelos estratos políticos e intelectuais campista solicitava direta ou indiretamente a manutenção do cenário institucional das IES campistas sob a sigla da universidade. Quanto à participação de Roberto De Biasi, nas reuniões realizadas com a Comissão, esta passou a ser reconhecida como um elemento estranho no processo de discussões sobre o projeto UENF, como um personagem avesso a realidade histórica das faculdades, e, portanto, algo não familiar que não agregava ou não despertava atenções do grupo responsável, ou mesmo, dos grupos situados fora do âmbito da Comissão, como anota Mário Lopes, dizendo que “(...) se dependesse só da assessoria do Moreira Franco não teria passado, porque tempo ele teve, tinha dezoito meses, no décimo sexto é que a gente conseguiu a regulamentação” ou na caracterização do personagem De Biasi, feita por Geraldo Venancio ao confirmar que:

(...) ao final ele foi expulso da cidade, o representante do Moreira Franco, as últimas reuniões que ele fez, (...) duas pessoas, três pessoas (...), o Roberto De Biasi, que inclusive em determinados momentos, assumiu uma postura majestática, as instituições que foram implantadas sem a menor contribuição do Governo do Estado muito menos do Dr. De Biasi ou do Moreira Franco, chegar aqui com uma postura praticamente de mandonismo (...) foi uma indicação direta do Governador sem ser feita nenhuma consulta prévia às instituições, então realmente a idéia morreu no nascedouro.

Deste modo, o Governo Moreira Franco chegaria ao fim, tendo aprovado o Estatuto da universidade dotada de personalidade jurídica de direito público, de acordo com os princípios de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, vislumbrando suas funções de ensino, pesquisa e extensão, mas a execução do projeto UENF apoiado, com efeito, no texto da Emenda Popular de 1989, como documento guia para os trabalhos da Comissão Especial, ficaria a cargo do Governo Brizola, conforme parecia prever a aprovação do projeto, segundo o prazo de três anos, uma vez que as tentativas de interlocução política elaboradas no período de Moreira Franco sucumbiram na qualidade das alianças formuladas, ou mesmo, na afinidade dos perfis de universidade propostos. Prorrogado a oportunidade empírica de construção da UENF postergar-se-iam as intenções acerca da viabilização do projeto, defendidos por cada personagem, cristalizadas nas ações da Comissão.

A reunião presidida por Darcy Ribeiro em outubro de 1991, data que marca um ponto fundamental na reconfiguração interna dos personagens envolvidos no processo de implantação da universidade, e externa, na recepção da notícia da substituição da comissão pela imprensa campista, ressalta-se como episódio relevante nas reviravoltas

do andamento dos debates acerca do projeto UENF, ainda que as expectativas, construídas a partir dos grupos campistas em sua identificação de uma costura política entre Brizola e Anthony Garotinho a permitir a realização efetiva do modelo proposto, permanecessem na ordem do dia. Este acontecimento basilar no início das sistematizações que iriam basear a feitura do Projeto UENF, tendo sido seu Plano Orientador publicado em 1993, já demarcaria de antemão, a face da idéia a ser construída nas linhas do Governo Brizola, na SEEPE, tendo Darcy Ribeiro como Secretário Especial, e presidente das comissões, Acadêmica e Técnica: a proposta de um modelo que negaria em seus eixos mais fundamentais, a contribuição histórica dos estratos intelectuais e políticos da cidade, por priorizar a construção da UENF sob concepção de uma nova universidade, esquivando-se do intento de união das faculdades existentes. Esta matéria, já explicitada, no primeiro encontro oficial entre o executivo estadual nas figuras de Darcy, João Paulo Dutra de Andrade, Tatiana Memória, e Sérgio Pereira da Silva, e os representantes campistas nas figuras de Anthony Garotinho, Fernando Leite Fernandes, e Ana Lúcia Boynard, seria norteadada pela conformação nas novas comissões, nas quais, especialmente, na Comissão Acadêmica de Implantação, não se registraria a participação formal de nenhum membro relacionado à Comissão Especial, o que aconteceria no âmbito da Comissão Técnica, onde estavam presentes, como membros remanescentes, Zuleima de Oliveira Faria e Aldano Sellos de Barros, juntamente com outros personagens já elencados no segundo capítulo, como a então primeira dama do município, Rosângela Matheus, conhecida como “Rosinha Garotinho”, e o Professor Everardo Paiva de Andrade, conhecido como “Dadinho”.

No plano da recepção propriamente dita dos debates em torno do projeto UENF mediados por Darcy Ribeiro, pelos personagens campistas, destaca-se uma dada frustração por, nas articulações estabelecidas naquele momento, não observar novamente a concretização do ideal universitário dentro do perfil esperado. Este dado empírico precisa ser matizado segundo os relatos dos entrevistados, que dão conta de que a redação do Plano Orientador, como carta que conteria os pilares da instituição, seria mesmo um produto de uma série de relações políticas favorecidas por Brizola e Darcy Ribeiro, sustentadoras, da execução do projeto. Geraldo Venancio informa que:

(...) com relação à universidade propriamente não teve nenhum tipo de resistência política porque Brizola, especialmente Darcy, que andava pelos municípios, acenando inclusive com a consolidação de braços da universidade pelos municípios, estrategicamente, inclusive município do Noroeste, isso fez com que a universidade começasse com a esperança de municípios vizinhos, o que eliminou qualquer tipo de resistência focal sob o ponto de vista político à universidade.

Se o Plano Orientador assinado por Darcy Ribeiro apresentava um fundo de substância teórico-político encontrada no pensamento de seu mentor reconhecido, isto não se deve a sua suposta genialidade ou intempestividade, que concorre para o apontamento imediato dos conteúdos expostos ali com a responsabilidade exclusiva de Darcy. Eis que o projeto UENF em sua efetivação no Governo Brizola não se constitui enquanto um modelo fechado, um projeto pronto ao qual todo e qualquer personagem externo, defensor desta ou daquela idéia, estaria descartado em sua atuação. Tanto na composição da Comissão de Assuntos Técnicos e de Planejamento, que resguardava competências específicas acerca das articulações com a “comunidade”, acadêmica e política locais, da qual a própria Zuleima Faria, entrevistada desta pesquisa, participou, quanto nas interações mediadas por Darcy Ribeiro em suas passagens e estadias pelo município campista, o projeto UENF era algo a se constituir nas diversas interações, no cenário municipal, como tenciona Mário Lopes:

(...) o professor Darcy Ribeiro que foi recebido várias vezes aqui, ele e a sua comitiva vinham em micro-ônibus, eles passavam aqui uma semana visitando os espaços, fazendo palestras e a presença de um intelectual de renome internacional como Darcy Ribeiro, realmente criou um frisson na cidade, e não foi diferente quando no início dos anos 90 por aqui esteve Darcy Ribeiro com seu time, com seu pelotão de choque, com a professora Gilca Wainstein, com Dr. Wanderley de Souza, com Dr. Nilton Rocha Leal, Carlos Alberto Dias, enfim, os pioneiros e de tanto bater de porta em porta acabou tendo finalmente o espaço para poder sediar o campus, antes a universidade chegou a funcionar precariamente em espaços da Fundenor, uma parceira até hoje da universidade e sem dúvida a presença de Darcy aqui foi determinante para consolidar a seriedade desse projeto na região.

Eis que Darcy Ribeiro tinha, sem dúvida, o reconhecimento de seus pares enquanto líder, não só na formação do grupo bem como nas diretrizes político-acadêmicas. A observação sobre a rotinização do carisma nos importa na medida em que o carisma de Darcy Ribeiro está na base da constituição de uma instituição singular na cidade de Campos na versão final do projeto UENF, o que concorreu para que seus pares transformassem algo extraordinário em cotidiano, justamente pela sua eficácia. Não de outro modo os novos círculos UENF se (re) aproximaram, também, da diversidade de círculos sociais na cidade. Segundo Max Weber (1999), "esta forma de penetração do carisma na vida cotidiana significa sua transformação em uma estrutura permanente, a mais profunda transformação de seu caráter e de sua atuação." (Weber,

1999, p. 344)⁸⁵. Sua principal característica é a vontade de seus adeptos, o interesse dos adeptos em que o bem-estar provido do líder carismático seja algo permanente. Aqui, o importante é notar que relevância teve a figura de Darcy enquanto líder carismático, para que seus pares aceitassem o convite de participar do projeto UENF e levassem a cabo a eficácia de seu carisma, reconhecendo-o como peça-chave nas interações estabelecidas em torno da universidade. Semelhante a isto, corre o depoimento de Geraldo Venancio sobre a participação do personagem Darcy Ribeiro em suas feições mais pessoais, na genealogia mesma dos círculos sociais naquele momento:

Darcy era uma pessoa fascinante, sujeito sedutor, um homem inteligente, brilhante, mas isso tudo transformou aquele momento, num momento muito rico, interessante, e muito importante, ter tido oportunidade de estabelecer conversas longas, poucas, mas longas com professor Darcy Ribeiro, às vezes têm vontade até de incorporar no currículo porque fica ouvindo aqueles relatos, certamente a maioria das coisas que ele fala são verdadeiras, mas mesmo as que não são, ele conta com tal charme, com tal envolvimento, que você se sente fascinado por qualquer projeto que ele apresente, naquela ocasião ele foi o grande vetor da rapidez que a UENF consolidou sua construção física na nossa cidade, então por tudo isso, Darcy é uma pessoa que Campos tem que ser muito grata a ele por tudo o que ele fez naquele momento.

Rememoremos nossa argumentação de que a entrada de Darcy Ribeiro em Campos dos Goytacazes verificou um elemento importante na aliança emergente naquele momento entre Brizola e Garotinho, em torno do qual giravam os fundamentos políticos daquela empreitada, isto quer dizer, que a transição assistida do projeto UENF entre os governos Moreira Franco e Brizola, correu na direção de um incremento gradativo na base política do projeto de universidade, inscrito, ao menos na cena local, no erguimento de uma força política específica, como ficou prometido na campanha do líder pedetista, em palanque municipal. Todavia esta não seja a linha de compreensão exclusiva do problema sociológico que a construção da UENF representa, faz-se necessário notar nas aproximações em destaque, um afinamento histórico-empírico do Plano Orientador de Darcy Ribeiro, entendido na amplitude de suas proposições e apostas para a universidade de Campos e do Norte Fluminense, com a realidade político-social que a cidade vivenciava, ao enxergar na visão dos entrevistados, que a

⁸⁵ Weber em suas sutilezas analíticas em torno do conceito de “carisma”, descreve assim em *Economia e Sociedade* (1999): “ (...) a dominação carismática, que, por assim dizer, somente in 'statu nascendi' existiu em pureza típico – ideal, tem de modificar substancialmente seu caráter: tradicionaliza-se ou racionaliza-se (legaliza-se) ou ambas as coisas, em vários aspectos. Os motivos que impulsionaram para isso são os seguintes: o interesse ideal ou material dos adeptos na persistência e reanimação contínua da comunidade.” (Weber, 1999, p. 344)

constituição daquela aliança favoreceria o processo de implantação nos moldes recém-saídos das Comissões enquanto conteúdos do Plano. Sobre esta configuração, Maria Thereza Venancio narra que: “Garotinho apoiou bastante, e prometeu nessa desapropriação do terreno que seria constituída a UENF, foi um ato da Prefeitura, eu acho que força política maior foi do Prefeito, do governador, dos deputados, principalmente, o grupo ligado ao Garotinho estava ao lado do Brizola.”

Estrategicamente, as correlações políticas parecem ter operado como atuações aplainadoras das distinções encontradas no modelo de universidade defendida na Emenda Popular, de união das faculdades, de aproveitamento dos quadros acadêmicos das instituições campistas, e no Plano Orientador, sob o perfil da “Universidade do Terceiro Milênio”, a apostar na ciência e na tecnologia, em sua dinâmica dos centros de pesquisa para o desenvolvimento regional e nacional, a requisitar a formação de um corpo de pesquisadores em nível de Doutorado, para as tarefas de ensino, pesquisa e extensão. Neste ponto, as controvérsias do projeto UENF, localizam-se também, e marcadamente, no plano acadêmico-intelectual, onde há o diagnóstico recorrente nos relatos, de que a exigência de tal formação acadêmica para a composição dos quadros da universidade teria deixado de lado, os professores vinculados as IES campistas, não detentores do título de Doutor⁸⁶, o que, por outro lado, não teria contribuído para retirar da construção da universidade, o significado da sua realização, ansiada há tempos pelos personagens campistas.

Isto é dado relevante na medida em que se mostra que as representações acerca da UENF, ou da idéia de universidade pública, produzidas pelos entrevistados, são levados a cabo segundo suas próprias participações no processo de construção, ou já na esfera do cotidiano institucional. Fato é perceber que Maria Thereza Venancio, Zuleima Faria, Mário Lopes e Geraldo Venancio que atuaram ou atuam no âmbito dos quadros docentes ou técnico-administrativos da universidade, acabam por não reafirmar a tese da “exclusão” (Cf. Lima & Alves, 2003; Smiderle, 2004), que confirma a marginalização dos personagens campistas ao longo dos debates para a construção uenfiana no Governo Brizola, o que, ao fim e ao cabo, significaria uma instituição a qual não contaria com uma base estritamente campista. Vejamos o que nos conta Maria Thereza: “Naturalmente que houve uma surpresa inicial em relação ao trabalho que se realizava que se pensava em unir as faculdades que já existiam, mas havia uma expectativa de minha parte, das pessoas com quem eu convivi, de seu uma universidade que poderia trazer grandes benefícios para a região (...).”

⁸⁶ Para a discussão específica acerca do símbolo de “doutor” nas representações campistas, ver Smiderle 2004.

Sem descartar as possíveis omissões do projeto UENF a este ou aquele nome, o grau dos conflitos estabelecidos naquele tempo refere-se a concepções de universidade distintas, mas ambas, a Emenda Popular ou o Plano Orientador, significadas num contexto de relações políticas e intelectuais a direcionar a emergência de um ou outro. O que é candente anotar, é que a disparidade existente e salientada entre os projetos, é relativa aos conteúdos de cada qual, que no plano prático-político, são tentativas mediadas por grupos e personagens, historicamente apoiados, para a efetivação de projeções, que no mundo social revelam aproximações e distanciamentos entre idéias e posicionamentos específicos. Mário Lopes, defensor da Emenda de 1989, enfatiza os dilemas concernentes a visão de alguns personagens, indicando o tom da recepção da versão final do projeto UENF: “A receptividade do projeto não foi boa por parte do meio acadêmico, o embrião acadêmico que existia na cidade me decepcionou, porque teve uma visão um pouco corporativa, pensou mais nos seus umbigos, apesar da universidade exigir a qualificação mínima de doutor *stricto sensu*, ela não restringia a possibilidade de campistas virem a trabalhar aqui, poderiam ser inclusive os primeiros alunos de mestrado e do doutorado (...)”, já Zuleima Faria prossegue, com o reconhecimento da causa da universidade como símbolo, embora não nos moldes previstos, quando diz: “Ninguém foi excluído, ninguém ficou melindrado com nada, de forma alguma diminuiu o brilho daquela solenidade, aquilo foi algo festejado como a UENF é respeitada até hoje.”

A compreensão dos entrevistados acerca da participação de personagens campistas no processo de construção da UENF estaria assentada sob dois aspectos: 1) a avaliação sobre o posicionamento de determinados personagens nas esferas da Comissão Técnica de Planejamento, presidida por Darcy Ribeiro, admitiria empiricamente, a entrada de elementos campistas naquela instância representativa, inclusive de personagens entrevistados, e 2) a reprodução de um discurso que versava sobre a construção da universidade pública em Campos enquanto um feito emblemático da luta histórica de determinados estratos, independentemente das clivagens do modelo implantado. Não obstante o compartilhamento de uma causa comum a todo o processo histórico vivenciado por uns e outros, as assim chamadas “expectativas fisiológicas” por Darcy no ato da primeira reunião, que unificavam os discursos e as ações dos campistas, em seus setores políticos e acadêmicos, e que pareciam caracterizar de modo contínuo a busca pela universidade, revelaram-se, no campo da pesquisa, extremamente contingentes, e tangentes esta ou aquela visão, segundo trajetórias ou vivências, próximas ou distantes ao projeto UENF. Atentando para tal detalhe, podemos dizer que

a versão final do projeto UENF evidencia para o pesquisador, uma cisão intra-grupo entre os estratos intelectuais e políticos campistas, onde parte adentrou nas fileiras institucionais uenfianas, seja na época da implantação, seja na UENF nascente, determinada por uma configuração heterogênea dos grupos sociais diferenciados acerca da condução política do processo em questão, matizando a discussão acerca das composições de conflito e aproximação, e expressando as nuances empíricas do campo de pesquisa que significam os próprios referenciais teóricos utilizados acerca dos círculos sociais, que aqui são tomados enquanto ferramentas úteis na observação da dinâmica de interação dos personagens, e não na mera oposição analítica intergrupos. Como faz menção Geraldo Venancio:

(...) a maioria da sociedade mesmo não entendendo bem o que seria a universidade, a UENF, eu diria que foi muito bem recebida aqui, obviamente algumas pessoas que foram excluídas daquele processo de discussão de implantação, assumiram uma postura crítica em relação à universidade, mas a voz dessas pessoas não foi suficiente para desacreditar o projeto ou prejudicá-lo de forma significativa.

Tendo em vista esta nuance organizativa dos grupos ou estratos campistas, visualizados em seus círculos sociais, dizemos que os conflitos engendrados na construção da UENF são elementos constitutivos das próprias interações potencializadas por cada personagem. Analiticamente, o reconhecimento de cada entrevistado sobre os pormenores da implantação da universidade, facultado pela participação direta ou não, é a delimitação mesma em suas narrativas, de um tempo passado, ao qual, conscientemente ou não, eles se vinculam ao reconstituí-lo, indicando sumariamente a sua relevância histórica para o cenário regional e municipal. Não satisfeito com estas considerações, vejamos o que eles podem nos oferecer em suas versões acerca do aspecto relacional que envolve a construção da UENF e a cidade de Campos.

4.4. DESVELANDO AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O DESENCAIXE INSTITUCIONAL

Gustavo Smiderle (2004), em sua dissertação de mestrado, trabalha os esquemas de representações sociais da população da cidade sobre a UENF, sobretudo dos estratos intelectuais, profissionais ligados ao jornalismo, alguns destes, concernentes à Faculdade de Filosofia de Campos, como também alguns personagens ligados ao

ambiente universitário uenfiano⁸⁷, procurando entender o desencaixe da universidade em relação à cidade, que marcaria o distanciamento histórico da UENF no cenário acadêmico-intelectual de Campos, explorando o argumento, facilmente identificado no imaginário social campista, de que esta universidade aparece tal como um “disco voador”⁸⁸ no âmbito institucional da cidade, comportando um grande contingente de professores estrangeiros, marcadamente da América Latina e do Leste Europeu, os quais não teriam segundo estes discursos, afinidade de origem com a comunidade campista⁸⁹. No entanto, Smiderle (2004), não parece atentar acerca dos fundamentos políticos que sustentam a idéia de desencaixe da UENF, isto é, observar através da presença de determinados personagens oriundos dos estratos intelectuais e políticos, nas comissões de implantação da universidade, por exemplo, como um elemento significativo para explicação dos acordos e alianças inscritos naquela atmosfera de tensões e conflitos inter e intragrupos, explicando a respeito dos antecedentes históricos da construção da UENF, enquanto um tenso movimento de aproximação e distanciamento entre os estratos intelectuais e políticos de Campos, e as aqueles originários, em sua maioria, da capital do Estado do Rio de Janeiro, presentes nos quadros oficiais das comissões acadêmicas de implantação da universidade, convidados por Darcy Ribeiro. Mostrar sociologicamente as afinidades histórico-políticas presentes no nascedouro da UENF é caminhar na direção da descoberta das finas, mas não menos relevantes, relações estabelecidas nesta época, norteadoras do argumento o qual tal instituição possui desde tenra idade, fortes vinculações com o cenário político e intelectual municipal.

Contudo, o acesso histórico-empírico ao campo da pesquisa sugere-nos uma ressalva, no que tange ao período mesmo de feitura das entrevistas, visto que o

⁸⁷ Como por exemplo, os professores Arlete Parrilha Sendra, professora associada do Laboratório de Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da UENF, Eduardo Atem de Carvalho, professor associado do Laboratório de Materiais Avançados da UENF, Enrique Medina-Acosta, professor associado do Laboratório de Biotecnologia da UENF, Sérgio de Azevedo, professor titular do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado, Ricardo Moreira de Souza, professor associado do Laboratório de Proteção de Plantas da UENF. (Cf. Smiderle, 2004).

⁸⁸ Cf. Smiderle, 2004 e 2008.

⁸⁹ Smiderle argumenta tal noção acerca do “disco voador”, nestes termos: “Uma imagem forte e sugestiva abre esta etnografia sobre as representações sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) por profissionais de Comunicação Social de Campos dos Goytacazes (RJ): a de um disco voador pousado numa cidade interiorana. A imagem se refere à Uenf se instalando em Campos, em 1993. A primeira pessoa que este autor ouviu referir-se desta forma à Universidade foi seu então reitor *pro-tempore* Adilson Gonçalves, que cumpriu mandato-tampão de seis meses, entre janeiro e julho de 1999. Iniciava-se, então, a gestão do governador Anthony Garotinho no Rio de Janeiro, e a Uenf se preparava para realizar sua primeira eleição direta para reitor e diretores de Centro. À época, a expressão “disco voador”, proferida pelo reitor, soou como mera ilustração das alegadas dificuldades de popularização da instituição junto à sociedade de Campos. Ficou, então, arquivada em algum compartimento da memória individual deste pesquisador até que ressurgisse espontaneamente em 06/01/04, na fala do radialista João Oliveira, em entrevista concedida a propósito da pesquisa que embasa este trabalho.” (Cf. Smiderle, 2004, p. 84-85).

momento no qual os personagens produzem suas narrativas sobre a construção da universidade, está, flagrantemente, entrelaçado a visão destes acerca do tempo transcorrido do ano de 1993 até o ano de 2008, precisamente 15 anos de história institucional, percebida por atores que estiveram no cotidiano uenfiano ou não, mas que constataram seus antecedentes primeiros na condição de personagens com alguma ligação com o histórico dos debates em torno da construção da universidade pública. É preciso salientar, minimamente, embora não seja o objetivo aqui pontuar a história vivida pela instituição ao longo deste tempo⁹⁰, que neste período dos depoimentos, a UENF foi reconhecida pelo MEC como uma das 15 melhores universidades brasileiras, ficando em 12.º lugar no *ranking* nacional baseado no IGC (Índice Geral de Cursos da Instituição), e no mesmo ano, recebeu o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, categoria Extensão Universitária, concedido pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), com patrocínio da Fundação SM.⁹¹

O destaque que a instituição vem merecendo, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, na cena acadêmica nacional, constitui-se como um elemento informador do reconhecimento o qual os entrevistados atribuem ao desempenho da UENF, na qualidade de “uma instituição de alto nível” como diz Zuleima Faria, e ao mesmo tempo referenciam a genealogia da época, marcada por tensões, da construção da universidade, na seleção indireta dos acontecimentos marcantes daquele tempo, e, sobretudo, da própria reflexão a se realizar a respeito dos contornos assumidos pela instituição no pensamento dos personagens que vivenciaram os tempos de outrora, e estão no presente tempo, construindo suas falas a partir de uma análise comparada, do ontem e do hoje. Não por acaso, as idéias de cada entrevistado sobre a UENF em seus enlances mais sutis

⁹⁰ Para uma análise da história da UENF entre 1993 até 2003, ver Lima & Alves, 2003.

⁹¹ Ao fim e ao cabo, a estrutura acadêmica atual da UENF consiste em quatro centros desenvolvendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão: Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), oferecendo os cursos de graduação em Ciência da Computação e Informática, Engenharia Civil, Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, e Licenciatura em Química à Distância, e os cursos de pós-graduação em Ciências Naturais, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia de Reservatório e Produção, Engenharia e Ciências dos Materiais; Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), oferecendo os cursos de graduação em Ciências Biológicas e Licenciatura em Biologia, e as pós-graduações em Biociências e Biotecnologia, e Ecologia e Recursos Naturais; Centro de Ciências Tecnológicas e Agropecuárias (CCTA), oferecendo os cursos de graduação em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, e as pós-graduações em Ciência Animal, e Genética e Melhoramento de Plantas; Centro de Ciências do Homem (CCH), oferecendo os cursos de graduação em Ciências Sociais e Licenciatura em Pedagogia, e os cursos de pós-graduação em Políticas Sociais, Sociologia Política e Cognição e Linguagem. Cf. www.uenf.br.

com a cidade de Campos, aparecem mediadas por um olhar acerca da trajetória institucional daquela, num processo de aperfeiçoamento contínuo, entendendo as visões dos personagens como dados informados sobre o lugar que a universidade ocupa, nas atividades econômico-culturais da cidade e da região, sendo, ao que parece, observado por cada qual, como um movimento natural nas ações adotadas pela UENF, em seus diversos níveis e setores, como nos conta Geraldo Venancio. Ou seja, se há, nas versões colhidas na pesquisa, encarando estas, de alguma forma, enquanto representativas do que se pensa sobre a UENF na cidade, ao menos, tomando por foco, os estratos políticos e intelectuais, embaraçados que estavam pela implantação da universidade, a constatação de possíveis espaçamentos entre a universidade e a cidade, isto estaria fortemente conduzido pelo modo de interpretação do modelo institucional a ser implantado no início dos anos 1990, desejado pelos entes municipais, de união das faculdades. Um erro de interpretação, como pareceu dizer Geraldo Venancio, ou uma recepção referendada pelo grau de expectativas depositadas no então episódio pelos grupos envolvidos, que nortearia ainda as visões sobre a UENF, é nada mais do que um legado da época de construção da universidade, ensejando assim, um retorno reflexivo ao dado momento histórico. Identificando tudo isto, Geraldo Venancio pondera a noção de “disco voador”: “Esse é um termo pejorativo, e quanto termo pejorativo, ele traz uma carga de excesso, mas a universidade ela tem possibilidades e condições para ter uma inserção comunitária muito mais forte do que tem hoje e a inserção comunitária dá um suporte invisível à instituição enorme e forte (...)”

Longe de tentar apontar para o período de construção da UENF, pretendendo visualizar uma história institucional posterior através de todos os ingredientes factíveis componentes do processo em torno da definição acerca do projeto UENF a ser levado cabo, como se todo percurso uenfiano colhesse os erros e os acertos de sua construção, que como evento repleto de idas e vindas mostra-se controverso por si só, indico que uma observação atenta aos sabores e dissabores de instituir-se uma universidade, pontuando, a rigor, o modo pelo qual as idéias, em sua gênese, em suas disputas, tomam corpo em instituições, diz algo sobre o lugar que a universidade representa no pensamento dos personagens, e conseqüentemente, no próprio imaginário campista. A universidade, em sua construção, resguarda um espaço importante nas versões dos entrevistados, vista como um empreendimento extraordinário de intercambiamento de idéias entre os partícipes, conformando-se numa empreitada representativa do diálogo com outras vivências acadêmicas, característica marcante do ambiente universitário a se constituir, colaborando, num sentido amplo, para as interações, para a constituição de

novos círculos sociais na cidade de Campos dos Goytacazes, na qual a UENF surgia como instituição a conquistar o seu espaço acadêmico-intelectual, como relembra Maria Thereza Venancio em seu depoimento:

Eu acho muito importante que uma cidade como Campos, que tinha uma tradição de muitas famílias vindas do interior, como foi o caso da minha, que veio do interior, de fazendas e de vilas, os campistas eram os campistas mesmo, havia pouca gente de fora, então a vinda de pessoas de fora, trouxe naturalmente, um intercâmbio, vão se formando relações que podem ser muito importantes para uma sociedade, os estrangeiros que vieram não ficaram muito tempo, e vieram também estudantes de fora, os jovens também tiveram oportunidade de intercambiar, coisa que não havia, porque nossas faculdades não atraem muitas pessoas de fora (...) quando você pergunta disco voador, você quer dizer coisa desconhecida, coisa que chega, se foi disco voador, não foi algo ilusório, foi uma coisa concreta, muito importante, que tornou a cidade mais conhecida, mais respeitada, nesse setor universitário, o disco voador a gente não sabe nem eles existem, então não consideraria um disco voador, mas sim um fato concreto.

A partir das diversas relações estabelecidas em torno do projeto UENF, entre personagens campistas e não-campistas, e para, além disto, entre personagens que traziam experiências profissionais tão somente distintas, em suas trajetórias no ensino superior, na política municipal e estadual, a simbolizá-los como representantes de um modo específico de agir e pensar, seja no plano da cultura, do acadêmico-intelectual, seja no plano da política formal, a contribuir com suas idéias e posicionamentos para a construção daquela universidade, é que não é tão ousado dizer, que a época da construção da UENF não significa a edificação de um novo mundo, no cenário municipal, e, em consonância com este ponto, dizer que ela, se visualizarmos o entrecruzamento dos variados círculos sociais, não pertenceria à cidade de Campos, em suas feições mais sutis. Reconhecendo isto, acabamos relevar a participação dos personagens citados no decorrer do texto, politicamente e academicamente, e mesmo no eixo em essas dimensões de atuação se tocam, uma vez que a atividade acadêmica não isenta dos conteúdos políticos e politizantes, não estando a academia mesma fora do âmbito da política, enquanto dados empíricos tangentes a explicação sobre o afinamento entre os interesses relativos aos personagens mais ligados ao debate histórico da universidade pública na cidade, e outros, embrenhados nas atuações específicas da implantação da UENF, também já mencionados⁹².

⁹² Geraldo Venancio também indica a participação de demais personagens no início da vida acadêmica da universidade: “(...) uma parte pequena foi incorporada inclusive aos quadros docentes, especialmente no Centro de Ciências Do Homem, onde existia em Campos pessoas com muita qualidade, da Faculdade de

O que significa constatar, nas descobertas do campo da pesquisa, a presença de personagens, tais como Zuleima de Oliveira Faria, Everardo Paiva de Andrade, Aldano Sellos de Barros, Anthony Garotinho, só para citar alguns nomes, nas instâncias representativas do processo de construção da UENF? Significa enxergar que estavam presentes nos esferas de decisões e debates internas do processo, membros ligados fortemente à cena acadêmico-política campista, e relativamente ao histórico da causa da universidade em Campos, em momentos diferenciados, e que, portanto, os anseios mais candentes para os estratos campistas, para Darcy Ribeiro, para Leonel Brizola, e demais personagens, se fundem num determinado período, notabilizando-se, pois, para a definição de um projeto de universidade, que embora não estivesse contemplado nas expectativas específicas da Emenda Popular de 1989, por exemplo, só pode ser levado a cabo nas diversas interações, matizadas por interesses de cada qual, para a assinatura de um modelo de universidade, viabilizado por acordos e alianças políticas, e por que não, por afinidades intelectuais. Sobre esta nuance explicativa, Maria Thereza nos mostra esta entrada de elementos políticos na organização da universidade, demonstrando o nível das articulações formuladas:

(...) a universidade já estando funcionando, não havia uma necessidade tão grande de uma participação dos políticos, a meu ver, mas sim da instituição já constituída, do Reitor, do Presidente da FENORTE, da TECNORTE, pessoas convidadas, isso tudo teria que ser decidido pelas autoridades universitárias, pelo Conselho Universitário, mas o Conselho Universitário, eu me lembro bem era constituído pelo deputado estadual Aluízio de Castro, o Rubens Venancio foi também membro do Conselho, eu estava lá na UENF quando Brizola anunciou a constituição do primeiro Conselho Universitário em que havia vários políticos, naturalmente ele, como um político bom que era, sabia que era necessário que os políticos colaborassem.

Aluízio de Castro e Rubens Venancio⁹³, ambos os personagens ligados a esfera política municipal, compuseram um leque amplo de possibilidades empíricas de instituição da universidade, de vinculação dos estratos políticos campistas ao vir a ser uenfiano. Nesta medida, podemos expor que a noção de desencaixe institucional, não aparece nas falas dos entrevistados, de modo, a encontrar no nascedouro da UENF uma

Filosofia, como professores convidados, com contratos temporários para iniciar aquele processo no Centro de Ciências do homem, Professora Ruth Maria Chagas Martins, professora Maria Thereza da Silva Venancio, que fundou a Faculdade de Filosofia, eu acho que o professor Renato Aquino, professor Levi Quaresma teve participações importantes, não como docente, mas nas articulações com o meio universitário, um homem muito entusiasmado também, a professora Zuleima Faria, não como docente mas como pessoa importante no seu trabalho administrativo na própria Reitoria da universidade, enfim, teve setores da sociedade, a própria Fundenor teve um papel importante na consolidação da universidade.”

⁹³ Este último era à época, presidente da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), instalação escolhida para ser uma das sedes provisórias da UENF.

contradição nítida entre a cidade e a universidade, ela aparece, no máximo, na condição de uma dificuldade de “tradução comunitária”, como diz Geraldo Venancio, inerente ao processo de implantação da universidade, distinta em seu modelo, das instituições de ensino superior encontradas no quadro acadêmico campista, somada ao equívoco interpretativo, quando do momento da transição verificada entre os Governos de Moreira Franco e de Leonel Brizola, os quais acompanharam a participação de outros personagens, de outras idéias, em seu dizer da passagem do “modelo antigo” para o “modelo revolucionário de Darcy Ribeiro”, que propunha reconceituar a universidade em Campos. Nas entrelinhas do tema, observamos surgir dos depoimentos, elementos argumentativos que nos inclinam para a compreensão de que, ao fim e ao cabo, a UENF é reconhecida, mediante a participação de alguns personagens, como uma universidade construída pelo esforço campista, nas comissões, nos movimentos, ou “(...) na luta para fazer pressão, na força que precisou ter o campista para trazer para cá a universidade (...)” como menciona Zuleima Faria, fornecendo conteúdos para o debate sobre os questionamentos da visão que tenciona ver a UENF como um mundo à parte, uma instituição desencaixada, ou mesmo um “disco voador”. Estas noções que podem retornar vez ou outra a tematização do problema sociológico da UENF em sua construção, tem de ser tomadas enquanto discursos fundamentados na não percepção do processo tenso através do qual a universidade erige no cenário campista, talvez por olhar tão somente a relação estanque entre o “Estado”, representado pelo Governo Estadual, e a “sociedade”, representada pelos grupos campistas, ou pela atribuição recorrente de realização de empreendimento público como a universidade, a um responsável, seja, neste caso, Darcy Ribeiro ou Leonel Brizola, entregando-lhes os louros ou os espinhos da experiência de fazer nascer uma universidade no mundo. Uma vez munido da pretensão bourdieusiana de “ruptura epistemológica”, através da qual os objetos de pesquisa são construídos na negação da evidência do real como imposição ao pesquisador, tencionei me resguardar metodologicamente das possíveis “surpresas” presentes nos relatos ouvidos e analisados, a fim de não reproduzir discursos, ou até chavões, o que seria sociologicamente inválido e pouco explicativo. Mas se as entrevistas, na sua qualidade de versões permeadas pela vivência de cada personagem, de suas expectativas, de seus desejos, nos clarificam as minúcias do campo da pesquisa, em seus diversos aspectos multifacetados, permitindo-nos desvelar a partir dos dados, uma série de questões e noções reelaboradas e não tematizadas tanto pelo senso comum acadêmico quanto pelo senso comum stricto sensu, a respeito da cisão UENF - Campos dos Goytacazes, penso estar em condições de concluir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS FUNDAMENTOS POLÍTICOS DO “DISCO VOADOR”

Em virtude do que se mencionou ao longo desta dissertação sobre a construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ percebe-se ao final da escrita do texto que a análise sociológica a respeito do tema abordado logrou atentar para alguns aspectos componentes do amplo e complexo quadro compreensivo no qual o surgimento de tal universidade se situa, procurando nos reservar a atenção, ainda que pontual segundo a dimensão de uma dissertação, sobre os elementos constitutivos da construção da UENF a partir da observação acerca dos círculos sociais, substantivado de acordo com a concepção simmeliana como referência teórico-metodológica para o trabalho, que norteiam as movimentações, aproximações e distanciamentos entre os diversos grupos e personagens, portadores que são das idéias e posicionamentos relativos às intenções e interesses concernentes a elaboração, desenvolvimento e implantação do projeto de uma universidade pública para a cidade e região. O período de construção da UENF nos proporciona um olhar sobre o modo pelo qual as idéias sobre a universidade foram potencializadas pelos atores em questão, e sobre a forma através da qual os mesmos se posicionaram, publicizaram suas visões e propostas, polemizaram, participaram direta ou indiretamente, fomentaram suas perspectivas ao longo do processo, revisaram-nas ou ratificaram-nas, em suma, forneceram substância histórico-empírica para que possamos admitir que, contribuíram de modo decisivo para que a versão final do projeto UENF fosse em 1993, uma construção contextualizável em seus contornos tensos e emblemáticos, de uma universidade que, com efeito, nasceu muito antes no mundo das idéias variadas de cada personagem do que no mundo das coisas, como anteviu Darcy Ribeiro em suas palavras no documento fundador da instituição. Não obstante a efetividade das idéias no mundo, ao realizar o esforço monumental de fazer nascer uma instituição no mundo social, como prescreveu Max Weber, ou mesmo, ao passo do distanciamento entre projetos ou idéias e uma dada realidade social constituída, inerentes a qualquer empresa prática-política, como sugeriu Mannheim, transformando naturalmente conteúdos utópicos dispostos no pensamento, em consecuições empíricas tangentes a visões parciais do mundo, por grupos ou estratos sociais específicos, a construção da UENF, em que pese todas estas considerações indicativas do problema em xeque, não pode ser razoavelmente tomada enquanto uma “criação”, na qualidade de

um empreendimento que assevera uma linha de sentido entre a sua projeção e a sua execução, tampouco direcionar o seu modo de implantação a figura deste ou daquele ente, responsável principal por sua existência institucional, para quem devem ser resguardados os dilemas e as potencialidades formativas da universidade. Este é o *primeiro argumento conclusivo* desta dissertação que pretendo sublinhar: a UENF não representa uma universidade criada exclusivamente por Darcy Ribeiro ou Leonel Brizola.

Embora os conteúdos teórico-políticos darcynianos estejam presentes no Plano Orientador, tal como se verifique a presença de Darcy no cenário de construção da UENF como um personagem fundamental, a universidade é uma construção político-intelectual levada a cabo num escopo mais amplo de grupos e personagens, dinamizadas nas mais diversas interações. As afinidades entre os conteúdos propostos no Plano Orientador assinado por Darcy Ribeiro e a base de seu pensamento social, principalmente no que se refere ao tema da universidade pública, é uma constatação analítica, demonstrando que, sobretudo os ideais de Darcy apresentam uma correlação de sentido com os ideais de missão impressos na carta fundadora da UENF, inscrita na perspectiva do desenvolvimento regional e nacional, apoiada com destaque na esfera da ciência e tecnologia, para o percurso institucional que ao ver de Darcy não poderia incorrer nos erros e enganos de outras experiências universitárias como a que marcou a Universidade de Brasília, em sua organização departamental. Atentar para o perfil da versão final da UENF como aquele observado no Plano Orientador, é apontar para as definições mais estreitas efetivadas no modelo de universidade implantado, buscando na sua situação num dado contexto de relações, o sentido específico que tais idéias ou ideais que baseariam a história uenfiana assumem nas visões e revisões que o projeto verificou no processo compartilhado de feitura do documento. A pesquisa possibilitou a identificação de que a escrita do Plano, distante de ser percebida como uma produção intelectual estritamente vinculada à figura de Darcy Ribeiro, já se apresentava como uma confecção repousada nas configurações dos círculos estabelecidas naquele momento, principalmente na dinâmica das Comissões Acadêmica e Técnica de Implantação, presididas por Darcy Ribeiro, conformadas por diversos personagens campistas ou não, desempenhando cada qual, uma função particular em tal ambiente.

Vide a polemização em torno da constituição do então Instituto de Ciências Humanas, instância antecessora do Centro de Humanidades, e que viria a ser o Centro de Ciências do Homem, como uma expectativa dilemática a respeito do convívio acadêmico entre as IES campistas e a UENF, entendendo as disputas pela atração do

alunado em cada curso a ser ofertado naquele instituto, como um ponto de inflexão do debate intra-comissão, ou mesmo na continuidade de um determinado perfil universitário atento aos problemas regionais do Norte Fluminense, observado enquanto uma demanda publicizada pelos personagens campistas, afinada, pois, com os próprios intentos de desenvolvimento regional permeado pela perspectiva darcyniana. Também não se deve esquecer o reconhecimento mesmo das articulações definidoras do Plano, por Darcy Ribeiro, ao enfatizar o dito apoio das “elites culturais campistas”, particularmente dos diretores das faculdades existentes na cidade, na possibilidade efetiva de construção da universidade no cenário municipal, bem como ao agradecimento público ao Governador Leonel Brizola em sua disposição para fornecer sustentação política para a execução do projeto. Por estes motivos é que se deve buscar decodificar o Plano Orientador como parte integrante, final, de um processo de discussões e debates em torno do projeto UENF, ainda que não seja exagero dizer que, uma vez analisados seus conteúdos mais de perto, Darcy Ribeiro apareça, e o que é mais importante, seja reconhecido por seus pares, como “mentor” da UENF, como aquele que oferece nome a instituição, lembrado inclusive pelos entrevistados da pesquisa como personagem fundamental do processo de construção da universidade. Este aspecto que consistiu em matéria do primeiro capítulo representa um eixo relevante em todo o conjunto analítico formulado para a compreensão do período de surgimento da UENF, visto que comporta uma indicação do direcionamento das articulações levadas a efeito para a execução do projeto nos moldes apresentados no Plano.

Neste sentido, há que se ressaltar a entrada de Darcy Ribeiro em Campos dos Goytacazes enquanto um evento símbolo das diversas interações constitutivas das novas relações costuradas para a sistematização da versão final do projeto UENF, colaborando para isto, como vimos no segundo capítulo, o grau de proximidade e afinidade circunscrito nas correlações entre Darcy e Brizola, e a maneira pela qual esta clivagem desenhou um modo específico de condução política dos empreendimentos nos quais ambos mantiveram participação direta, como os CIEPs e a UENF. Curioso é destacar o estilo de posicionamento político de Darcy nas ligações com o líder pedetista, mantendo simultaneamente o status de intelectual renomado em sua trajetória acadêmica e de feitos públicos vinculados à área da educação em âmbito nacional e internacional, e a figura de político de governo e de partido, sem, no entanto afrontar a imagem reconhecida de Leonel Brizola, seja no Governo do Estado, seja no PDT. Darcy era ao mesmo tempo o “Senador”, o “Secretário”, e o “Professor”, o “Intelectual”, que elaborava seus projetos prioritariamente para o campo da educação brasileira,

paralelamente a adoção de estratégias para obtenção de apoio acadêmico e político para a consecução de suas idéias, donde, notadamente encontrava em Brizola, o elemento chave das articulações viabilizadoras, neste particular, do projeto UENF. Se levarmos em conta, a fusão entre o intelectual e o político presentes nas atuações públicas de Darcy na condição de um personagem “indisciplinado”, em sua característica marcante de incompatibilidade a procedimentos formais e institucionais, facultando-lhe, ao menos nas linhas do Governo Brizola, uma dada “liberdade institucional” de atuação política intra-governamental, garantindo, em termos, uma condição “especial” ou “extraordinária”, para elaboração de projetos especiais segundo a criação de uma Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, podemos indicar, não sem razão, que a ação político-pública darcyniana se apoiou fortemente em seu ideário, na qualidade de um estilo político que desejava ver seus projetos realizados no mundo. A aliança política composta por Darcy e Brizola produziu frutos públicos que, malgrado observe visões e percepções relativas ao senso comum e erudito arraigadas na imagem de um construto político-partidário permanente nas representações sociais, e nos discursos e medidas de governos subseqüentes, necessitam ser revisados analiticamente com o fito de estabelecer uma ruptura, ao demarcar os limites da influência de uma figura pública em sua construção, entre a força do “mito” e a dimensão do realmente existente, cabendo ao analista discerni-las, pontuando mediações importantes na tarefa de produzir teórica e empiricamente, estudos a respeito.

“A utopia é de concreto”, expressão que intitula o segundo capítulo, bem como presenteia o título da dissertação, significa aqui uma ironia sugestiva. Ora, como pode uma idéia, um projeto, um dever ser, se realizar plenamente no mundo? Ou, para ser mais incisivo, como pode uma utopia ser concretizada em suas últimas conseqüências? Pergunta semelhante a que foi feita no decorrer do trabalho incita algumas considerações acerca das possibilidades ou impossibilidades verificadas quando do teste do pensamento com a realidade concreta, permitindo uma amplitude de desdobramentos empíricos, tanto no que se refere a eventuais panoramas histórico-políticos mais favoráveis ou não, quanto pela própria recepção e interpretação do escopo de propostas para uma empreitada como a universidade por inúmeros grupos e personagens. Se os ideais da missão uenfiana vislumbrados por Darcy Ribeiro podem ser desvendados em suas vinculações mais estreitas com história da UENF em seu nascedouro, quando esta passou a existir factualmente, simbolizada por suas edificações de concreto armado, literalmente, nos prédios que conformam a maior parte do espaço físico do campus da instituição, isto deve ser matizado sob a avaliação dos distintos círculos sociais que

concorreram para a sua efetivação no cenário de Campos dos Goytacazes situados num determinado contexto histórico espaço-temporal.

Deste modo, ao optar-se partir da sistematização do Plano Orientador pretendida, deu-se margem a uma análise crítica dos pressupostos teórico-ideológicos propriamente ditos que permeiam o processo de construção da UENF, dentre os quais este documento represente talvez o emblema mais conhecido, para assim, retornar em busca de explicações que apontem para o reconhecimento da genealogia da idéia de universidade pública na cidade, e de suas metamorfoses, indicadoras de que a versão final do projeto UENF pode ser assim denominada, pois em momentos pretéritos, outros personagens, outros grupos, ocuparam o lugar de destaque nos debates sobre o desejo campista de construção da universidade pública em seu município. Com isto, procurou-se salientar os contornos do desenvolvimento das propostas e apostas sobre o projeto ou o modelo de universidade a ser seguido e implantado, e o modo pelo qual estas intenções foram flagrantemente fomentadas por estratos intelectuais, ligados em sua maioria às instituições de ensino superior campistas, e políticos, portando ligações com a Prefeitura, em mandatos no executivo municipal, campistas, afinados com a campanha histórica por uma “Universidade do Norte Fluminense”. Seguir esta trilha analítica permitiu-nos acompanhar os mais diversos cenários locais, o avanço da idéia de universidade, presente, no surgimento das IES campistas, de suas fundações mantenedoras, nas tentativas de implantação da instituição, na “Campanha Popular pela Defesa da Universidade”, sucedida na aprovação da Emenda Popular de 1989, dentre outros, que mostram, ao fim e a cabo, que a mobilização pela construção da universidade em Campos viria desde a década de 1930, com as proposições de Mário Barroso e Theobaldo Santos, confundindo-se com o processo de revitalização do ensino superior campista nas décadas de 1940 e 50, e nos anos de 1960, com a construção das faculdades isoladas, Filosofia, Direito, Medicina e Odontologia, incentivando a publicização dos debates e das ações em torno do anseio campista, desembocando no modelo mais sistemático, que se constatou na pesquisa, de universidade para Campos, situados nas páginas e nas intenções da Emenda Popular.

Conforme anotado no terceiro capítulo, a recorrência a esta história mesma sobre as continuidades e descontinuidades da idéia de universidade pública no município não nos leva crer que as iniciativas em torno deste intento que preenchem de significado os atos e os discursos dos personagens intimamente próximos ao debate mais amplo sobre o tema se constituam como explicação imediata e sensível ao problema sociológico que a construção da UENF representa. Eis o *segundo argumento conclusivo* que desejo

ênfatizar: a UENF não se apresenta como um produto do desenvolvimento natural das instituições de ensino superior no cenário político-intelectual de Campos dos Goytacazes, o que engendra da parte do autor uma recusa de uma análise institucionalista do problema, assim como ela não é produto histórico exclusivo do debate acumulado sobre a universidade na cidade, levado a cabo por intelectuais e políticos campistas. Todos os aspectos atinentes a dimensão relativa às idas e vindas do debate sobre a construção universitária, e o aperfeiçoamento institucional do ensino superior campista, como esferas intercambiáveis, são componentes das visões e percepções dos personagens campistas, quer queira ou não, seja dos entrevistados desta pesquisa ou quaisquer outros envolvidos com a causa. Neste passo, é que, primeiramente, o reconhecimento empírico da participação de grupos e indivíduos em uma empreitada em nome de uma universidade pública mostra-se fundamental na detecção dos laços constituídos entre personagens e instituições, entre as idéias e o lugar social no qual elas emergem, contribuindo, a rigor, para a formação em sociedade. Isto é um dado. E, por conseguinte, na observação sobre os posicionamentos dos personagens na época de construção da UENF, nos trabalhos da Comissão Especial de Implantação da UENF no Governo Moreira Franco, ou nas Comissões Acadêmica e Técnica de Implantação no Governo Brizola, nas controvérsias e conflitos identificados, mas também nos próprios conteúdos das alianças e acordos subscritos naquele processo.

A versão final do projeto UENF não se constitui num momento especial visto em função dos tempos precedentes, mas os incorpora, na medida em que os personagens partícipes do processo de construção da universidade traziam consigo a experiência nos movimentos em torno da causa, e suas trajetórias tocantes a esta, seja no plano político, seja no plano intelectual, os vivificam e os reatualizam em seus posicionamentos, em seus discursos, como em suas narrativas elaboradas nas entrevistas concedidas a pesquisa, sendo, portanto, peça relevante na sustentação do quadro compreensivo sobre o tema. Sendo assim, a atenção acerca dos debates sobre a universidade campista direciona a análise para a constatação do lugar ocupado por este símbolo no imaginário local, e se estamos corretos, na configuração de uma espécie de pensamento social campista, visto que as noções diagnosticadas, ainda que esparsas sobre a universidade pública, movem simultaneamente, o pensar e agir no mundo, uma vez considerados quais são os atores que, historicamente, assumiram a posição de destaque nas proposições e nas articulações, sejam eles, os personagens mais vinculados aos estratos intelectuais e políticos, que não por mera coincidência, são os grupos sociais que retornam a cena, ou prosseguem nesta, no final dos anos de 1980 e início dos anos de

1990, no período em que a tentativa de construção da universidade alcança a esfera dos Governos Estaduais, na formalização das comissões.

Descartar todo o envolvimento de determinados personagens com o debate mencionado, e mais especificamente, a própria vivacidade das idéias e noções em relevo, significaria, grosso modo, omitir importantes componentes explicativos da movimentação dos grupos no período de construção da UENF, desenraizando fatalmente suas visões sobre o desenrolar dos acontecimentos em torno da universidade em Campos, transformando conseqüentemente tal momento num prisma episódico e fugidio, deslocando as representações pontuais de cada ente participante do processo, de seus nexos mais profundos com a história das idéias e dos processos sobre a constituição da universidade, relegando os próprios depoimentos defrontados para a condição de meras opiniões cristalizadas superficialmente. A incorporação desta vertente explicativa, buscada no terceiro capítulo, tem como resultado primordial, o fato de procurar não perder de vista, os conteúdos sustentadores das atuações dos personagens campistas ou não, entendendo-as sob uma perspectiva relacional, isto é, na oportunidade singular que elas presenciam, de se confrontar, de se opor, de se unir, de se reconhecer mutuamente, nas tensões e embates inerentes às relações e correlações preponderantes no vir a ser uenfiano. Só a partir deste esforço é que se pode caminhar num solo empírico, minimamente, amplo e firme, proporcionador da superação de barreiras ou obstáculos analíticos, que conduzem, erroneamente, um ou outro, a perspectivas essencialistas, de abordagens que prevêm dualismos nítidos entre “o projeto campista” e o “projeto de Darcy”, entre o “tradicional” e o “moderno”, o que necessariamente encaminha tão somente conclusões sobre “desencaixe” ou “dificuldade de assimilação” da UENF constituída com a cidade de Campos dos Goytacazes, perdendo a amplitude de observar um cenário extremamente complexo e nuançado.

Reconhecemos as disparidades propositivas entre as idéias defendidas na Emenda Popular, e expostas no Plano Orientador, dentre as quais, ressalta-se a intenção de construção da universidade a partir da união das faculdades campistas como idéia-força no cenário local como conteúdo da primeira, e o projeto de universidade apoiado na concepção da estruturação da organização universitária segundo a ciência e a tecnologia, como elemento do segundo, entretanto, salientamos que ambos os projetos são redesenhados na dinâmica mesma dos interesses relativos aos personagens e aos grupos, e não representam, em linhas gerais, contradições em termos de suas opções propriamente políticas, já que as duas iniciativas condensam variadas matizes de posicionamentos político-partidários, e de visões de mundo, como na correlação de

forças assumidas entre a Prefeitura Municipal, na figura de Anthony Garotinho, juntamente com apoio para o movimento Pró-Emenda, da antiga liderança local Zezé Barbosa, e de sua vinculação de proximidade com o então Governador Moreira Franco, a despertar oposições de setores do professorado e do alunado campista, quando da publicização do teor das alianças formuladas, ou mesmo, na atuação de determinadas figuras ligadas ao debate acerca da universidade em Campos no processo de discussão nas Comissões de Implantação do Governo Brizola, como Zuleima Faria e Aldano Barros, a requisitar da mesma forma, a base de sustentação política do projeto, representada publicamente por Darcy Ribeiro ou Leonel Brizola, na esfera de poder público municipal, simbolizada, por exemplo, no evento da campanha brizolista ao executivo estadual, na promessa conjunta que fizera com o Prefeito da época, para realizar as demandas informadas pelo desejo campista de construção da universidade pública. Neste ínterim, faz-se notório destacar o seguinte: se as distinções encontradas nos projetos para a universidade, fomentadas em determinados momentos diferenciados, motivados por intenções, interesses, desejos, levados a cabo por indivíduos, por grupos, ou frações de grupo, se faziam notar, e ainda em dias atuais, como nos relatos sobre o tema pelos entrevistados, elas foram aplainadas, minimizadas, acordadas, articuladas politicamente na realidade histórico-social vivenciada tanto por personagens ligados a cena intelectual e política campista quanto por personagens ligados à nova fase de discussão do projeto UENF, no Governo Brizola. Isto constitui *o terceiro e último argumento conclusivo* desta dissertação: a UENF não aparece como uma instituição desencaixada no cenário municipal visto as correlações de interesses de personagens ligados a cidade e os atores ligados à política estadual, portando desde seu nascedouro, afinidades sutis com a cidade de Campos.

Na análise do quarto capítulo, identificamos nas falas dos entrevistados, pontos que nos atentam para suas versões sobre a construção da UENF sendo a realização efetiva da universidade pública na cidade, apesar de observarem distanciamentos sobre a versão final do projeto em relação aos propósitos históricos de consecução do modelo defendido na Emenda Popular, que, no entanto, não obscurecem o sentido da luta em nome da nobre causa. Maria Thereza Venancio, Zuleima de Oliveira Faria, Geraldo Venancio e Mário Lopes, nos atestam, cada qual a seu modo, que suas visões significadas por suas respectivas participações em períodos diferenciados na cruzada a favor da universidade, que a ocorrência de conflitos e controvérsias no andamento do processo de construção da UENF parece ser constitutiva das relações, as mais diversas, estabelecidas em torno de tal empreitada, e que os posicionamentos também plurais e

heterogêneos dos personagens naquela cena, podem ecoar vez ou outra, apontando para a necessidade de “tradução comunitária”, típicos do descompasso entre as expectativas geradas quando da aprovação da Emenda, e as mudanças e permanências verificadas na transição entre os governos de Moreira Franco e Leonel Brizola. Porém elas não nos autorizam afirmar que tenha havido, empiricamente, uma cisão definitiva entre a UENF e Campos, tampouco que este dado reverbere com força, em tempos mais recentes, visto que a própria história institucional da UENF, historicamente, se direcionou, segundo aqueles, ao cumprimento da missão concedida tanto por Darcy Ribeiro, quanto pelo intuito da Emenda: a promoção do desenvolvimento regional do Norte Fluminense. A clivagem histórico-empírica que indica a presença de personagens ligados ao debate acumulado sobre a universidade pública na cidade nas esferas da Comissão Técnica de Implantação da UENF no Governo Brizola, presidida por Darcy Ribeiro, tais como Zuleima Faria, Aldano Sellos de Barros, Rosinha Garotinho, Everardo Paiva de Andrade, é um dado de grande valia que nos possibilita concluir que a versão final do projeto UENF, reconhecida comumente como um feito público de Darcy ou Brizola não seria tão estranha e avessa a realidade social campista entendida através de seus estratos intelectuais e políticos em consonância com aquele documento, e, sobretudo, como personagens componentes dos acordos e articulações definidas, significantes da consecução do projeto, juntamente com os demais partícipes das Comissões.

Os antecedentes imediatos da construção da UENF estão, como se deduz, intimamente vinculados ao imaginário campista, em virtude do próprio diagnóstico do entrecruzamento dos círculos sociais como a interpretação simmeliana sugere, fornecendo sentido mais amplo à empreitada uenfiana. Não obstante as modificações a respeito das configurações dos perfis de universidade em disputa, paralelamente as reconfigurações dos grupos sociais envolvidos com o processo de forma mais intensa, a versão final da UENF simboliza a heterogeneidade das diversas perspectivas levadas a efeito sob a assinatura de Darcy Ribeiro, e por assim ser, a aprovação mesma dos desenhos institucionais assumidos pelo Plano Orientador trazem, nas entrelinhas, o aval dos personagens campistas, que uma vez imbricados nos processos de discussões e decisões, contribuem de modo igualmente decisivo, para a efetivação de várias idéias, reunidas sob o escopo de um plano, para concretizar enfim, na visão dos entrevistados, o sonho de tantos anos. Até o reconhecimento da UENF como um “disco voador”, expressão que penso ter provado ser infundada e de pouca utilidade, que se possa encontrar em discursos isolados, é num sentido estrito nada mais do que a admissão de que o momento de construção da universidade ainda desperta os mais agudos

sentimentos, pela execução de um projeto, em que cada qual teria um posicionamento próprio, podendo desagradar a uns e outros. Os fundamentos políticos do “disco voador” se assentam na viabilização das articulações norteadoras da implantação da universidade tal como ela passou a existir no mundo, que não seria exatamente a de Theobaldo Santos, nem a de Alair Ferreira, nem a de Darcy Ribeiro ou de Leonel Brizola, mas aquela concernente a totalidade e a complexidade das interações por cada personagem nesta moldura, para a qual este trabalho representa apenas uma contribuição à sua compreensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Documentos consultados no “Arquivo Darcy Ribeiro-Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)”

- Ata de Reunião de São Cristovão realizada em 11/10/1991 – Secretaria de Estado de Programas Especiais para a Implantação da Universidade do Norte/ Noroeste Fluminense – UENF. 4 p.

- Comunicação por Darcy Ribeiro e Gilca Alves Wainstein a Leonel Brizola sobre a indicação de reitor por lista tríplice formada pelos nomes de Wanderley de Souza, Nilton Rocha Leal e Carlos Alberto Dias, em 30 de agosto de 1995. 3 p.

- Comunicação de solenidade de posse do Conselho Curador da Fundação Estadual do Norte Fluminense enviada por Gilca Alves Wainstein a Darcy Ribeiro em 17 de junho de 1993. 2 p.

- Parecer nº 223/ 93 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação em 08/06/1993 que aprova a Carta-Consulta, autoriza o funcionamento da UENF, e conseqüentemente, autoriza a realização de seu primeiro vestibular, e faz recomendações. 14 p.

- Projetos de Decreto da SEPE em 19/12/1991 enviada por Darcy Ribeiro a Leonel Brizola para a Instituição da UENF, criação das comissões acadêmicas e técnicas de planejamento e implantação, concessão de 450 milhões para despesas de implantação. 6 p.

- Projeto da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria Extraordinária de Programas Especiais. 170 p.

- Relatório de atividades da Universidade Estadual do Norte Fluminense elaborado por Gilca Alves Wainstein, coordenadora da Comissão de Implantação da UENF em janeiro de 1993. 23 p.

2) Livros e escritos sobre a UENF:

LIMA, Lana Lage da Gama & ALVES, Heloíza de Cácia Manhães. *UENF, a Universidade do Terceiro Milênio uma memória (1993-2003)*. Campos dos Goytacazes: UENF, 2003.

MATIAS, Glauber Rabelo. “Uma sociologia dos círculos sociais em Campos dos Goytacazes: Darcy Ribeiro e intelectuais na construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense”. *Monografia de graduação em Ciências Sociais CCH/UENF*. Campos dos Goytacazes, 2005.

MIGLIEVICH RIBEIRO & SILVA JÚNIOR, Paulo Sérgio Ribeiro da. “A UENF e seu plano orientador entre a “modernização reflexa” e a “aceleração evolutiva”: notas sobre o pensamento de Darcy Ribeiro.” *Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF*. Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, mai-set / 2008.

RIBEIRO, Darcy. “Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense”. *Revista Universidade do 3º Milênio*. Vol.1. Campos dos Goytacazes: UENF, 1993a.

_____. “Faculdade de Educação e Comunicação”. *Revista Universidade do 3º Milênio*. Vol.3. Campos dos Goytacazes: UENF, 1993b.

_____. “Os Direitos Humanos e a Defesa da Constituição”. Aula Magna proferida por Carlos Roberto Siqueira Castro. *Revista Universidade do 3º Milênio*. Separata 2. Campos dos Goytacazes: UENF, 1993c.

SMIDERLE, Carlos Gustavo. “UENF e Campos, Encontro de dois mundos: Uma etnografia da interação entre a coletividade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e a sociedade de Campos dos Goytacazes (RJ), 2002-2004”. *Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais*. Campos dos Goytacazes: PPGS/CCH/UENF, 2004.

_____. “O principado dos professores doutores na província dos coronéis”. *Agenda Social*. Vol. 2, nº1, jan-abr/2008.

3) Obras de referência:

ALTAMIRANO, Carlos. “Idéias para um programa de história intelectual”. *Tempo Social. Revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, junho de 2007. 150

ALVES, Heloíza de Cácia Manhães. “Reformas urbanas e poder político: os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes, 1890/1930”. *Dissertação de mestrado em História*. Niterói: Centro de Estudos Gerais/ Universidade Federal Fluminense, 1995.

ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: NAXARA, Márcia & BRESCIANI, Stella. (Org.) *Memória e (Res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: EDUNB, 1990.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. “O Projeto da UDF e a formação de intelectuais na década de 30”. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 1996.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder. Dívidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BOTTOMORE, Tom. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A Profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAMARGO, Aspásia. “Os Usos da História Oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas”. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol.27, nº1, 1984.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. Vol. 22, nº. 65, outubro/2007.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

CATELA, Ludmila da Silva. “El mundo de los archivos”. In: CATELA, Ludmila da Silva y JELIN, Elizabeth (Orgs.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. “Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo cidadão”.” *Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF*. Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, mai-set / 2008, p.40-64.

_____. “Campos dos Goytacazes, resources et virtualités d'une ville brésilienne. Données de l'histoire”. *Tese de doutorado*. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, Paris, França, 1998

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A fusão: chaguismo X amaralismo”. In: SARMENTO, Carlos Eduardo. (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Angela M. de Castro. “Intelectuais, geração e sociabilidade”. In: _____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Mércio Pereira. *Darcy Ribeiro*. São Paulo: Ícone, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MANNHEIM, Karl. *Homem e sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962.

_____. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARTINS, Carlos Benedito. “O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90”. *São Paulo em Perspectiva*, nº14, vol.1, 2000.

MATIAS, Glauber Rabelo. “A superação do atraso como “mudança provocada”: a contribuição de Darcy Ribeiro para o debate sobre a mudança social na sociologia brasileira”. *Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF*. Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, mai-set / 2008.

MATTOS, André Luís Lopes Borges de. “Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)”. *Tese de Doutorado em Ciências Sociais*. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2007.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria. “Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro”. *Tese de Doutorado*. PPGSA/IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

_____. & MATIAS, Glauber Rabelo. “A Universidade Necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico”. *Ciências Sociais Unisinos*. Vol 42, nº3, 2006.

MORAES FILHO, Evaristo de. “Formalismo Sociológico e a Teoria do Conflito”. In: _____. *Simmel. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

ÖELZE, Berthold. “A Percepção das Essências em Simmel: um estudo metodológico”. In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold. (Orgs.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: EDUnB, 1998.

PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu (ORG.). *Economia e desenvolvimento no norte-fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989.

PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a.

_____. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975b.

_____. *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975c.

_____. “Universidade de Brasília”. *Revista de Educação e Ciências Sociais*. Separata do ano V. Vol.8, nº15, Rio de Janeiro, 1960.

_____. “O Estado da Educação”. In: _____. *Carta: falas, reflexões e memórias*, nº12. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994

_____. “Universidade, para quê?”. In: _____. *Carta: falas, reflexões e memórias*, nº12. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994.

_____. “A Invenção da Universidade de Brasília: 1961-1995”. In: _____. *Carta: falas, reflexões e memórias*, nº14. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1995.

_____. “A Universidade e a Nação”. *Revista de Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Separata do Ano VII. Vol.10, nº19, jan-abr de 1962.

_____. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual. As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SANTOS, Theobaldo de Miranda. *Universidade de Campos. Sugestões para sua organização*. Conferência realizada no Rotary Club de Campos. Oficinas Gráficas da Escola do Trabalho: Niterói, 1935.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do Social. Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres?* São Paulo: Global, 2004.

SIMMEL, Georg. “El cruce de los círculos sociales”. In: _____. *Sociologia. Estudios sobre las Formas de Socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939.

_____. “O problema da sociologia”. In: MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). *Simmel. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. “Como as formas sociais se mantêm”. In: MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). *Simmel. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). *Simmel. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. “Conflito e Estrutura do Grupo”. In: MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). *Simmel. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SCRAMIM, Suzana Célia Leandro. “A utopia na obra de Darcy Ribeiro”. *Tese de Doutorado em Letras*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2000.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo – estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SILVA, Júlio Cesar de Paula e. "O Camaleão diante do Espelho: O esforço de reinvenção do Brasil no pensamento de Darcy Ribeiro". *Dissertação em Mestrado em Sociologia*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Jessé. "Introdução". In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold. (Orgs.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: EDUnB, 1998.

VANDENBERGHE, Frédéric. *As Sociologias de Georg Simmel*. Bauru: EDUSC, 2005.

VENANCIO, Maria Thereza da Silva. *Durante a travessia: memórias e histórias da Faculdade de Filosofia de Campos*. Campos dos Goytacazes: Editora da FAFIC, 2006.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

_____. *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006b.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como Laboratório. Educação e Ciências Sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. CBPE/INEP/MEC (1950-1960)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

_____. "Inovações e (Des) continuidades na Política Educacional Fluminense. (1975-1995)". In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da. (Orgs.). *Um Estado em Questão. Os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

WAIZBORT, Leopoldo. "O indivíduo como ponto de cruzamento dos círculos sociais". In: _____. *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

WEBER, Max. "A dominação carismática". In: _____. *Economia e sociedade*. Vol.1. Brasília: EDUNB, 1999.

_____. "Conceitos sociológicos fundamentais". In: _____. *Economia e sociedade*. Vol.1. Brasília: EDUNB, 1999.

_____. "A dominação carismática e sua transformação". In: _____. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Vol. 2. Brasília: EDUNB, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Descrição da Sub-série: “UENF” / Série “II Governo Brizola (1991-1994)”

“Arquivo Darcy Ribeiro” – “Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)”:

<p>Série: “II Governo Brizola (1991-1994)” Sub-série: “UENF”</p>
<p>1.1. Classificação: Fundo: DR Série: gbII sub-série: u complemento: 1991.01.30</p> <p>1.1.1. Documentos: Quantidade: 07 pastas Período: 30/01/1991 a 1996 Conteúdo: Implantação/Administração</p>
<p>1.2. Classificação: Fundo: DR Série: gbII sub-série: u complemento: 1992.01.15</p> <p>1.2.1. Documentos: Quantidade: 02 pastas Período: 15/01/1992 a 24/11/1995 Conteúdo: Biblioteca</p>
<p>1.3. Classificação: Fundo: DR Série: gbII sub-série: u complemento: 1991.11.00</p> <p>1.3.1. Documentos: Quantidade: 02 pastas Período: 11/1991 a 16/02/1996 Conteúdo: Diversos</p>
<p>1.4. Classificação: Fundo: DR Série: gbII sub-série: u complemento: 1992.05.07</p> <p>1.4.1. Documentos: Quantidade: 02 pastas Período: 07/05/1992 a 06/09/1996 Conteúdo: FENORTE</p>

1.5. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1992.05.25

1.5.1. Documentos:

Quantidade: 02 pastas

Período: 25/05/1992 a 30/11/1994

Conteúdo: Obras

1.6. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1992.10.23

1.6.1. Documentos:

Quantidade: 03 pastas

Período: 23/10/1992 a 06/10/1995

Conteúdo: Educação a distância

1.7. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1993.03.19

1.7.1. Documentos:

Quantidade: 03 pastas

Período: 19/03/1993 a 26/07/1996

Conteúdo: Colégio dos Jesuítas/ EBCTV/ EICTV Cuba

1.8. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1993.03.19

1.8.1. Documentos:

Quantidade: 03 pastas

Período: 19/03/1993 a 26/07/1996

Conteúdo: Colégio dos Jesuítas/ EBCTV/ EICTV Cuba

1.9. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1993.04.00

1.9.1. Documentos:

Quantidade: 01 pasta

Período: 04/1993 a 11/10/1994

Conteúdo: TECNORTE

1.10. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1993.10.13

1.10.1. Documentos:

Quantidade: 02 pastas

Período: 13/10/1993 a 24/11/1995

Conteúdo: Revista da UENF

1.11. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1993.11.29

1.11.1. Documentos:

Quantidade: 01 pasta

Período: 29/11/1993 a 1995

Conteúdo: Villa Maria/ Centro Cultural

1.12. Classificação:

Fundo: DR **Série:** gbII **sub-série:** u **complemento:** 1994.02.00

1.12.1. Documentos:

Quantidade: 01 pasta

Período: 02/1994 a 05/1995

Conteúdo: Solar da Baronesa

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista semi-estruturada

- 1) Em que momento histórico se iniciam os debates acerca da construção de uma universidade pública em Campos?
- 2) Que pessoas, grupos ou instituições envolviam-se nestes debates pela criação de uma Universidade em Campos?
- 3) Qual modelo institucional fundamentava o projeto inicial desta universidade? Qual era a "universidade necessária" para Campos?
- 4) Que perfil profissional a ser formado seria ressaltado por este projeto? Quais cursos estavam sendo privilegiados? Como se relacionariam com os cursos já existentes?
- 5) Este projeto (idéia) de Universidade Pública em Campos teria um caráter municipal, regional ou nacional?
- 6) O que representou a "Emenda Popular de 1989" neste processo? Por quê?
- 7) Como se deu a recepção do projeto de universidade pelo Governo Moreira Franco?
- 8) Como se deu a chegada de Darcy Ribeiro em Campos dos Goytacazes?
- 9) Quem, além de Darcy, teve protagonismo nas novas relações que se estabeleciam em Campos em torno da UENF?
- 10) Como foi recepcionada pelos grupos campistas a versão final do projeto UENF levada a cabo por Darcy Ribeiro? Que motivações/razões fomentaram esta questão?
- 11) À época, como poderiam ser descritas as forças políticas atuantes na região ou na cidade?
- 12) Qual a relação entre as forças políticas municipais e/ou regionais com o Governo Leonel Brizola?

13) Como se relacionavam a elite intelectual e elite política na construção da UENF?

14) Que comentários o (a) Sr.(a) faria sobre a representação da UENF como um “disco voador” na cidade de Campos?

15) Que comentários o(a) Sr.(a) faria a este fragmento do Plano Orientador de Darcy Ribeiro para a UENF?

"A sociedade, sendo desigualitária e conflitiva, reflete, invariavelmente seus antagonismos básicos sobre suas instituições. É ilusório, por isto, o ideal ingênuo de uma universidade aberta a todos, que receba operários e lavradores em seus cursos, como o é, igualmente o critério de dar preferência à prata da casa no recrutamento de professores. No caso dos alunos, em razão dos requisitos insubstituíveis de preparação escolar, pelo imperativo de ser fiel aos padrões internacionais do saber, correspondentes à civilização em que a universidade opera. Qualquer concessão demagógica nesses dois campos só pode conduzir à negação da própria universidade como instituição de ensino e da pesquisa do saber erudito da nova civilização." (RIBEIRO, Darcy. Plano Orientador UENF, 1992, p.32)

16) E quanto a esta outra passagem, também do Plano Orientador?

“O mais extraordinário na aventura de inventar e instituir a UENF é o apoio que ela recebeu da elite cultural de Campos e, inclusive, dos líderes das faculdades existentes. Em lugar dos ciúmes competitivos e dos interesses corporativos, o que surgiu e se impôs foi o espírito de colaboração, com base na compreensão profunda de que o melhor para Campos é criar-se ali uma verdadeira universidade moderna, capaz de funcionar como alavanca de desenvolvimento regional e nacional.” (RIBEIRO, Darcy. Plano Orientador UENF, 1992, p.14)

ANEXOS

ANEXO A:

ABAIXO-ASSINADO DA EMENDA POPULAR DE 1989

(Disponível no site www.uenf.br)

Emenda 547

Campos dos Goytacazes, em 16 de maio de 1989

Of. s/nº/89

Da : Comissão Pró Emenda Popular pela Universidade Estadual do Norte-Fluminense

Ao: Ilmo Sr. Dep. Josias Ávila

MD. Presidente da Comissão Constitucional da ALERJ

Assunto : Entrega da Emenda Popular

Sr. Presidente:

Através deste estamos encaminhando a V. Exª, Emenda Popular liderada pela Prefeitura Municipal de Campos, Associação de / Docente da Faculdade de Filosofia de Campos, Sindicato dos professores de Cam- / pos e Macaë, UDAC- União dos Diretórios Acadêmicos de Campos, CNFCN - Centro / Norte Fluminense para Conservação da Natureza, contendo 4141 assinaturas de / eleitores devidamente identificados, na qual o povo do Norte-Fluminense solici- / ta desta Casa Parlamentar aprovação e inclusão na carta magna do Estado, do / dispositivo legal que garanta a criação da Universidade do Norte- Fluminense / com sede em Campos dos Goytacazes, prazo máximo de 3 anos da promulgação da re- / ferida carta.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a V. Exª votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Pela PNC

Pela ADOFIC

Pela UDAC

Pela SIMPROCAM

Pelo CNFCN

edi, em 16-05-89
200735

EMENDA POPULAR PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE

Emenda n.º 547

Prefeitura Municipal de Campos (P.M.C.), Associação dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Campos (ADOFIC), Sindicato dos Professores de Campos e Macaê (SINPROCAM), União dos Diretórios Acadêmicos de Campos (UDAC) e Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN),

Considerando:

- A Necessidade de democratizar as oportunidades de acesso ao Ensino Superior;

- O fato de que o Estado do Rio de Janeiro é o único grande Estado / sem uma Universidade Pública no interior;

- A importância político-econômica da região Norte-Fluminense no contexto estadual;

- A necessidade da busca de uma tecnologia adequada ao desenvolvimento regional; e

- A urgência de resgatar dívidas acumuladas por governos passados / com a região Norte-Fluminense,

Resolvem apresentar a seguinte Emenda Popular à Assembleia Constituinte Estadual:

Dos Atos das Disposições Transitórias:

(inclua onde couber)

Art...: "O Estado criará a Universidade Estadual do Norte-Fluminense, com sede em Campos dos Goytacazes, no prazo máximo de 3 (três) anos / da promulgação desta Constituição."

Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO DACRUZ
Título Eleitoral nº 63087703/70 Zona: 019 Seção: 0055
Endereço: VISCONDE DO ITABORAÍ 545
Assinatura: Maria da Conceição da Cruz

Nome: NEUSA VIEIRA DE CASTRO
Título Eleitoral nº 63076103/45 Zona: 019 Seção: 0059
Endereço: MAESTRO LOURIVAL SOARES 84
Assinatura: Neusa Vieira de Castro

Nome: JOSÉ MARIA RIBEIRO
Título Eleitoral nº 628888703/02 Zona: 019 Seção: 0030
Endereço: Rua dos Goytacazes 552
Assinatura: José Maria Ribeiro

ANEXO B:
PROJETOS DE DECRETO PARA INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ACADÊMICA E
TÉCNICA DE IMPLANTAÇÃO DA UENF



PODER EXECUTIVO

Decreto nº de de de 1991

ATRIBUI à Secretaria Extraordi-
nária de Programas Especiais a missão
de instituir e implantar a Universi-
dade Estadual do Norte Fluminense.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no

uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o imperativo de dar cumprimento à nor-
ma constante do art. 49 e parágrafos do Ato das Disposições
Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do
Rio de Janeiro, que cria a Universidade Estadual do Norte
Fluminense - UENF;

CONSIDERANDO a necessidade de responder ao desafio
de integrar o Brasil na civilização emergente, que se fun-
da nas novas ciências e nas tecnologias avançadas, que só
uma universidade moderna pode dominar, cultivar e transmi-
tir, conjunta e integradamente;

**PODER EXECUTIVO**

CONSIDERANDO a oportunidade que se oferece ao Estado do Rio de Janeiro de instituir uma Universidade com pleno domínio do saber científico e plena capacidade de experimentação tecnológica;

CONSIDERANDO o dever de garantir à Região Norte Fluminense os instrumentos técnicos, científicos e pessoal qualificado indispensáveis ao aprimoramento e expansão de suas atividades produtivas, notadamente no tocante à exploração de petróleo e gás, e na modernização da agricultura e da pesca,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam instituídas, sem aumento de despesa, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação e a Comissão Técnica de Planejamento e Implantação da Universidade Estadual do Norte Fluminense e de sua respectiva Fundação Mantenedora.



PODER EXECUTIVO

Art. 2º - Compete à Comissão Acadêmica de Implantação elaborar o plano estrutural e a programação didática, científica e tecnológica da Universidade e propor convênios com institutos científicos e técnicos nacionais e internacionais de estudos avançados, e de pesquisa de ponta.

Parágrafo Único - A Comissão Acadêmica de Implantação é integrada pelos professores:

- I - ELON LAGES LIMA - da área de Ciências Básicas;
- II - ANTONIO CORDEIRO - da área de Ciências Biológicas;
- III - NILTON ROCHA LEAL - da área de Ciências Agrárias;
- IV - ANA DE ALENCAR - da área de Letras;
- V - DARCY RIBEIRO - da área de Ciências Humanas;
- VI - CARLOS SCLIAR - da área de Artes;
- VII - JOSÉ CARLOS SUSSEKIND - da área de Tecnologia;
- VIII - WANDERLEY DE SOUZA - da área de Ciências Médicas;
- IX - LUIS FERNANDO VITOR - da área de Ciências Administrativas;
- X - MARIA YEDDA LEITE LINHARES - da área de Ciência de Educação;
- XI - OSCAR NIEMEYER - da área de Arquitetura e Design.



PODER EXECUTIVO

Art. 3º - Compete à Comissão Técnica de Planejamento e Implantação propor a estrutura da Fundação Mantenedora da Universidade, bem como sua configuração física e arquitetônica, e as diretrizes que nortearão seu funcionamento administrativo.

Parágrafo único - A Comissão Técnica de Planejamento e Implantação é composta dos seguintes membros:

- I - GILCA ALVES WAINSTEIN - responsável pela implantação dos núcleos científicos e tecnológicos, que coordenarão a Comissão Acadêmica de Implantação;
- II - JOÃO PAULO DUTRA DE ANDRADE - responsável pela articulação com a Secretaria Estadual de Planejamento e Controle, que coordenará a Comissão Técnica de Planejamento e Implantação;
- III - SÉRGIO PEREIRA DA SILVA - responsável pela implantação da estrutura organizacional docente e pela articulação com a comunidade acadêmica;



PODER EXECUTIVO

- IV - ANA LÚCIA BOYNARD
SONGUEDA - responsável pela viabilização das medidas necessárias à implantação da Universidade;
- V - DINA LERNER - responsável pela definição dos espaços físicos e históricos a serem utilizados pela Universidade;
- VI - ROSÂNGELA BARROS
ASSED MATHEUS DE
OLIVEIRA - responsável pela articulação com as Prefeituras Municipais;
- VII - EVERALDO PAIVA
DE ANDRADE - responsável pela articulação com o alunado e com a Comunidade Acadêmica local;
- VIII - ZULEIMA DE OLIVEIRA
FARIA - responsável pela articulação com as Associações Cívicas da região;
- IX - ALDANO SELLOS DE
BARROS - responsável pela articulação com as Fundações Educacionais.

Art. 4º - As Comissões criadas pelos artigos 1º, 2º e 3º deste decreto serão presididas pelo Secretário Extraordinário de Programas Especiais e terão prazo de 30 (trinta) dias para submeter ao Governador o projeto de organização administrativa da Fundação Mantenedora e de 60 (sessenta) dias para o Plano de Estruturação Acadêmica da Universidade, ambos a contar da data da publicação do presente decreto.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs. 15.590, de 28.9.90 e 16.357, de 27.02.91.

Rio de Janeiro, de de 1991

LEONEL BRIZOLA

ANEXO C:
LEI DA FUNDAÇÃO ESTADUAL NORTE FLUMINENSE - LEI Nº 2.043 DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1992

UNIVERSIDADE DO NORTE FLUMINENSE
UMA UNIVERSIDADE PARA O TERCEIRO MILÊNIO

LEI DA FUNDAÇÃO ESTADUAL NORTE FLUMINENSE

LEI Nº 2043 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1992.

AUTORIZA o Poder Executivo
a instituir a Fundação Estadual
Norte Fluminense e dá outras
providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado
do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono
a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a
denominação «FUNDAÇÃO ESTADUAL NORTE FLUMINENSE, uma Fundação que
se regerá por estatuto aprovado por decreto.

Art. 2º - A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá
personalidade jurídica de direito privado a partir da inscrição,
no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo,
com o qual serão apresentados o Estatuto e o Decreto que o
aprovar.

Art. 3º - A Fundação terá por objetivos:

1. Manter e desenvolver a Universidade Estadual do Norte
Fluminense instituição de ensino superior, de pesquisa e de
estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica,
técnica e cultural.

2. Implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte
Fluminense, instituição de desenvolvimento tecnológico e
industrial, responsável pela transferência, absorção de novas
tecnologias de processo ou produto.

Parágrafo único. Para a consecução desse objetivo a FUNDAÇÃO
poderá:

I - Obter recursos destinados às suas atividades;

II - Elaborar, supervisionar e implantar projetos de P&D, e
industriais de inovação tecnológica de processo ou produto;

III - Prestar serviços de consultoria especializada nos seus
campos de atividades;

IV - Adquirir bens a qualquer título, inclusive os direitos de
propriedade intelectual ou industrial;

V - Exercer outras atividades produtivas compatíveis com sua área
de atuação.

Art. 4º - Constituem patrimônio da Fundação:

I - O acervo de bens móveis e imóveis, ação, direitos e outros valores;

[a)] que lhe forem destinados pelos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipais;

II - Doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas;

III - Bens e direitos de que venha a ser titular.

Parágrafo primeiro. Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seu objetivo, podendo para tal fim ser alienados, com exceção das doações com cláusulas que vedem sua alienação;

Parágrafo segundo. No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 59 - Constituem receita da Fundação:

I - Dotações consignadas em orçamento da União, Estado e Municípios ou resultantes de fundo de programas especiais;

II - Auxílios ou subvenções de Poderes, órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III - Rendas auferidas com a prestação de serviços e outras atividades produtivas;

IV - Outras rendas.

Art. 69 - A Fundação terá como órgão supremo um Conselho CURADOR, composto por 7(sete) membros e 2(dois) suplentes, dentre eles o Presidente da Fundação que acumulará as Presidências.

Parágrafo Único. Os demais membros do Conselho serão escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, renovando-se, a cada 2(dois) anos, pela sua metade.

Art. 79 - Os membros do Conselho CURADOR exercerão mandato de 4(quatro) anos podendo ser reconduzidos.

Parágrafo Primeiro. Os membros e suplentes do primeiro Conselho CURADOR serão designados por livre escolha do Governador do Estado do Rio de Janeiro, sendo a metade para período de 2(dois) anos e a outra metade para período de 4(quatro) anos.

Parágrafo Segundo - A renovação do Conselho far-se-á por escolha e nomeação do Governador do Estado do Rio de Janeiro entre os nomes de uma lista tríplice apresentada, para cada vaga, pelo Conselho CURADOR.

Art. 89 - O Presidente da Fundação será nomeado ad natum pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, entre pessoas de alta competência e reputação.

Parágrafo Único. O mandato do Presidente da Fundação coincidirá com o do Governador do Estado.

Art. 92 - Fica autorizada a abertura de Crédito Especial à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, destinado a custear a implantação da Fundação Estadual Norte Fluminense.

Art. 102 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o artigo 22 da Lei nº 1.740, de 08 de novembro de 1990 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1992
LEONEL BRIZOLA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)